



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE**

ALAN RIPOLL ALVES

**O PAPEL DA INCLUSÃO DE IDOSOS E DE PORTADORES DE NECESSIDADES
ESPECIAIS NO DESENVOLVIMENTO DO
TURISMO ECOLÓGICO**

**FORTALEZA
2009**

ALAN RIPOLL ALVES

O PAPEL DA INCLUSÃO DE IDOSOS E DE PORTADORES DE NECESSIDADES
ESPECIAIS NO DESENVOLVIMENTO DO
TURISMO ECOLÓGICO

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Área de concentração:

Organização do espaço e desenvolvimento sustentável

Orientador:

Prof. Dr. Edson Vicente da Silva

FORTALEZA
2009

A477p

Alves, Alan Ripoll

O papel da inclusão de idosos e de portadores de necessidades especiais no desenvolvimento do Turismo Ecológico / Alan Ripoll Alves, 2009.
170 f. ; il. color. enc.

Orientador: Prof. Dr. Edson Vicente da Silva

Co-orientadora: Profa. Dra. Adryane Gorayeb

Área de concentração: Organização do espaço e desenvolvimento sustentável

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Fortaleza, 2009.

1. Gestão 2. Inclusão 3. Planejamento 4. Sustentabilidade 5. Turismo Ecológico I. Silva, Edson Vicente da (orient.) II. Gorayeb, Adryane (co-orient.) III. Universidade Federal do Ceará - Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente IV. Título

CDD 363.7

ALAN RIPOLL ALVES

O PAPEL DA INCLUSÃO DE IDOSOS E DE PORTADORES DE NECESSIDADES
ESPECIAIS NO DESENVOLVIMENTO DO
TURISMO ECOLÓGICO

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Área de concentração: Organização do espaço e desenvolvimento sustentável.

Aprovada em: 19 / 10 / 2009 .

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Vicente da Silva (Orientador)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof.^a. Dr.^a. Nájila Rejanne Alencar Julião Cabral
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE

Prof.^a. Dr.^a. Adryane Gorayeb
Universidade Federal do Ceará - UFC

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Edson Vicente da Silva, e aos membros da minha banca examinadora, Adryane Gorayeb e Nájila Rejanne Alencar Julião Cabral.

Ao Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD), pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio.

Aos meus colegas e professores de mestrado, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

Aos idosos e portadores de necessidades especiais, pelos ensinamentos.

À minha família e aos meus amigos, capazes de tornar a mais simples das lembranças em um momento ímpar.

RESUMO

O Turismo Ecológico, como especialização turística, tem se revelado capaz de aliar a vivência em um espaço natural à formação de uma consciência ecológica e à conservação ambiental. Neste cenário, sobressai-se pelo seu potencial ainda não plenamente aproveitado o município de Guaramiranga, no Estado do Ceará. A cidade que, nos últimos anos, vem adquirindo destaque através dos festivais de música, teatro e gastronomia recebe considerável número de visitantes interessados no Turismo Ecológico. Trilhas ecológicas, banhos de cachoeira e esportes de aventura em contato com a natureza são algumas das opções disponibilizadas aos que buscam o local. No entanto, Guaramiranga não está preparada para atender esta demanda, principalmente quando, além da infraestrutura padrão, são requeridos outros elementos para receber dois turistas diferenciados – idosos e portadores de necessidades especiais. Partindo-se deste aspecto, foram consideradas três variáveis, interrelacionadas e dependentes, dentro da problemática geral: espaço, serviços e demandas, as quais serviram de parâmetro para a proposição de medidas corretivas. Apesar de Guaramiranga possuir atrativos naturais para exercer de forma eficaz o Turismo Ecológico, a cidade não apresenta adaptações físicas nos seus equipamentos turísticos nem serviços e profissionais treinados para executá-los junto aos idosos e aos deficientes. Em consequência, vários turistas deixam de conhecer a cidade, afetando parte da população residente, que atua no setor turístico. A pronunciada sazonalidade turística presente no município poderia ser reduzida pela maior participação desses dois tipos de turista, considerando-se o envelhecimento da população e o elevado número de portadores de deficiência em nível mundial. Segundo o levantamento executado durante a pesquisa, detectou-se que Guaramiranga possui falhas na infraestrutura de vias, defasagem no abastecimento de água e energia elétrica, além de acesso inadequado aos atrativos turísticos. A carência na prestação de serviços específicos aos idosos e deficientes ocorre pela ausência de pacotes turísticos a eles direcionados, assim como de espaços adaptados para a sua recepção. A oferta de produtos que satisfizessem os interesses e as necessidades dessas demandas por meio da atuação de profissionais capacitados, associada ao uso eficiente, sustentável e acessível dos recursos físicos existentes, favoreceria o atendimento dos visitantes através do Turismo Ecológico. O trabalho conjunto com gestores públicos, empresários e a população local, por meio da promoção e discussão de atividades turísticas relacionadas a esse ramo, poderia alterar o atual panorama, proporcionando um turismo de melhor qualidade no município.

Palavras-chave: Gestão, Inclusão, Planejamento, Sustentabilidade, Turismo Ecológico.

ABSTRACT

As a tourist specialisation, the Ecological Tourism has been able to associate the experience of being in contact with the nature to the ecological consciousness and environmental conservation. In this context, Guaramiranga (Ceará-Brazil) reveals its not totally exploited potential. In the last years, Guaramiranga, which has been recognised by the music, theatre and gastronomic festivals, has received many visitors interested in the Ecological Tourism. Ecological trails, waterfall-bathing and adventure sports are examples of the activities available in the place. Nevertheless, Guaramiranga is not prepared to receive such demand, especially when the elderly and disabled people are included in this group. They usually require more than the standard tourist infra-structure. According to that, three inter-related and dependent variants were considered into the subject: place, services and demands. They were thought as parametres to suggest some possible corrections for the problems. Despite the fact that Guaramiranga has natural attractions to develop satisfactorily the Ecological Tourism, it does not have adapted tourist resources nor prepared professionals to make the elderly and disabled people welcome. Considering the increase of the number of elderly and disabled people in the world, the tourist demand variation observed in the town could be reduced. This research concluded that Guaramiranga has defects in its pavement and street construction, water and electrical energy supporting, besides the inadequate access to the tourist attractions. The insufficient services to the elderly and disabled people are results of the absence of itineraries to them as well as adapted spaces. The availability of products that fulfill their interests and needs and the efficient, sustainable and accessible usage of the existent infra-structure would benefit the visitors by means of the Ecological Tourism. Politicians, entrepreneurs and the local people may change that situation by promoting and discussing activities related to the Ecological Tourism and social inclusion.

Keywords: Management, Inclusion, Planning, Sustainability, Ecological Tourism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABPC	Associação Brasileira dos Produtores de Cal
AETPD	Agência Espanhola de Turismo para Pessoas com Deficiência
AGUA	Associação dos Amigos da Arte de Guaramiranga
ALPE	Accessible e-Learning Platform for Europe Project
APA	Área de Proteção Ambiental
BAS	Brazilian Adventure Society
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BPC	Benefício de Prestação Continuada
Braztoa	Associação Brasileira das Operadoras de Turismo
CCA	Centre of Communication Advance
Centec	Centro de Ensino Tecnológico
CETREDE	Centro de Treinamento e Desenvolvimento
CIDDM-2	Classificação Internacional das Deficiências, Atividades e Participação
CIV	Centro de Informações ao Visitante
COELCE	Companhia Energética do Ceará
CO.IN	Cooperative Integrate Onlus
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente
EIA/ RIMA	Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental
Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
ENAT	European Network for Accessible Tourism
IBAM	Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPECE	Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
LA	Licenciamento Ambiental
LAC	Limits of Acceptable Change
LI	Licenciamento de Instalação
Libras	Linguagem Brasileira de Sinais
LO	Licenciamento de Operação
LP	Licenciamento Prévio

MDT	Modelo Digital do Terreno
MTur	Ministério do Turismo
OMS	Organização Mundial da Saúde
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAS	Organização Pan-Americana de Saúde
PAVIM	Protected Area Visitor Impact Management
PIB	Produto Interno Bruto
PMF	Prefeitura Municipal de Fortaleza
PMG	Prefeitura Municipal de Guaramiranga
PMG	Prefeitura Municipal de Guarulhos
PNAD	Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar
PRODETUR-NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PTC	Programa e Turismo Cultural
PVIs	Pontos de Vista Individuais
SATH	Society for Accessible Travel & Hospitality
Seinfra-CE	Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará
Semace	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
Senac	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Seplance	Secretaria de Planejamento do Ceará
Sistur	Sistema de Turismo
SUDEC	Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará
UC	Unidade de Conservação
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UVA	Universidade Vale do Acaraú
VERP	Visitor Experience and Resource Protection
VIM	Visitor Impact Management

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Localização geográfica de Guaramiranga e municípios vizinhos. Fontes: IPECE (2009) e IBGE (2009)	24
FIGURA 2	Parque das Trilhas. Escadaria de acesso à uma das nascentes do Rio Pacoti. Fonte: Autor (2008)	42
FIGURA 3	Parque das Trilhas. Painéis informativos sobre a fauna e a flora local. Fonte: Autor (2008)	42
FIGURA 4	Parque das Trilhas. Passagem de nível para facilitar o deslocamento no terreno acidentado. Fonte: Autor (2008)	43
FIGURA 5	Guaramiranga segundo o perfil altimétrico do relevo no Ceará. Fonte: IPECE (2009)	60
FIGURA 6	Comparação entre os crescimentos populacionais de Guaramiranga, do Ceará e do Brasil. Fonte: IBGE (2009)	71
FIGURA 7	Participação dos setores agropecuário, industrial e de serviços no PIB de Guaramiranga, do Ceará e do Brasil. Fonte: IBGE (2009)	72
FIGURA 8	Parque das Trilhas. Portão de acesso ao local. Fonte: Autor (2008)	75
FIGURA 9	Hotel Escola Senac Guaramiranga. Entrada da hospedagem. Fonte: Autor (2008)	86
FIGURA 10	Igreja Nossa Senhora de Lourdes. Rampa com dimensões impróprias ao uso por cadeirantes. Fonte: Autor (2008)	87
FIGURA 11	Igreja Nossa Senhora da Conceição. A dificuldade de acesso para idosos e deficientes em escadaria desprovida de rampa e corrimão. Fonte: Autor (2008)	87
FIGURA 12	Parque das Trilhas. Turistas percorrendo a Trilha Gameleira. Fonte: Autor (2008)	89
FIGURA 13	Parque das Trilhas. Parte do equipamento destinado à prática de rapel. Fonte: Autor (2008)	89
FIGURA 14	Parque das Trilhas. Caiques duplos e individuais. Fonte: Autor (2008)	90
FIGURA 15	Parque das Trilhas. “Tirolesa molhada”. Fonte: Autor (2008)	90
FIGURA 16	Parque das Trilhas. Ponte de três cordas. Fonte: Autor (2008)	91
FIGURA 17	Recepção do Parque das Trilhas. Alunas da UVA atendendo turistas. Fonte: Autor (2008)	95
FIGURA 18	Passeio impróprio para uso. Turistas holandesas fazendo caminhada. Fonte: Autor (2009)	97
FIGURA 19	Símbolo internacional indicando a adaptabilidade do recurso natural a portadores de deficiência. Fonte: TURISMO PARA TODOS (2009)	102

LISTA DE MAPAS

MAPA 1	Macrorregiões Turísticas do Estado do Ceará. Fonte: IPECE (2009)	22
MAPA 2	Base cartográfica do município de Guaramiranga. Fonte: IBGE (2007)	29
MAPA 3	Unidades Fitoecológicas. Fonte: IPECE (2009)	62
MAPA 4	Ortofotocarta abrangendo o distrito de Guaramiranga. Fonte: INCRA (1991)	66
MAPA 5	Espaços de uso turístico. Fontes: Bastos (2005) e Autor (2009)	73
MAPA 6	Trilhas Gameleira e Mata Serrana. Fonte: Autor (2009)	83

LISTA DE TABELAS

TABELA 1	Períodos de visitação	30
TABELA 2	População residente, por tipo de deficiência. Fonte: IBGE (2000)	51
TABELA 3	Histórico de Guaramiranga. Fonte: IBGE (2000)	68
TABELA 4	Rendimento médio dos habitantes de Guaramiranga. Fonte: IBGE (2000)	70
TABELA 5	Distribuição da população de Guaramiranga. Fonte: IBGE (2000)	70
TABELA 6	Oportunidades e restrições para implementação de trilhas. Fonte: Lechner (2006)	78
TABELA 7	Principais atrativos de Guaramiranga quanto à acessibilidade	88
TABELA 8	Abastecimento de água em Guaramiranga. Fonte: IBGE (2000)	93
TABELA 9	Consumo de energia elétrica em Guaramiranga. Fonte: COELCE (2002)	93
TABELA 10	Distribuição de alunos na rede de ensino de Guaramiranga. Fonte: PMG (2004)	95
TABELA 11	Classificação das trilhas ecológicas em Guaramiranga	96
TABELA 12	Síntese do parecer dos idosos entrevistados	97
TABELA 13	Síntese do parecer dos portadores de necessidades especiais entrevistados	98
TABELA 14	Projetos de destaque no Turismo Sustentável e suas aplicabilidades em Guaramiranga. Fonte: OMT (2004) (adaptado)	101
TABELA 15	Medidas corretivas sugeridas para maior acessibilidade nos principais pontos turísticos de Guaramiranga	103

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

LISTA DE FIGURAS

LISTA DE MAPAS

LISTA DE TABELAS

INTRODUÇÃO	16
1. METODOLOGIA	28
1.1. Área de estudo	28
1.2. Coleta de dados	30
1.3. Análise, representação de dados e propostas	32
2. A INSERÇÃO DO TURISMO NO CONTEXTO AMBIENTAL	34
3. O TURISMO PARA IDOSOS E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	44
3.1. No mundo	56
3.2. No Brasil	57
4. ASPECTOS NATURAIS DE GUARAMIRANGA	59
5. COMPÊNDIO HISTÓRICO E SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO	68
6. TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE	76
7. DIAGNÓSTICO DO TURISMO ECOLÓGICO EM GUARAMIRANGA	84
7.1. Espaço	84
7.2. Serviços	93
7.3. Demandas	96
8. PROPOSTAS PARA GESTÃO TURÍSTICA LOCAL	99
8.1. Espaço	99
8.2. Serviços	104
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
ANEXOS	
ANEXO A Guia de perguntas para entrevista	129
ANEXO B Projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo da Sede Municipal de Guaramiranga	130
ANEXO C Código de Obras e Posturas	134
ANEXO D Leis, Decretos, Portarias e Normas Técnicas relacionados à acessibilidade	136
ANEXO E Evento internacional na área de Turismo Acessível	137
ANEXO F Evento nacional na área de Turismo Acessível	138
ANEXO G O Hotel das Férias: para o sucesso com responsabilidade ecológica e social	139

ANEXO H	Modelo de Formulário de Pesquisa de Campo (adaptado)	140
ANEXO I	<i>Checklist</i>	142
ANEXO J	Avaliação do Centro de Informações ao Visitante (CIV)	143
ANEXO K	Interface Panteon	144
ANEXO L	Padrões de construção da ABNT	147
ANEXO M	Turismo e Acessibilidade: manual de orientações	163
ANEXO N	Atendimento prioritário e atendimento adequado	164

INTRODUÇÃO

Compreender o Turismo como um sistema organizado por múltiplas ações, além de perspicácia e capacidade de interligar assuntos de diversas áreas, requer sensibilidade.

À semelhança de reunir pessoas para um passeio de fim de semana, o Turismo, considerando as devidas proporções, envolve uma série de variáveis que migram da necessidade de lazer do ser humano à condição propícia de um meio para o exercício de certa atividade turística.

Conforme Arendit (2002), os primeiros registros sobre atividades turísticas podem ser encontrados na antiga Babilônia, Grécia, Roma, entre outros locais que contribuíram decisivamente para a formação da sociedade contemporânea.

Na Grécia Antiga, existiram muitos pólos de atração turística, onde se poderia usufruir de várias opções de lazer, tais como: práticas culturais e artísticas, cursos, conferências, festivais públicos, bem como outras solenidades. As competições esportivas, a exemplo dos Jogos Olímpicos, atraíam grande contingente de pessoas nesse período. A civilização romana também possuía vários centros turísticos, sendo Roma e Alexandria os principais. Os romanos criaram espaços de entretenimento nas proximidades do Mediterrâneo, que, juntamente com o Circo Romano e as termas, transformaram-se em representativas atrações turísticas (ARENEDIT, 2002).

Alguns estudiosos defendem que os primeiros viajantes foram os fenícios, por terem sido os inventores da moeda e do comércio a grandes distâncias. Os romanos teriam sido os pioneiros em viajar por prazer. Informações obtidas através de pinturas, azulejos, placas, vasos e mapas demonstram que os romanos buscavam nas viagens divertimento e cura (BARRETO, 2001).

Com o Renascimento, as artes, as ciências e as letras receberam forte impulso no seu desenvolvimento, o que estimulou a vivência de outras culturas por intermédio dos *tours*. Os *tours*, por sua vez, correspondiam a viagens de ida e volta com prazos de aproximadamente três anos (CUNHA, 1997).

Desde então, muitas etapas atuaram na solidificação do Turismo como processo socioeconômico, destacando-se as ocorridas a partir da segunda metade do século XIX, devido principalmente às ações empresariais de Thomas Cook, Cesar Ritz e George Mortiner Pullman. Com Cook, o Turismo se converteu em um produto comercial. Ritz foi um respeitado empreendedor no campo da hotelaria, enquanto Pullman se tornou empresário

influyente no ramo do Turismo Ferroviário, bastante difundido no continente europeu (COOPER *et al.*, 2001).

Dias (2003) afirma que o Turismo ao longo do século XIX, e essencialmente do século XX, cresceu como fruto da Segunda Revolução Científico-Tecnológica (a Revolução Industrial) e recebeu no final do século XX formidável impulso da Terceira Revolução (a Revolução do Conhecimento), em que a comunicação e a informação, ao lado de outros aspectos, como o aumento da produtividade do trabalho humano, provocaram como efeito imediato a diminuição da jornada laboral e a maior disponibilidade de tempo livre.

Ocorre, com o decorrer dos anos, a compactação das expressões turísticas em consequência às alterações sofridas pela sociedade. O surgimento do Turismo é, até o presente, dotado de mistérios, prováveis resultantes da sua abrangência, enquanto objeto de estudo. A incerteza em denominar o Turismo de ciência é, de certa maneira, comparável à de chamá-lo de indústria, pois o mesmo circula pelas esferas de atuação social, econômica, cultural, política, passando pela tecnológica e administrativa.

A expressão turista, que hoje já entrou no domínio da linguagem corrente, é, em termos relativos, recente. De fato, começou a ser utilizada no início do século XIX para designar aqueles que “viajavam por prazer”. Este significado, no entanto, tem um sentido muito mais amplo na atualidade (CUNHA, 1997).

Na segunda metade do século XVIII, passou a ser normal para os jovens ingleses das camadas sociais mais abastadas “fazerem o *grand tour*” ou, mais tarde, apenas *tour*, de modo a complementar a sua educação com uma viagem pelo continente europeu. Os que realizavam o *tour* passaram a ser conhecidos como *touristes*. Esta palavra foi, posteriormente, introduzida na França por Stendhal, na sua obra *Mémoires d'un Touriste*, designando toda pessoa que fazia uma viagem para o seu próprio prazer (CUNHA, 1997).

A primeira definição de Turismo remonta-se a 1911, quando o economista austríaco Hermann von Schullen zu Schattenhofen colocara o Turismo como conceito que compreende todos os processos, especialmente os econômicos, os quais se manifestam na chegada, permanência e saída do turista de um determinado município, Estado ou país (BARRETO, 2001). Se considerados os principais fatores que constituíam o processo turístico até aquele momento, o posicionamento de Schattenhofen pode ser qualificado como satisfatório, caso seja associado ao aspecto de engrandecimento cultural, já bastante valorizado na época.

O Turismo, até um passado recente, era apresentado por muitos especialistas como as viagens para regiões distantes a mais de 80 quilômetros dos locais de residência dos

turistas, ou, ainda, deslocamentos que consideravam a permanência dos viajantes por mais de 24 horas no lugar visitado, contanto que não exercessem uma ocupação remunerada. Nos dias de hoje, esses conceitos são tidos como ultrapassados (LAGE; MILONE, 2000).

McIntosh e Gupta (1990) entendem o Turismo, de forma ampla, como a ciência, a arte e o processo de atrair, transportar e alojar visitantes a fim de satisfazer suas necessidades e seus desejos.

Para Mathieson e Wall (1990), Turismo é o movimento temporário de pessoas para ambientes distintos de seus lugares de trabalho e morada, incluindo também as atividades exercidas durante a permanência desses viajantes nos locais de destino e as facilidades para promover suas necessidades.

Dentre as definições de Turismo mais completas, a de Wahab (1991) merece ser citada:

[...] Turismo é uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e como elo de interação entre povos, tanto dentro de um mesmo país como fora dos limites geográficos dos países. Envolve o deslocamento temporário de pessoas para outra região, país ou continente, visando à satisfação de necessidades outras que não o exercício de uma função remunerada. Para o país receptor, o Turismo é uma indústria cujos produtos são consumidos no local, formando exportações invisíveis. Os benefícios originários deste fenômeno podem ser verificados na vida econômica, política, cultural e psicossociológica da comunidade (WAHAB, 1991, p. 26).

Entretanto, apesar dos avanços realizados no sentido de formalizar o Turismo como área de análise científico-econômico-social, existem vários entraves para que ele seja elevado a um *status* de ciência, conforme definido por McIntosh e Gupta (1990), por exemplo.

A própria Organização Mundial do Turismo (OMT) (2003) revela contradições em seus conceitos e suas regulamentações, muitos dos quais em dissonância ao pregado por órgãos de controle alfandegários, consulados e embaixadas. Uma que vale ser comentada é a do exercício de atividade trabalhista pelo turista, regularizada em muitos países, como os Estados Unidos e a Nova Zelândia, por exemplo, mas que não se encaixa na definição proposta pela OMT (2003) ou de Wahab (1991), em que o turista está classificado como agente não-trabalhista.

Desde 1987, o Turismo se converteu no primeiro setor econômico – com uma participação de 12% no Produto Interno Bruto (PIB) mundial – e naquele com crescimento mais proeminente, elevando o seu fluxo internacional de 25 milhões de pessoas, em 1950, para 694 milhões de pessoas, em 2003, e sua receita de US\$ 2,1 bilhões, em 1950, para US\$

514,4 bilhões, em 2003. Além disso, estima-se que o Turismo internacional represente menos de 20% do Turismo mundial, ou seja, o mercado turístico doméstico equivale a mais de quatro vezes o porte do mercado turístico internacional (MINISTÉRIO ...; INSTITUTO ..., 2006).

Até o ano 2020, a OMT (2003) calcula que haja cerca de 1,6 bilhões de chegadas de turistas internacionais no mundo e que a receita turística internacional nesse fluxo atinja US\$ 2 trilhões.

Estima-se ainda que o Turismo doméstico se torne, aproximadamente, dez vezes maior do que o Turismo internacional em nível global.

Essa seria uma estatística importante para o Brasil, que reúne potencial parcialmente aproveitado nesse campo, se não demonstrasse, na prática, a sua insuficiente capacidade em atender essa demanda.

Seja o turista nacional ou internacional, constatam-se, em todas as regiões do território brasileiro, defasagens que já foram superadas há muito tempo em outros países, inclusive em algumas nações latino-americanas.

Independentemente da modalidade turística focada, percebe-se a desarticulação e a ausência de parcerias institucionais entre as organizações governamentais e não-governamentais, repercutindo no baixo grau de integração entre os órgãos públicos e a sociedade civil. Existem, na atualidade, exemplos, como a parceria entre a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo (Braztoa), o Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) e o Ministério do Turismo (MTur), que poderiam ser apontados como casos particulares.

Ferraz (1992), ao abordar a organização jurídica para o estabelecimento de ligações entre serviços de Turismo no Brasil, tida como um dos principais empecilhos para a articulação de órgãos do setor, identificou três formas em que essa intervenção pode ocorrer: participação, indução e controle. A participação, no caso do Estado, ocorre quando o mesmo executa alguma atividade econômica em dado segmento. No Turismo, isso aconteceria, por exemplo, através da administração de um meio de hospedagem. A indução de um processo de desenvolvimento se desencadearia pela intervenção do Estado no comportamento dos agentes de mercado, por meio, exemplificadamente, da concessão de incentivos financeiros e fiscais. O controle estatal, por sua vez, atribuiria à ação do Estado a regulação da forma pela qual a iniciativa privada poderia explicar determinada atividade econômica.

O descompasso dessas medidas facilitadoras do Turismo tem repercutido em amplos campos da economia, transformando-se em motivo de preocupação para os locais que dependem desse mercado.

O reconhecimento do Turismo dentro de uma linha de pesquisa é dificultado pela sua complexidade formacional. Há componentes diferenciados que incluem as áreas da Administração, Economia, das Ciências Sociais, Ciências Políticas, da Geografia, Biologia e outras, cuja convergência, muitas vezes, fica bastante comprometida. Um provável reflexo dessa incompatibilidade que acompanha o Turismo, em certas fases, é a sua segmentação em modalidades.

Mário Carlos Beni, provavelmente, é o principal estudioso das modalidades ou especializações turísticas no Brasil. Segundo ele, existem 36 tipos de Turismo no mundo (BENI, 2003). Esse número, porém, não é exato. Os tipos de Turismo podem ser ainda subdivididos ou receber diversas nomenclaturas, o que demonstra a falta de uma padronização internacional.

O Turismo Ecológico se encontra entre as segmentações reconhecidas por Beni (2003). De acordo com este pesquisador, o Turismo Ecológico é caracterizado por possuir um deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, visando ao usufruto da paisagem de forma passiva. A prática de longas caminhadas, banhos de cachoeira, escalada, desbravamento e abertura de trilhas, *rafting* e outros esportes radicais em que a natureza é cenário fundamental, como canoagem, *off-road* e rapel, consistem em algumas atividades do Turismo Ecológico. O exercício eventual da caça e pesca e excursões programadas para rios, ilhas, montanhas e chapadas, grutas e cavernas, minas e jazidas, dentre outros ambientes naturais, podem ser incluídos também no âmbito dessa modalidade turística (BENI, 2003). Rodrigues (2002), por sua vez, acrescenta:

No Turismo Ecológico, o meio rural é imaginado como *locus* da procura por uma paisagem em estado "originário", na verdade, um espaço ainda submetido às culturas de interação tradicional entre sociedade e natureza, ensejadora das formas de conservação ambiental. A paisagem é primordialmente procurada como suporte para seu desfrute contemplativo, daí a ênfase em minimizar a presença de seus agentes transformadores, entre eles os nativos. Gestalticamente pode-se aludir que a natureza é o foco da reconstrução/ restauração/ revitalização e as comunidades locais o fundo (RODRIGUES, 2002, p. 54).

O Turismo Ecológico passou a integrar o mercado turístico brasileiro a partir de meados da década de 1980 (RUSCHMANN, 2002).

Ruschmann (2002) comprovou que os proprietários das agências e operadoras de Turismo Ecológico apresentavam, em sua maioria, instrução superior (principalmente em Ciências Biológicas), afinidade com o meio natural e experiência prévia como guia.

A possível sobreposição de conceitos e atividades apresentados pelo Turismo Ecológico em relação ao Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo Científico e o Turismo

Rural, somente para citar alguns tipos, é algo que condiz perfeitamente ao universo no qual o Turismo está construído, dotado de complexidade e muitos campos de atuação. As outras segmentações também podem se confundir entre si em certos pontos, o que, no entanto, não tira as particularidades de cada uma.

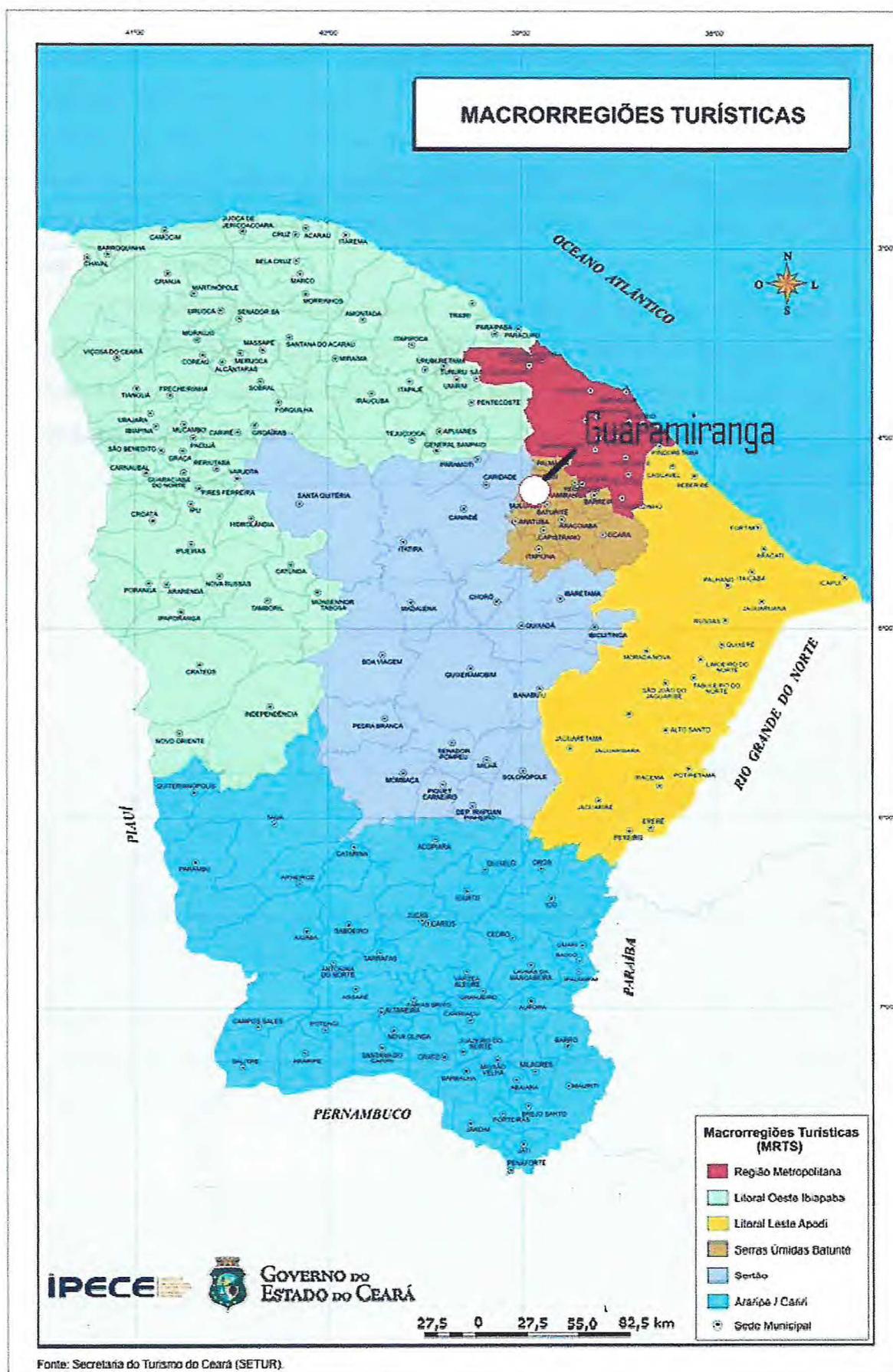
Beni (2003), apesar disso, sugere uma diferenciação para o Turismo Ecológico em função dos tipos de Turismo afins: embora haja uma preocupação sobre a educação e a conscientização ambiental em todas as modalidades que utilizam a natureza como pano de fundo, a marca dominante do Turismo Ecológico é a sua maior flexibilização ou inexistência de restrições rígidas e limites ao uso do espaço visitado.

O mercado brasileiro do Turismo Ecológico é composto por mais de 250 operadoras e agências especializadas, somadas às empresas de Turismo convencional, que também possuem pacotes ligados a esse ramo. Há, no país, mais de 2.000 pousadas e 1.000 prestadoras de serviços na área, além de fabricantes de equipamentos, consultorias e outros (RUSCHMANN, 2002).

Adotam-se outras denominações, locais e internacionais, para o Turismo Ecológico: Turismo Ambiental (*Environmental Tourism*), Turismo da Natureza, Turismo Verde, Turismo Campestre (*Cottage Tourism*), Turismo de Sertão ou Silvestre (*Wilderness Tourism*), Turismo de Selva ou de Floresta (*Jungle Tourism*) e Férias na Natureza (*Nature Vacation*).

No Estado do Ceará, o Turismo como um todo é um segmento tradicionalmente importante na sua formação socioeconômica, cultural e política. A presença de recursos naturais favoráveis ao Turismo de Praia, como sol e temperaturas elevadas durante todo o ano, estimula a vinda de turistas nacionais e estrangeiros para o Estado.

A composição variada do Ceará – que abrange elementos dos cenários litorâneo, sertanejo e serrano – representa um forte atrativo turístico, o qual permite organizá-lo em Macrorregiões Turísticas, conforme mostra o mapa 1.



Mapa 1 - Macrorregiões Turísticas do Estado do Ceará. Fonte: IPECE (2009)

Parte da infraestrutura da capital cearense, Fortaleza, e de algumas cidades interioranas se deve à influência turística no fluxo de divisas. O litoral, ao longo das últimas três décadas, vem recebendo maior atenção dos visitantes e, conseqüentemente, dos órgãos administrativos locais e do setor privado, na realização de investimentos. O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR-NE) se encaixa nessas políticas. Em contrapartida, os municípios serranos e de outras porções do Estado foram deixados à míngua por um período significativo.

Contudo, parte dessas cidades está sendo aos poucos redescoberta, seja por iniciativa de cearenses, seja por pessoas provenientes de outros Estados. Um exemplo neste processo é Guaramiranga, município situado no Maciço de Baturité, a aproximadamente 102 Km de Fortaleza (ver figura 1).



Figura 1 - Localização geográfica de Guaramiranga e municípios vizinhos. Fontes: IPECE (2009) e IBGE (2009)

Guaramiranga recebe turistas do Ceará, de outros Estados do país e até estrangeiros, comportando um número crescente de visitantes a cada ano.

Apesar disso, se considerados determinados grupos de turista, como os idosos e os portadores de necessidades especiais, a situação do município, na condição de receptivo, pode ser caracterizada como preocupante.

Esses dois tipos de turista tendem a apresentar um maior número de exigências em comparação aos demais, visto que possuem uma postura particular.

Percebe-se que a pequena quantidade de serviços direcionados aos turistas idosos e turistas deficientes em Guaramiranga, assim como a mal gerenciada utilização dos ambientes naturais para fins turísticos, corresponde a uma séria problemática, em especial porque deixa de fortificar uma modalidade como o Turismo Ecológico e o mercado com duas demandas promissoras.

Há, em função desses condicionantes, a possibilidade de aproximar o potencial natural do espaço à uma infraestrutura favorável aos padrões turísticos. Para Stagno (2008), por exemplo, a arquitetura que desafia o clima tropical – chuva, sol, umidade, microrganismos – acaba por sucumbir a ele. Diz ainda que é mais lógico, por exemplo, aproveitar os recursos ambientais para climatizar os edifícios através de uma arquitetura de recursos do que basear o projeto em alta tecnologia, que é onerosa e não replicável. Replicar a arquitetura tropical sustentável é um objetivo importante, caso se queira reduzir o impacto ambiental no ecossistema e a pegada ecológica no planeta.

Acrescenta-se a esse fator, a associação viabilizada entre a acessibilidade, bem como a eliminação de barreiras, e a utilização da arquitetura sustentável na concepção de equipamentos turísticos.

A acessibilidade não se resume na possibilidade de se entrar em determinado local ou veículo, mas na capacidade de se deslocar pela cidade, através da utilização dos vários meios existentes de transporte, organizados em uma rede de serviços e, por todos os espaços públicos, de maneira independente (BRASIL ..., 2006b). A acessibilidade, em outras palavras, implica em mobilidade.

No entender de Corbella e Yannas (2003), a arquitetura sustentável é a continuidade mais natural da Bioclimática, considerando também a integração do edifício à totalidade do meio ambiente, de forma a torná-lo parte de um conjunto maior. É a arquitetura que quer criar prédios, objetivando o aumento da qualidade de vida do ser humano, no ambiente construído e no seu entorno. A organização do espaço deve estar integrada com as características da vida e do clima locais, consumindo a menor quantidade de energia

compatível com o conforto ambiental, para legar um mundo menos poluído para as futuras gerações.

A OMT (1992) distingue dois conceitos: patrimônio turístico e recurso turístico. Por patrimônio turístico interpreta como o conjunto potencial (conhecido ou desconhecido) dos bens materiais ou imateriais que estão à disposição da sociedade, os quais podem ser utilizados, mediante um processo de transformação, para satisfazer necessidades turísticas. Define, por conseguinte, recursos turísticos como todos os bens e serviços que, por intermédio da atividade humana, tornam possível a atividade turística e atendem aos anseios da procura (CUNHA, 1997).

Em síntese, a política cultural e de pesquisa relacionada ao patrimônio não tem por que reduzir sua tarefa ao resgate de objetos, e não sua capacidade de permanecerem “puros”, iguais a si mesmos, mas por sua representatividade sociocultural. Nessa perspectiva, a investigação, a restauração e a difusão do patrimônio não teriam por finalidade central almejar a autenticidade ou restabelecê-la, mas reconstruir a verossimilhança histórica e estabelecer bases comuns para uma reelaboração de acordo com as necessidades do presente (GARCÍA CANCLINI, 2003, p. 202).

No mundo ocidental, a falta de financiamento no setor turístico e a retirada do apoio governamental têm motivado a criação de alianças e a cooperação. Estabelecer laços com a comunidade e as empresas locais, para educar e envolver os integrantes, torna-se uma função central para muitos organismos turísticos do setor público, e isto ficará muito mais perceptível – e requerido – no futuro (COOPER *et al.*, 2001).

Os investimentos públicos em infraestrutura devem beneficiar não somente o total da população (inclusividade), mas focalizar as áreas e populações degradadas pela ótica da equidade (ações afirmativas), sob o risco de não obter ou perder parte da eficiência desejada quanto à atratividade dos complexos turísticos e das áreas turísticas (MINISTÉRIO ...; INSTITUTO ..., 2006).

Guaramiranga, na posição de cidade turística, encontra-se na necessidade de se adaptar para acolher de forma eficiente os seus visitantes, que, mesmo sabendo das suas restrições, buscam-na para conhecer os seus recursos naturais.

Como município turístico de destaque no Ceará, por suas características marcantes, Guaramiranga serve como referencial para o estudo do Turismo Ecológico, segundo o atendimento prestado a idosos e a portadores de necessidades especiais.

Com base nessa perspectiva de expansão turística da cidade em médio a longo prazo, objetivou-se nesta investigação:

- Verificar a capacidade de Guaramiranga de receber idosos e portadores de necessidades especiais com interesse no Turismo Ecológico; e
- Efetuar levantamento quali-quantitativo dos espaços, produtos turísticos e profissionais atuantes no Turismo Ecológico em Guaramiranga, conforme o planejamento urbano e ambiental existente para o município.

Partindo-se dessas generalizações, de modo a direcionar o uso da metodologia escolhida, pretendeu-se ainda:

- Observar a organização da infraestrutura turística no que se refere ao uso de materiais ecologicamente menos impactantes e à acessibilidade aos turistas idosos e portadores de necessidades especiais;
- Discutir os roteiros turísticos de Guaramiranga ofertados às duas demandas relevadas na pesquisa;
- Averiguar a preparação técnica de profissionais do Turismo atuantes em Guaramiranga; e
- Formular propostas para a melhoria da gestão turística em Guaramiranga, levando em conta as suas condições naturais, culturais e socioeconômicas.

1. METODOLOGIA

1.1. Área de estudo

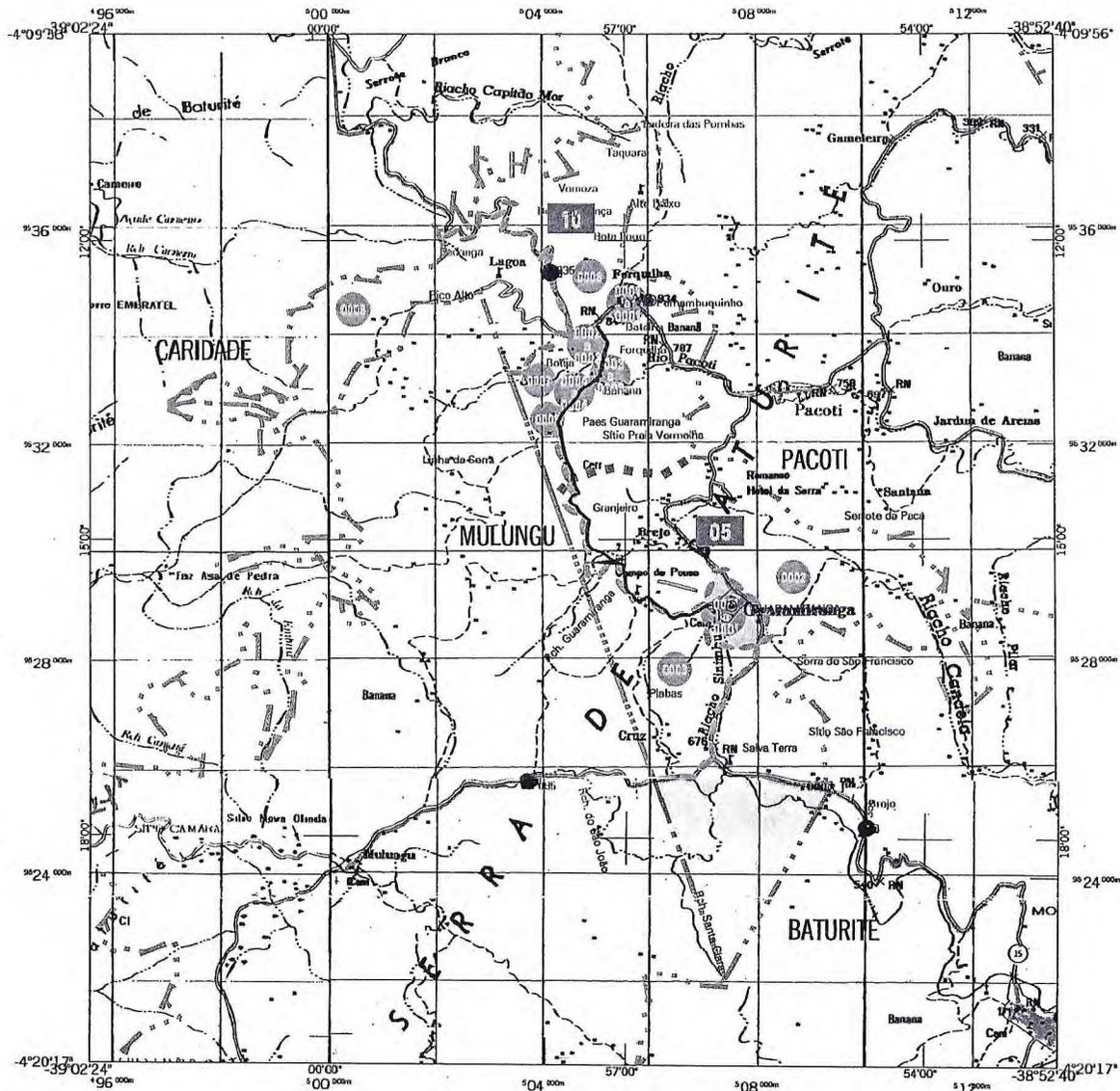
Guaramiranga ocupa uma área de aproximadamente 59,471 Km², estando situada a 4°15'18" de Latitude Sul e 38°55'59" de Longitude Oeste (ASSOCIAÇÃO ..., 2009). O município apresenta dois distritos – Guaramiranga e Pernambucoquinho –, e faz fronteira com Caridade, Mulungu, Baturité, Palmácia e Pacoti, segundo demonstra o mapa 2.

A escolha de Guaramiranga para a procedência desta análise científica foi fundamentada nos seguintes critérios:

- Crescimento do seu desempenho turístico nos dois últimos decênios;
- Função histórica representativa para o Maciço de Baturité; e
- Diversidade de manifestações culturais e socioeconômicas em um local pequeno e pouco povoado.

Guaramiranga-CE

Geocódigo
2305100



MAPA MUNICIPAL ESTATÍSTICO

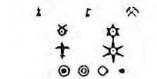
Guaramiranga-CE

CONVENÇÕES CARTOGRÁFICAS

ELEMENTOS PLANIMÉTRICOS

Edificações

Igreja, Escola, Mina
Moinho de vento, Moinho de água
Campo de emergência, Farol
Localidades



Linha transmissora de energia, Cerca
Linha telefônica



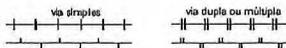
Rodovias

auto-estrada
pavimentada
sem pavimentação
sem pavimentação
caminho carroçável
trilha, caminho e picada
prefixo de estrada: federal, estadual



Ferrovias

bitola larga
bitola estreita



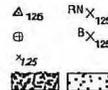
LIMITES

internacional
interestadual
intermunicipal
áreas especiais



ELEMENTOS ALTIMÉTRICOS

Ponto trigonométrico. Referência de nível
Ponto astronômico. Ponto barométrico
Cota comprovada
Superfície deformada. Areia

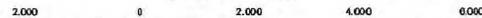


ELEMENTOS DE HIDROGRAFIA

Curso d'água intermitente
Lago ou lagoa intermitente
Terreno sujeito a inundação. Salina
Brejo ou pântano
Poço (água), Nascente
Rápidos e cachoeiras grandes
Rápidos e cachoeiras
Rocha submersa e a descoberto
Molhe e represa: terra e alvenaria
Ancoradouro. Rio seco ou de aluvião
Recife rochoso



Escala 1 : 100.000



SISTEMA DE PROJEÇÃO UTM
Origem da quilometragem UTM: Equador e Meridiano 99 WGr.
Acrescidas as constantes de 10.000 e 500 km respectivamente
DATUM HORIZONTAL: SAD 69

Este produto integra a coleção de mapas municipais gerados de forma semi-automatizada, a partir da junção das folhas do Mapeamento Sistemático Brasileiro produzida pelo IBGE, DSG e outros, em formato raster e/ou vetorial e da Malha Municipal Digital do IBGE, com atualização proveniente de diversas fontes, sem tratamento pleno de integração e completude dos elementos cartográficos.

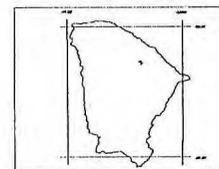
MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ADIRETORIA DE GEOCIÊNCIAS agradece a gentileza da comunicação de falhas ou omissões verificadas neste mapa.
AV. Brasil, 15 671 - Parada do Lucas
Rio de Janeiro-RJ - CEP 21.241-051
©IBGE - DIREITOS DE REPRODUÇÃO RESERVADOS

Divisão Político-Administrativa

GEOCÓDIGO		NOME
Distrito	Subdistrito	
230910005		GUARAMIRANGA
230910010		PERNAMBUCUINHO

Localização no Estado



Articulação das Partes do Mapa



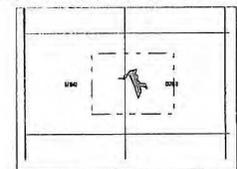
ASPECTOS FÍSICOS

Mesorregião: NORTE CEARENSE		
Microrregião: BATURITE		
Altitude da Sede:	Área: 59,4 Km ²	
COORDENADAS DA SEDE		
Latitude: -4,263	E: 507434	MC
Longitude: -38,583	N: 9526799	39
IMPLEMENTAÇÃO		
Coordenação Técnica: Coordenação de Cartografia	CCAR	
Coordenação Temática: Coordenação de Estruturas Territoriais	CETE	
Unidades Produtoras: Unidades Estaduais do IBGE		
Disseminação: Centro de Documentação e Disseminação da Informação		
CDDI		

CRONOLOGIA

MALHA TERRITORIAL	2007
EDIÇÃO	22-10-2007
Informações relativas à documentação básica e atualização	Consultar Metadados

Localização do município no Mapeamento Sistemático



Fonte: Mapa Índice do Brasil - IBGE

Convenções Temáticas			
Limites: Distrital			
Sub-Distrital			
Setor Censitário			
Identificação			
Distrito	Sub-Distrito	Setor Rural	Setor Urbano Aglomerado Rural
05	6		

Mapa Digital em Pdf

ATUALIZAÇÕES CARTOGRÁFICAS

COR MAGENTA - Levantamentos por GPS e/ou Imagens de Satélites
COR VERDE - Lançamento aproximado sem comprovação cartográfica

1.2. Coleta de dados

Devido à sazonalidade turística existente em Guaramiranga, as visitas técnicas foram efetuadas em períodos de baixa e alta temporada (ver tabela 1), facilitando a percepção das diferenças quanto a três fatores que constituem os alicerces desta pesquisa – o espaço, os serviços e as demandas.

Tabela 1 - Períodos de visitação

Visitas em baixa temporada	Visitas em alta temporada
Segunda quinzena de janeiro, fevereiro (excluindo o Carnaval), março, abril, junho, agosto, segunda quinzena de setembro, outubro, novembro e primeira quinzena de dezembro	Primeira quinzena de janeiro, Carnaval, julho, primeira quinzena de setembro e segunda quinzena de dezembro

A observação do espaço incluiu a infraestrutura urbana e os estabelecimentos públicos e privados de uso turístico, com ênfase na constituição material, acessibilidade e adequação desses espaços ao meio natural.

A utilização de fotografias de variados equipamentos turísticos do município visou a reconhecer as principais vantagens e desvantagens apresentadas pelos turistas que buscam o Turismo Ecológico no local.

A avaliação dos serviços ofertados dentro do Turismo Ecológico em Guaramiranga considerou empresas do município e de Fortaleza. Examinou-se o pacote turístico de uma operadora nacional, aqui denominada de operadora α .

No pacote turístico analisado, foram observados os seguintes parâmetros: a presença de Guaramiranga como destino único ou interligado, no itinerário disponibilizado; a realização de atividades que envolvessem o contato direto com a natureza; o fornecimento de informações sobre aspectos histórico-naturais, socioeconômicos e culturais da cidade; e a inclusão de idosos e de portadores de deficiência a partir da seleção da hospedagem e do atendimento específico a eles ofertado.

Os dados obtidos foram compilados de maneira a estabelecer comparações entre os serviços e permitir a formulação de propostas de gestão, conforme o planejamento turístico existente para a cidade e a participação da comunidade local. A analogia com serviços que abrangem os pontos investigados em outros destinos turísticos do Brasil e do mundo objetivou produzir novas reflexões.

Entrevistaram-se duas pessoas idosas e duas portadoras de necessidades especiais, sendo que uma dessas pessoas idosas conhecia Guaramiranga e a outra não. O mesmo critério foi adotado para as pessoas deficientes. Esta estratégia, aplicada com indivíduos acostumados a viajar, visou a comparar o espaço e os serviços experimentados pelos que já estiveram no local ao que era esperado pelos que não conheciam o município. O ANEXO A traz um guia de perguntas utilizado nas entrevistas.

Depositaram-se as informações obtidas no *software on-line* Panteon (PANTEON, 2009), onde foram processadas. Os dados armazenados juntamente aos outros levantamentos executados contribuíram para os resultados finais da investigação.

As discussões acerca das proposições desta pesquisa com gestores públicos e privados atuantes no Turismo de Guaramiranga pretenderam enriquecer o material preparado, tornando-o aplicável e correspondente à visão de quem trabalha com a atividade no município.

As alternativas elaboradas para a melhoria do Turismo Ecológico no local, principalmente no papel que pode desempenhar na recepção de idosos e portadores de necessidades especiais, tiveram a finalidade de tornar a identificação do problema uma estratégia para a prevenção de falhas que possam surgir no futuro.

A revisão bibliográfica promovida em livros, documentos, artigos, leis e decretos, matérias de jornais e *sites*, brochuras e materiais de divulgação turística atuou como referência teórica ao estudo, seja como guia de entrevista, seja como instrumento de condução dos procedimentos metodológicos.

Dentre as referências exploradas, merecem ser enfatizadas: Almeida *et al.* (1993), Bastos (2005), Beni (2003), Brasil (2002a), Brasil (2006a), Campos (2001), Ceará (1992), Corbella e Yannas (2003), Fernandes (2002), Lima (2006), Lindberg e Hawkins (1995), Loboda e De Angelis (2005), Mascaró e Mascaró (2002), MTur e Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) (2006), Motta e Lima (2007), OMT (2003), OMT (2004), Organização Mundial da Saúde (OMS) (1980), Saeta e Teixeira (2002) e Stagno (2008).

1.3. Análise, representação de dados e propostas

A conjugação dos dados obtidos pelas fontes utilizadas nesta pesquisa conduziu à estruturação de um diagnóstico do Turismo Ecológico em Guaramiranga, segundo o espaço, os serviços e as demandas constatadas.

Fatores como flexibilidade de tempo, apreço por atividades exercidas em meio natural e interesse em praticar Turismo guiaram a interpretação dos turistas estudados na direção da baixa elasticidade de demanda, o que refletiria, teoricamente, na menor sazonalidade turística. Devido a isso, tentou-se comunicar as observações práticas feitas na pesquisa às informações quali-quantitativas provenientes da investigação.

A análise dos recursos físicos com fins turísticos por meio da sua caracterização, assim como do registro fotográfico, serviu para verificar a adequação dos equipamentos turísticos às normas técnicas brasileiras, no caso, estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

O pacote turístico que incluía Guaramiranga na sua programação foi averiguado, considerando-se desde a oferta do produto até o usufruto do mesmo.

As informações geradas nas entrevistas foram processadas pelo *software* Panteon.

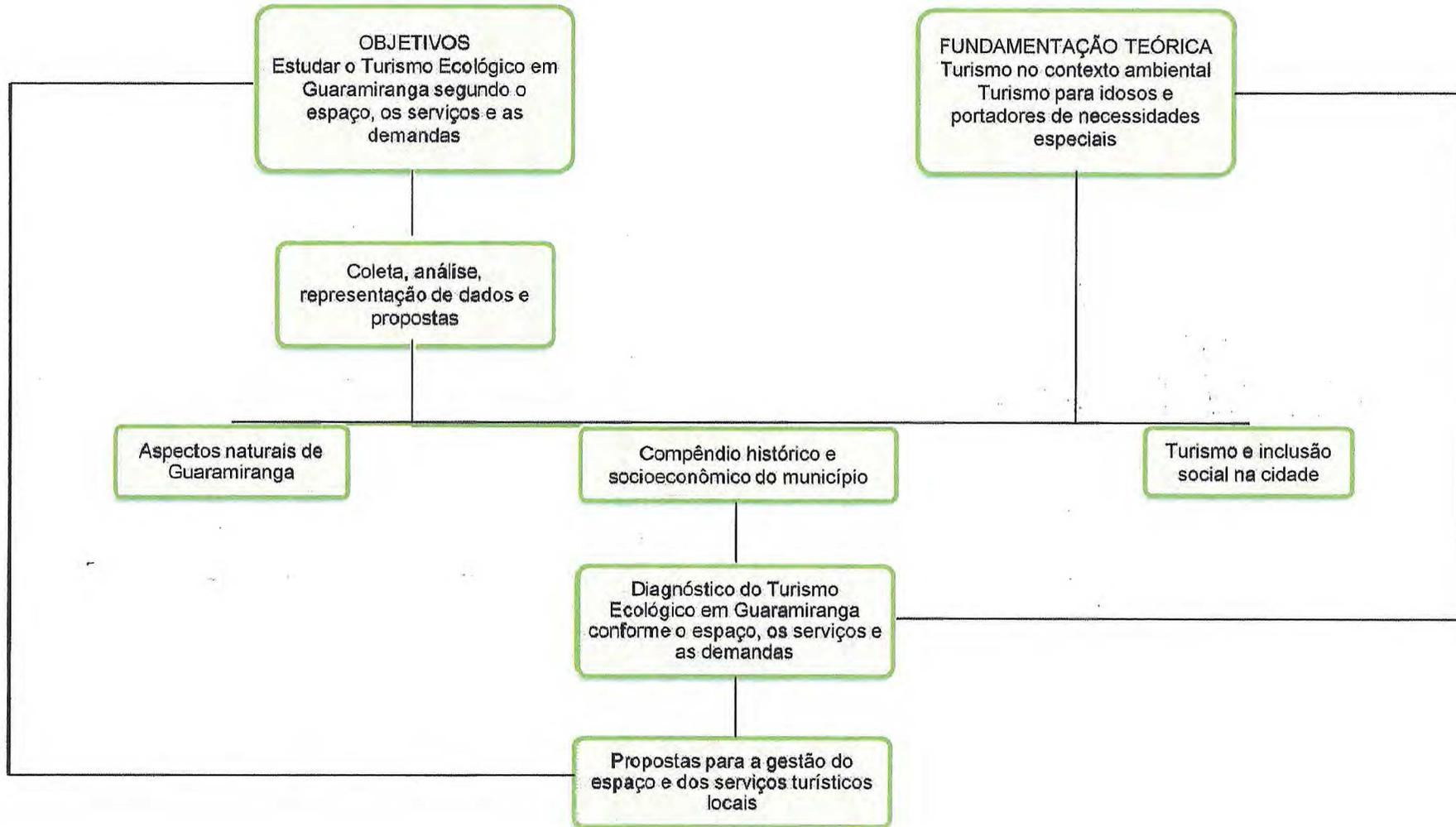
Segundo Motta e Lima (2007), o método da Interface Panteon consiste no acesso a um banco de dados via *web*, permitindo a qualquer indivíduo ou grupo de análise criar seus próprios elementos hipertextuais para diagnosticar problemas intra ou inter-organizacionais.

Originalmente desenvolvido para a análise colaborativa de problemas em contextos organizacionais ou de ensino-aprendizagem em Ciências Sociais (LIMA; KOEHLER; SPIRO, 2004; LIMA, 2001; LIMA, 2003), o Panteon pode ser aplicado também como instrumento de suporte à pesquisa qualitativa, conforme foi utilizado neste trabalho. Com esta ferramenta, pretendeu-se comparar os interesses e as necessidades, muitas vezes ignorados, de idosos e deficientes.

A preparação de profissionais do Turismo de Fortaleza, que atuam em Guaramiranga, e dos que estão permanentemente nesta cidade foi avaliada de acordo com a capacitação técnica requerida pela maioria dos órgãos internacionais do setor, segundo a ABNT e Brasil (2006b).

O fluxograma metodológico sintetiza as etapas que compõem este estudo.

FLUXOGRAMA METODOLÓGICO



R 13 982259

2. A INSERÇÃO DO TURISMO NO CONTEXTO AMBIENTAL

O advento da sociedade fabril estimulou a busca do bem-estar material, facilitado a partir do aumento dos salários e da redução do tempo de trabalho.

De acordo com Krippendorf (2001), os resultados dessa mudança foram formidáveis, ainda que, no século XVIII e até o início do século XIX, uma grande camada da população trabalhasse de 4.000 a 4.500 horas por ano e uma parte, 15 horas por dia, 7 dias por semana.

O ganho em tempo livre no século seguinte foi, todavia, substancial. De 1900 a 1940, 75% do crescimento da produtividade foram empregados na redução do tempo de trabalho. De 1940 a 1980, a produtividade foi transformada em salários, na proporção de 80 a 90% (KRIPPENDORF, 2001).

Em resposta a esse maior poder de compra, o Turismo passou a compor o grupo de atividades que recebem destaque na economia mundial.

No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, vários planos, programas e estratégias turísticas fracassaram, porque, na maioria das vezes, eram montados por instituições oficiais, centralizadoras e pouco democráticas, que não estavam sensíveis às necessidades locais. Dessa forma, tais tentativas agravaram as diferenças sociais e econômicas, inviabilizando e degradando patrimônios naturais e culturais.

Esse reduzido sucesso reforça a crença, para planejadores e gestores do Turismo, de que o atendimento às premissas do Turismo sustentável se mostra melhor sucedido se o mesmo acontece em escala local e é consoante aos anseios e às necessidades dos atores sociais envolvidos (ALMEIDA *et al.*, 1993).

Para Rodrigues (1997), com a expansão rápida do Turismo a partir dos anos cinquenta, muitas vezes não se planejou o seu estabelecimento e desenvolvimento, culminando na generalizada degradação ambiental em vários pontos turísticos do mundo.

Rodrigues (1997) ressalta que o processo evolutivo do Turismo se dá na forma de “ondas”, pois há a descoberta dos espaços, seguida de sua grande ocupação, levando à modificação dos mesmos, o que destrói os recursos que condicionam e estimulam o Turismo. Tais locais perdem valor de mercado e passam a ser abandonados e substituídos por outros com mais atrativos.

Quando não se planeja o Turismo conforme a região, cria-se uma área deslocada de seu cenário.

As investigações sobre os impactos do Turismo no mundo revelam dificuldades em isolar mudanças induzidas apenas pela sua ação. No caso brasileiro, a situação é ainda mais grave, já que a preocupação com a natureza não resultou em estudos suficientes para comprovar o tamanho dos impactos produzidos pelo Turismo (TULIK, 1993).

Dias (2003) relata que o Turismo é uma atividade que, se bem planejada, pode dar retorno permanente às comunidades, pois, diferentemente da atividade industrial tradicional, não transforma os recursos para serem levados como produtos comercializáveis para outras regiões.

A peculiaridade da atividade turística é a utilização dos recursos naturais e culturais na composição de um produto comercializável que não pode ser deslocado e deve ser consumido no próprio local. E, mais importante, quanto menos alterado o recurso, maior o valor do produto turístico.

Fundamentando-se nisso, Salva (1996) comenta que a “turistificação das paisagens” ou o processo de mudança de um lugar para adequá-lo à função turística, na maioria das vezes, não consegue sincronizar o ritmo e o volume da exploração dos recursos com a capacidade que o meio oferece de suportar essa exploração. Molina (2005) introduz, nesse sentido, a seguinte afirmação:

[...] o planejamento do Turismo teve um enfoque econômico, dirigido especialmente para regularizar os investimentos. Esta visão restrita desembocou em urbanizações turísticas. Até o presente, não se impulsionou e desenvolveu um processo de planejamento integral do Turismo (que considere as variáveis ideológica, política, econômica, social, psicológica, antropológica e físico-ambiental) e, por isso, não surgiram verdadeiros pólos turísticos, e sim, urbanizações de uso turístico (MOLINA, 2005, p. 38-39).

Essa produção material dos lugares é causa e consequência da produção material do Turismo. Assim, o lugar turístico torna-se um produto da ciência e da tecnologia, com um conteúdo informacional e ideológico, que é capitalisticamente comercializado. Desenham-se, desse modo, os pontos do meio técnico-científico-informacional (RODRIGUES, 2002).

De certa maneira, ocultado pelo processo de expansão turística, o meio ambiente ficou submisso às políticas adotadas em seu favor, mesmo o Turismo moderno tendo começado a chegar às atuais conformações no século XIX.

Os primeiros movimentos políticos realizados em prol do meio ambiente somente ocorreram na década de 1970. No ano de 1972, foi realizada, em Estocolmo, a Conferência

das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, na qual ficou decidido que, para o bem-estar da natureza, seriam necessárias alterações profundas nos modelos de desenvolvimento, nos hábitos e comportamentos dos indivíduos e da sociedade. Entretanto, foi através da Comissão Brundtland, a qual organizou as suas discussões na obra *Nosso Futuro Comum* (1988), que se chegou à revolucionária expressão “desenvolvimento sustentável” (DIAS, 2004).

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (COMISSÃO BRUNDTLAND, 1988 *apud* DIAS, 2004, p. 120).

Em posse desse novo postulado, iniciou-se uma reforma ideológica, que atuou decisivamente no sistema de produção e ordenamento da sociedade contemporânea. Esse marco fora, posteriormente, ratificado pela Carta do Rio sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, criada no Rio de Janeiro durante a Eco-92.

O estabelecimento de outros conceitos, como Certificação Ambiental, Atuação Responsável e Gestão Ambiental, alterou a postura que marcava, até recentemente, o relacionamento entre as empresas, de um lado, e os órgãos de fiscalização e as Organizações Não-Governamentais (ONGs) participantes nas questões ambientais, de outro. Uma postura inovadora, baseada na responsabilidade solidária, começou a relegar a um segundo plano as preocupações com multas e autuações, que foram substituídas por um maior cuidado com a imagem das empresas (VITTE; GUERRA, 2004).

No interior do espectro de atuação do Turismo Ecológico, poderiam ser mencionados os exemplos: Programa de Desenvolvimento Sustentável e Ecoturismo de San José de Uchupiamonas, na Bolívia; Complexo Turístico Las Terrazas e Complexo Turístico Topes de Collantes, em Cuba; Projeto Alándaluz – Vila Ecológica, no Equador; Projeto Comunitário de Acampamento Turístico Spitzkoppe, na Namíbia; e ONG Green Tour, no Quirguistão (OMT, 2004).

Apesar de se saber da viabilidade de adequar o Turismo, bem como a maior parte das atividades socioeconômicas, à sustentabilidade, alguns autores como Pinheiro (2006) acreditam que a sustentabilidade no Turismo é uma utopia, enquanto possibilidade, sonho e desejo de emancipação humana, liberdade e felicidade.

Diversas correntes de pensamento e políticas de atuação, verificados principalmente em setores que fazem uso de bens naturais, mostraram que a ideologia nunca deixou de mover o segmento trabalhista.

Todavia, o Turismo é um “devorador de paisagens”, para utilizar a expressão de Krippendorf (2001), sobretudo, das paisagens e dos espaços com características particulares e

distintivas. O turista procura as paisagens mais puras e de maior beleza, raras e diferentes das que está habituado a ver. Essas, uma vez exploradas para fins turísticos, tornam-se menos atrativas, levando à busca de outras que passam a ser objeto de nova exploração, criando-se, assim, um círculo vicioso que pouco a pouco põe em risco a essência do Turismo (CUNHA, 1997).

O desgaste é resultado esperado de qualquer processo físico, ainda que medidas sejam tomadas para evitá-lo. Não seria diferente com o Turismo, onde o contato é, antes de qualquer coisa, necessário para se ter a sensação de experiência. Há, porém, algumas relevâncias que são capazes de contradizer este raciocínio apontado por Cunha (1997), caso se considere o potencial de renovação do Turismo Ecológico.

Enquanto as mudanças do mundo moderno, com seus processos impactantes e suas exigências crescentes por matérias-primas, encarregam-se de comprovar os limites de tolerância suportados pela natureza, fica, até certo ponto, desconhecida a capacidade de o ambiente lidar com esses processos após alguns anos. A maior parte dos espaços naturais se mostra sensível ao desgaste, no entanto, outra demonstra significativa resistência.

A paisagem, como objeto de análise, permite afirmar que as características diferenciadas de um local em relação a outro são também formas de obter respostas distintas quando submetidas à ação de processos similares, a exemplo de atividades turísticas.

O Turismo Ecológico, enquanto especialização de Turismo, mostra-se afim à observação dessas alterações, ao mesmo tempo em que possibilita a reflexão sobre a importância da natureza na vida da humanidade. Interagir com bens que necessitaram de milhões de anos para adquirir a estrutura atual traz à tona um elo de dependência entre o ser humano e o seu espaço natural exterior, que se encontra longe de ser rompido.

Preocupações mais recentes com a conservação ambiental exigiram políticas que contemplassem o Turismo sustentável, situação definida por Pearce (1981) como “a maximização e a otimização da distribuição dos benefícios do desenvolvimento econômico baseadas no estabelecimento e na consolidação das condições de segurança, oferecendo serviços turísticos para que os recursos naturais sejam mantidos, restaurados e melhorados”.

Pode-se adicionar às palavras de Pearce (1981) que a delimitação de regiões turísticas, como proposta preliminar para o encadeamento de ações norteadas ao crescimento do Turismo regional, seria de grande valia nesse processo (BAHL, 2004).

A aplicação de estratégias direcionadas que possibilitem o incremento do Turismo precisa ser pensada ao se tratarem de espaços diversificados. O Ceará, como concentrador de

diferenças paisagísticas, socioeconômicas e culturais, requer atenção generalizada de modo a aproveitar com eficiência as suas particularidades.

Guaramiranga, por estar situada na Área de Proteção Ambiental (APA) da Serra de Baturité, deve ser submetida a um controle ambiental, regulado por Licenciamento Ambiental (LA), Licenciamento Prévio (LP), Licenciamento de Instalação (LI) e Licenciamento de Operação (LO).

Assumpção (2007) define o LA como:

“procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente (no caso de Guaramiranga, a Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace)) licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental” (ASSUMPÇÃO, 2007, p. 235).

O artigo 225 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL ..., 2000) determina a elaboração de um Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade, garantida a realização de audiências públicas, quando couber, de acordo com a regulamentação.

O LP “é concedido na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou da atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos posteriormente” (ASSUMPÇÃO, 2007, p. 235).

O LI “permite a instalação do empreendimento ou da atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes” (ASSUMPÇÃO, 2007, p. 235).

O LO “autoriza a operação da atividade ou empreendimento decorrida a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças, com as medidas de controle ambiental e condicionamentos determinados para a operação” (ASSUMPÇÃO, 2007, p. 235).

Dessa forma, fundamentando-se nesses licenciamentos, Guaramiranga necessita executar pelo menos quatro políticas tradicionais de gestão ambiental urbana (RIBEIRO; VARGAS, 2001):

- Políticas normativas, que incluem as legislações de uso e ocupação do solo e a regulamentação de padrões de emissão de poluentes. O ANEXO B contém artigos ligados a esta pesquisa do Projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de Guaramiranga;

- Políticas de fiscalização e controle das atividades. No ANEXO C, observam-se alguns artigos do Código de Obras e Posturas de Guaramiranga;
- Políticas preventivas, caracterizadas pela criação de espaços territoriais protegidos (como o Parque Ecológico de Guaramiranga, por exemplo), pelas avaliações de impacto ambiental, análises de risco e licenciamento ambiental; e
- Políticas corretivas, que se constituem nas intervenções diretas de implantação e manutenção de infraestrutura.

Na concepção de Beni (2003), a conservação de recursos naturais exige a aplicação de normas ecológicas, as quais devem estar presentes em toda metodologia que objetive o desenvolvimento turístico:

- Estratégia - planejamento dos recursos turísticos naturais com base em planos, projetos, programas e atividades harmônicas com sua quantidade e qualidade;
- Preservação - salvaguardar aqueles recursos que estão em risco de extinção;
- Restauração - correção de erros de manejo em ecossistemas alterados;
- Maximização - aproveitamento total de um recurso, evitando seu desperdício e aumentando sua qualidade e quantidade;
- Reutilização - fazer uso de um recurso tantas vezes quantas forem possíveis;
- Substituição - utilização de outros recursos em lugar daqueles em via de extinção; e
- Uso integral - satisfação de diferentes necessidades mediante um só recurso, isto é, o uso múltiplo.

Vale para Guaramiranga a tendência que já acontece em países desenvolvidos – a de adoção de processos que tenham uma organização sistêmica da construção de edifícios e da cidade (ROSSI, 1999).

A questão urbana objetiva garantir não somente a administração do município, como também a oferta dos serviços urbanos básicos e necessários para que a população e os vários agentes privados, públicos e comunitários possam desenvolver e maximizar suas vocações de forma harmoniosa (ACIOLY; DAVIDSON, 1998).

Nesse contexto, é necessário estabelecer e aplicar padrões de desenvolvimento e diretrizes de *design* adequados para indicar o melhor caminho para as instalações. Esse nível de planejamento é executado por planejadores locais, arquitetos urbanistas, geógrafos, biólogos, engenheiros de várias especialidades, dentre outros profissionais.

O planejamento do espaço urbano, que indica a localização precisa de prédios, de outras estruturas e de áreas de conservação da paisagem envolve, de acordo com a OMT (2003), algumas considerações básicas:

- Evitar riscos ambientais às próprias instalações ou ao meio ambiente local;
- Manter conexões adequadas entre os prédios e os agrupamentos de prédios no local, juntamente com áreas de recreação, de paisagem e de conservação, no que se refere ao leiaute dos prédios e a outros usos do local; e
- Conservar planos e corredores de paisagem conforme os pontos de amenidades visuais. Os primeiros se relacionam à não-obstrução da visão a partir de um certo nível de altura; os segundos, à manutenção de um campo de visão livre de obstáculos entre os prédios e outras estruturas.

A OMT (2003), segundo as experiências de construção testadas em diversos países com atuação no ramo do Turismo Ecológico, elaborou um compêndio de recomendações. Elas, por sua vez, abarcam atribuições específicas do setor de planejamento ambiental e urbano, que poderiam ser introduzidas em Guaramiranga, como:

- *Design* arquitetônico - uso de estilos de *design* e motivos históricos ou tradicionais do lugar de modo que os prédios possam traduzir o ambiente cultural e dar aos visitantes um senso distinto de lugar; aplicação de materiais de construção locais para reforçar as características arquitetônicas típicas e a economia do município; e o uso da iluminação e da ventilação natural (OMT, 2003);
- Infraestrutura urbana e de recursos turísticos - as construções devem evitar um corte significativo de árvores e minimizar a perturbação de outros elementos naturais; incentiva-se a utilização de árvores que tenham caído naturalmente; os sistemas de telhas precisam respeitar os padrões de deslocamento e os *habitats* da vida selvagem; o controle da erosão deve ser considerado na disposição de prédios e trilhas; sugerem-se prédios com espaçamento, levando em conta os padrões de deslocamento da vida selvagem e o crescimento da floresta; oferecimento de sinalização no início das trilhas para valorizar a apreciação do ambiente natural e estabelecer regras de conduta; utilização de técnicas de desenvolvimento de baixo impacto, como passeios de madeira ao invés de trilhas com ou sem calçamento; os encanamentos de água devem se situar em locais onde reduzam a necessidade de escavações, adjacentes às trilhas, quando possível; e oferecimento de

banheiros ecologicamente projetados e equipamentos para descarte de lixo no início das trilhas (OMT, 2003); e

- Redução de impactos - revisão de qualquer fonte potencial de som ou odor associada ao desenvolvimento que possa perturbar o meio ambiente ou que seja desagradável ao visitante; utilização de novas tecnologias que respeitem a natureza, a exemplo das que aproveitam a energia solar para aquecimento de água; instalação de lâmpadas de baixo consumo e de chuveiros e vasos sanitários com pouca vazão de água; introdução de sistemas biológicos compactos e inodoros para o tratamento de resíduos orgânicos, como a compostagem, as fossas sépticas e os reservatórios de biogás, diminuindo a saída de resíduos em caminhões de lixo; e observação de métodos de reciclagem de esgoto para fins não-potáveis e de tratamento de água contaminada antes do seu retorno ao ambiente natural (OMT, 2003).

Bahl (2004) ratifica as possibilidades de aplicação do planejamento pensado pela OMT para projetos de cidades com clima tropical úmido, à semelhança de Guaramiranga. Fabos (1991), Machado e Ahern (1997) complementam essas medidas ao propor a criação de corredores ecológicos, como corredores que unem grandes e pequenos espaços, sejam reservas naturais ou sítios históricos e elementos culturais herdados, incluindo o patrimônio urbano. Em Guaramiranga, os corredores ecológicos limitariam a expansão urbana e valorizariam a parte construída através da comunicação de seus componentes.

A presença destacada de elementos naturais renováveis no município favoreceria a arquitetura de recursos, a qual se utiliza de fatores como iluminação natural e ventos para a manutenção de microclimas interiores.

A natureza presente em Guaramiranga contribui para a construção da paisagem da cidade, formando uma vegetação urbana capaz de beneficiar físico-funcionalmente a infraestrutura local.

A adaptação da infraestrutura, no intuito de torná-la acessível a diversos tipos de usuários, não obstante, requer, além de financiamento, a consideração dos elementos já presentes no espaço analisado.

A preservação e a conservação da vegetação nativa reduzem os esforços necessários para se obter um estado sustentável de utilização do meio e aumentam as chances de sucesso do planejamento. O Parque das Trilhas buscou essa estratégia de diferentes formas, como mostram as figuras 2, 3 e 4.



Figura 2 - Parque das Trilhas. Escadaria de acesso à uma das nascentes do Rio Pacoti. Fonte: Autor (2008)



Figura 3 - Parque das Trilhas. Painéis informativos sobre a fauna e a flora local. Fonte: Autor (2008)



Figura 4 - Parque das Trilhas. Passagem de nível para facilitar o deslocamento no terreno acidentado. Fonte: Ripoll (2008)

No âmbito do Turismo Ecológico, a valorização de elementos regionais, junto a técnicas de construção que respeitem o meio ambiente, mostrar-se-ia como alternativa à maioria dos equipamentos turísticos hoje utilizados. O processo de manutenção dos mesmos ainda seria facilitado pela reposição com materiais da própria região.

3. O TURISMO PARA IDOSOS E PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

No parecer de Cunha (1997), a atividade turística se baseia em recursos naturais ou não, podendo ser elementos naturais ou atividades humanas que provoquem o deslocamento de pessoas ou satisfaçam necessidades decorrentes desse deslocamento.

O grupo *Disability & Freedom of Movement*, formado por um conjunto de instituições europeias (*Accessible e-Learning Platform for Europe Project* (ALPE), da Espanha; *Cooperative Integrate Onlus* (CO.IN), da Itália; CNAD, de Portugal; CNRH, da França; *Info-Handicap*, de Luxemburgo; MI, da Suíça; e *Mobility International*, da Bélgica) e uma equipe de peritos britânicos, em 1984, publicaram um relatório intitulado “Turismo para Todos”¹, resultante de um congresso organizado no Reino Unido.

O relatório traz um conjunto de recomendações destinadas à indústria do Turismo, tendo em consideração, nos programas turísticos, as necessidades de todas as pessoas, especialmente as dos grupos em desvantagem, de modo que todas pudessem ser beneficiadas pelas políticas de Turismo (MINISTÉRIO ...; INSTITUTO ..., 2006).

Fez-se necessária a criação de rotas acessíveis que conectassem ambientes externos ou internos de espaços e edificações, os quais permitiriam ser utilizados de maneira autônoma e segura por todas as pessoas. A rota acessível externa poderia incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres e rampas, ao passo que a interna incluiria corredores, pisos, rampas, escadas e elevadores (BRASIL, 2006b). O ANEXO D apresenta algumas leis, decretos, posturas e normas técnicas que dizem respeito à acessibilidade.

A questão da inclusão social das pessoas idosas e das portadoras de deficiência é de extrema significância, especialmente se forem pensados os riscos de qualquer indivíduo não-deficiente se tornar deficiente e o processo natural de envelhecimento.

De grande expressão na Europa e nos Estados Unidos, o fluxo turístico de idosos ou pessoas da terceira idade², que tem como principal característica a não-sazonalidade, é capaz de eleger livremente seus períodos de viagem em razão do tempo disponível (BENI, 2003).

¹ TURISMO PARA TODOS. *Informações gerais*.

Disponível em: <<http://www.info-handicap.lu/freedom/contenpo.html>>. Acesso em: 20 set. 2009.

² O termo terceira idade surgiu na França, quando da criação das *Universités du Troisième Âge*, na década de 1970, passando a ser largamente difundido e empregado em contraposição à palavra velhice.

Embora os idosos possuam, em sua maioria, limitado poder aquisitivo no Brasil, regulado, geralmente, por uma única fonte de rendimento – a aposentadoria –, eles costumam realizar viagens em grupo e com permanência mais prolongada nas destinações, recebendo atenção especial na programação e no acompanhamento de roteiros, nos equipamentos de hospedagem e na alimentação (BENI, 2003).

Há diferenças entre os relógios biológicos da pessoa ativa e da pessoa que se aposenta. A pessoa que se aposenta passa a ter disponíveis as horas de trabalho, além das horas despendidas no transporte, o que amplia significativamente o tempo livre. Se esse tempo não for preenchido com atividades interessantes para a pessoa, poderá gerar graves problemas, como depressão, por exemplo. Por outro lado, quando bem dirigido, é bastante benéfico e pode promover o desenvolvimento pessoal (MINISTÉRIO ...; INSTITUTO ..., 2006).

No Brasil, esse segmento vem conquistando seu nicho no mercado impulsionado por uma política de incentivos governamentais e pela especialização de algumas empresas (BENI, 2003).

O Governo Federal, por intermédio do programa “Viaja Mais, Melhor Idade”, lançado em 2007, objetivou aumentar a representação dessa parte da população no Turismo nacional.

O Ceará, por sua vez, apresentou a Lei nº 13.634, de 2005, da Política Estadual de Incentivo ao Turismo para o Idoso, sancionada pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, como regimento a sua maior inclusão.

Na opinião de Beni (2003), as pessoas portadoras de deficiência, muito menos por questões de convivência normal e muito mais pela necessidade de espaços, instituições e equipamentos diferenciados, constituem outro segmento de recente expansão.

Em 1989, o *Centre of Communication Advance* (CCA) formulou uma tipologia de estilos europeus de consumo de Turismo, tendo como base uma abordagem sociocultural de ramificação, resultando em dezesseis grupos, nos quais detectou que, entre as variáveis demográficas, não era contemplada a variável relativa à deficiência. Esse sistema de estilos, desde então, tem funcionado para os gestores de Turismo como norteador para a oferta de serviços (EUROPANEL, 1998).

Um novo estudo foi realizado, em seis países da Europa, sobre típico lazer europeu, envolvendo 4.800 entrevistados maiores de 16 anos, com o intuito de identificar perfis quanto à preferência por atividades de lazer. Mais uma vez, não foi considerado o aspecto de ser o consumidor portador ou não de deficiência (SAETA; TEIXEIRA, 2002).

Nos países em desenvolvimento, a “sociedade inclusiva e o Turismo acessível para todos” parecem ser utopias devido às dificuldades econômicas, às barreiras arquitetônicas, à falta de políticas públicas para o setor. Por outro lado, surgem alternativas, e se inicia uma reflexão sobre o processo de construção de novos paradigmas e propostas estratégicas para o Turismo (OMS, 1980, p. 51).

Coriolano (2003) menciona que o desenvolvimento, para ser definido como social, precisa estar voltado às necessidades humanas, tornar as pessoas auto-independentes e habilitadas ao trabalho e à vida comunitários.

A acessibilidade pode ser apontada como uma das opções para auxiliar o Turismo nessa direção. Para isso, ela precisa ser interpretada como parte de uma política de mobilidade urbana que promova a inclusão social, a equiparação de oportunidades e o exercício da cidadania das pessoas com deficiência e idosos, com o respeito dos seus direitos fundamentais.

Para Camarano (2002), o envelhecimento da população mundial é o fator que mais preocupará as autoridades governamentais no milênio que se inicia. Em 1950, o percentual de pessoas maiores de 60 anos no mundo era de 8,2%, chegando em 2000 ao índice de 10%. As projeções feitas para 2050 mostram que o planeta abrigará 21,1% de pessoas idosas entre o total da população. No Brasil, em 1950, 4,9% da população eram de idosos; em 2000, 7,8%; e para 2050, estima-se a representativa taxa de 23,6% de indivíduos com mais de 60 anos em nosso convívio social.

Conforme estimativa da Organização das Nações Unidas (ONU), entre 7% e 10% da população mundial são constituídas por pessoas com deficiência. A Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e a OMS informam ainda que a dificuldade com a acessibilidade e mobilidade são os principais problemas que enfrentam as pessoas com deficiência, devido às barreiras arquitetônicas e urbanísticas que intensificam o problema de integração social (MINISTÉRIO ...; INSTITUTO ..., 2006).

O MTur e o IBAM (2006) através de um estudo verificaram que, nas décadas de 1980 e 1990, a ideia de eliminação de barreiras arquitetônicas para atender a pessoas com deficiência tomou um sentido mais amplo, absorvida na concepção de um “Desenho Universal” e inserida no direito urbano e nas políticas de inclusão social.

O “Desenho Universal” se enquadraria à maior gama possível de pessoas, incluindo idosos e deficientes, planejando espaços com dimensões apropriadas para interação, alcance e uso de produtos em geral, independente do tamanho, da postura ou mobilidade do usuário, reconhecendo e respeitando a diversidade física e sensorial entre as pessoas e as

modificações do corpo desde a infância até a velhice (MINISTÉRIO ...; INSTITUTO ..., 2006). Nesse contexto, salienta-se que:

[...] o espaço turístico não é construído para uma pessoa, e sim para muitos, que apresentam diferenças de temperamento, formação, ocupação profissional, origem étnica e diversidade social, e, portanto, interesses diferentes (CASTROGIOVANNI, 1999, p. 28).

Saeta e Teixeira (2002) propuseram que as barreiras arquitetônicas fossem percebidas sob três perspectivas: aquelas que já existem na estrutura arquitetônica e que não podem ser mudadas, pois seriam comprometidos aspectos histórico-culturais, descaracterizando-os; as relativas a características da natureza; e aquelas que existem por falta de consciência da importância da pessoa portadora de deficiência e dos idosos como clientes dos serviços turísticos, ou, ainda pior, por falta de entendimento de que essas pessoas são cidadãos com direitos iguais aos demais.

O Embratur, pela Deliberação Normativa nº 411, de 15 de outubro de 1999, determina como município turístico aquele dotado de potencial para tal fim, sendo capaz de aprovar projetos destinados à construção, ampliação e reforma de empreendimentos turísticos, com prioridade àqueles que contemplem padrões e critérios que proporcionem às pessoas idosas e às portadoras de deficiência condições adequadas e seguras de recepção e acessibilidade autônoma (OMS, 1980).

Como no Brasil, também na Espanha se definiram normas para que os municípios pudessem ser considerados “Municípios Turísticos Acessíveis”. Conforme a Agência Espanhola de Turismo para Pessoas com Deficiência (AETPD), para possuir o título, os municípios deveriam cumprir com os seguintes requisitos (OMS, 1980):

- Ter elaborado um Plano Municipal de Acessibilidade;
- Desenvolver um Plano de Eliminação de Barreiras do Município;
- Realizar ações permanentes de acessibilidade urbanística e supressão de barreiras arquitetônicas;
- Manter um serviço de transporte de táxi adaptado;
- Estabelecer centros de lazer acessíveis;
- Implantar em áreas emblemáticas caminhos acessíveis ou adaptados; e
- Permitir a acessibilidade dos portadores de deficiência ao meio ambiente.

Dentro das limitações e necessidades dos idosos, muitas dessas medidas poderiam contemplá-las, o que reforça a ideia do “Desenho Universal”.

O Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana – Brasil Acessível –, lançado em 2004, tem o objetivo de incluir uma nova linha, no processo de construção das cidades, que considere o acesso universal ao espaço público por todas as pessoas e suas diferentes necessidades. Com a assinatura do Decreto Federal nº 5.296, de 2004, regulamentando as leis nº 10.048 e nº 10.098, ambas de 2000, que tratam dos critérios básicos para a promoção de acessibilidade às edificações, vias públicas, mobiliário urbano e transportes, os governos federal, estadual e municipal ficaram obrigados, desde então, a garantir o cumprimento das demandas estabelecidas nos termos legais (BRASIL ..., 2006a).

Ao se interpretar a acessibilidade, evidenciou-se que outras funções, a exemplo da mobilidade, estão a ela conectadas. Pensar um ambiente adaptado favorece não somente aos idosos e deficientes, mas também obesos, gestantes e indivíduos incapazes de locomoção eficaz temporariamente.

As vias públicas, palco de muitas atividades turísticas, devem estar adequadas às condições de acessibilidade. No Brasil, o poder público, por força da Lei nº 10.098, de 2000, e do Decreto nº 5.296, de 2004, fica obrigado a investir na reforma do espaço físico, do urbano ou dos edifícios para garantir uma circulação mais segura e com mais conforto aos idosos e às pessoas com deficiência (MINISTÉRIO ...; INSTITUTO ..., 2006).

A intensidade com que algumas pessoas vêm exercendo o Turismo Ecológico tem chamado a atenção de grupos de estudo em muitos centros. Pesquisadores de países como França e Estados Unidos têm destacado em suas pesquisas o papel do contato com a natureza na vida de idosos e de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Os dois grupos têm demonstrado que a finalidade original do Turismo Ecológico – a de integrar o homem ao ambiente de maneira pacífica e construtivista, sem deixar de ser um serviço – é atingível. As experiências de vida dos idosos e o modo particular de compreender o espaço que está ao seu redor, expressa pelos portadores de deficiência, apesar de serem condições bastante distintas, denotam o grau de maturidade que o Turismo Ecológico pleno requer para ser entendido e executado.

Embora do ponto de vista demográfico a população idosa seja definida pelo grupo etário com 65 anos ou mais de idade, a OMS propõe que, para países em desenvolvimento, o limite etário seja de 60 anos ou mais de idade, prevalecendo o mínimo de 65 anos para os países desenvolvidos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) adota ambos os referenciais, dependendo do enfoque dado em seus estudos (INSTITUTO ..., 2009).

Estabeleceram-se, na década anterior, devido ao aumento da longevidade humana, as classificações informais de terceira idade, composta pelos indivíduos entre 60 e 79 anos, e

quarta idade, formada por pessoas com 80 anos ou mais de idade. Este grupo, por sinal, segundo Camaro (FREITAS, 2002), está alterando a composição etária da faixa dos idosos.

Somente no Ceará são cerca de 882.000 idosos (10,55% da população total do Estado), o que corresponde a aproximadamente 4,3% do número de idosos no país (INSTITUTO ..., 2006; INSTITUTO ..., 2007). O Brasil possui 32,1% do total de idosos dos países que formam a América Latina e o Caribe (ANUÁRIO ..., 2007).

De 2001 a 2007 o IBGE registrou um acréscimo de 188.000 no número total de idosos no Estado do Ceará. Há, implícito nessa quantidade, o avanço de 46% entre os septuagenários e os octogenários no Ceará. Esses dados confirmam a tendência de envelhecimento populacional no Estado, iniciada em 1992, comportamento que também se repete em todo país (DIÁRIO ..., 2008).

A associação desses dados permite questionar o porquê da má utilização dessa camada populacional pelo mercado turístico, sabendo-se da sua elevada presença. Neste mesmo raciocínio, as informações acerca da reduzida renda *per capita* da maioria dos integrantes dessa parte da população podem ser pensados como justificativa para o governo e os serviços privados não concederem a devida atenção.

A população de idosos brasileira apresentava um perfil salarial que variava entre R\$ 403,00 e R\$ 657,00 há cerca de dez anos. O Distrito Federal e o Estado do Rio de Janeiro possuíam os maiores valores de renda mensal média entre os idosos do país – R\$ 1.796,00 e R\$ 1.018,00, respectivamente –, enquanto que os Estados nordestinos tinham os menores valores, como o Maranhão (R\$ 287,00). Essas informações censitárias podem ser comparadas com os dados da Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar (PNAD), realizada pelo IBGE e que revelam ser de R\$ 692,00 a renda média mensal do trabalhador brasileiro em 2003 (BRANDÃO, 2004).

Ações efetivadas em muitos lugares, como na Bolívia e na Namíbia, certificaram que o poder financeiro dos idosos, apesar de limitante, não era um fator excludente na realidade turística. Além disso, os idosos possuíam em seu favor, nesses países, vantagens como maior flexibilidade de tempo em relação a outras demandas (OMT, 2004).

Aparentemente, os consumidores idosos são mais exigentes em relação ao tratamento fornecido pelas pessoas que lhes ofertam serviços. Comportamentos como presteza, solicitude, paciência e bom humor são entendidos como necessários a tais pessoas. Por isso, infere-se, segundo esses aspectos, que algumas ações são importantes (MOTTA; LIMA, 2003):

- É preciso haver um processo de recrutamento e seleção altamente rigoroso, com psicólogos especializados, para identificar aquelas pessoas habilitadas a prestar serviços a idosos;
- Medir o desempenho do atendimento de forma alternativa ao comumente utilizado volume de vendas, como, por exemplo, o nível de satisfação do cliente, a rapidez na prestação de serviços, dentre outros; e
- No caso de pacotes turísticos para idosos, o serviço envolve conhecimentos básicos de atendimento de emergência e enfermagem, preferivelmente colocados em prática por profissionais da área de saúde.

O IBGE (2000) estimou em 1.288.797 – 17,3% da população estadual e 5,2% da de portadores de necessidades especiais no país – a quantidade de pessoas que tem pelo menos um tipo de deficiência ou incapacitação no Ceará. Desse total, a maioria de indivíduos é do sexo feminino, 50,79% são deficientes visuais; 16,77%, auditivos; 21,84%, motores; e 10,60%, mentais (ver tabela 2).

Tabela 2 - População residente, por tipo de deficiência

Unidades da Federação	População residente								
	Total (1) (2)	Tipo de deficiência							Nenhuma destas deficiências (4)
		Pelo menos uma das deficiências enumeradas	Deficiência mental permanente	Deficiência física		Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de enxergar	Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir	Incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar ou subir escadas	
Tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente	Falta de membro ou de parte dele (3)								
Brasil	169.872.859	24.600.255	2.844.936	937.462	478.595	16.644.840	5.735.099	7.939.784	143.726.948
Roraima (5)	324.397	40.555	3.708	1.198	982	30.323	8.129	9.742	280.480
Nordeste	47.782.488	8.025.536	859.454	281.561	129.021	5.747.460	1.861.687	2.523.611	39.342.893
Ceará	7.431.597	1.288.797	132.527	42.513	19.193	931.584	307.593	400.610	6.087.570
São Paulo (6)	37.035.456	4.203.632	547.314	193.401	93.476	2.638.187	984.131	1.378.816	32.456.538

Fonte: IBGE (2000)

(1) As pessoas incluídas em mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez. (2) Inclusive as pessoas sem declaração destas deficiências. (3) Falta de perna, braço, mão, pé ou dedo polegar. (4) Inclusive a população sem qualquer tipo de deficiência. (5) Estado com menor número de portadores de deficiência. (6) Estado com maior número de portadores de necessidades especiais.

Interpreta-se nesses números qualquer restrição ou impedimento ocasionado por uma deficiência da capacidade de realizar uma atividade dentro do âmbito tido como normal para o ser humano, podendo ser na forma física, intelectual ou sensorial, uma doença que precise de atenção médica ou uma enfermidade mental (OMS, 1980 *apud* BRINCKMAN; WILDGEN, 2003).

Em certos países, como os Estados Unidos e o Canadá, são consideradas pessoas com incapacidades todas aquelas que têm alguma desvantagem e/ ou dificuldade de desempenho funcional, o que engloba a população de idosos e de portadores de doenças crônicas potencialmente incapacitantes. No Brasil, a cultura vigente e a definição legal consideram pessoas com deficiência aquelas pertencentes aos segmentos com déficit mental, motor, sensorial e múltiplo (MINISTÉRIO ...; SECRETARIA ...; DEPARTAMENTO ..., 2006).

A OMS, em 1997, apresentou a Classificação Internacional das Deficiências, Atividades e Participação (CIDDM-2) em um documento cujos princípios enfatizavam o apoio, os contextos ambientais e as potencialidades em vez da valorização das incapacidades e das limitações (MINISTÉRIO ...; SECRETARIA ...; DEPARTAMENTO ..., 2006).

A CIDDM-2 concebe a deficiência como uma perda ou anormalidade de uma parte do corpo (estrutura) ou função corporal (fisiológica), incluindo as funções mentais. Já a atividade está relacionada com o que as pessoas fazem ou executam em qualquer nível de complexidade, desde aquelas simples até as habilidades e condutas complexas. A limitação da atividade antes conceituada como incapacidade, é agora entendida como uma dificuldade no desempenho pessoal. A raiz da incapacidade é a limitação no desempenho da atividade que deriva totalmente da pessoa. No entanto, o termo incapacidade não é mais utilizado porque pode ser tomado como uma desqualificação social (MINISTÉRIO ...; SECRETARIA ...; DEPARTAMENTO ..., 2006, p.11).

Distinguem-se basicamente quatro tipos de deficiência, a citar: motora, visual, auditiva e mental. Pelo Manual de Legislação em Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência (MINISTÉRIO ...; SECRETARIA ...; DEPARTAMENTO ..., 2006), é possível caracterizá-las da seguinte forma:

- Deficiência motora - as pessoas portadoras ressentem-se de uma variedade de condições neurossensoriais que as afetam em termos de mobilidade, coordenação motora geral ou da fala, como decorrência de lesões nervosas, neuromusculares e osteoarticulares ou, ainda, de malformação congênita ou adquirida;
- Deficiência visual - compreende uma situação irreversível de diminuição da visão, mesmo após tratamento clínico e/ ou cirúrgico e uso de óculos convencionais. Essa deficiência é

classificada pela OMS em categorias que abrangem desde a perda visual até a ausência total de visão;

- Deficiência auditiva - associada à perda total ou parcial da capacidade de ouvir. Manifesta-se como surdez leve e moderada, e surdez severa ou profunda; e
- Deficiência mental - o portador dessa deficiência se caracteriza por apresentar um déficit na inteligência conceitual, prática e social, implicando em uma substancial limitação da capacidade de aprendizagem do indivíduo e de suas habilidades para a vida diária.

Ocorre ainda a deficiência múltipla, que é a ocorrência, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias – mental, visual, auditiva e motora –, com comprometimentos que acarretam em atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa (MINISTÉRIO ...; SECRETARIA ...; DEPARTAMENTO ..., 2006).

As primeiras excursões turísticas organizadas por agências de viagem para deficientes (inicialmente cadeirantes) provavelmente surgiram na Europa. Tratavam-se de atividades fechadas, exclusivamente com pessoas portadoras de necessidades especiais, o que gerou dificuldades enormes para organizá-las, pois eram poucos os destinos turísticos no mundo acessíveis a essa demanda, sem contar a ausência de adequação nos aviões, aeroportos, navios, portos etc (OMS, 1980).

Na década de 1980, os movimentos para a inclusão social das pessoas deficientes se difundiram, facilitando a realização de viagens. Os transportes e as hospedagens começaram a receber adaptações, tornando o Turismo para deficientes viável em vários países (OMS, 1980).

Em 1999, o então presidente Fernando Henrique Cardoso assinou o Decreto nº 3.298, que regulamentou a Lei nº 7.853 sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, criada em 1989. Por ela se consolidaram as normas de proteção ao portador de deficiência, garantindo todos os direitos fundamentais que qualquer cidadão possui, como educação, lazer, saúde, trabalho, previdência social, assistência social, transporte. Cabe, para isso, ao Poder Público assegurar todos os direitos (MORAES, 2007).

Os dados percentuais de idosos e portadores de necessidades especiais no Ceará são superiores aos encontrados para o Brasil e a Região Nordeste. Ainda assim, a estatística, apesar de substancial, parece não influir nas medidas adotadas diante dos dois grupos de turista, sendo para Zeithaml, Berry e Parasuraman (SAETA; TEIXEIRA, 2002) fruto dos insuficientes estudos sobre os serviços de lazer e Turismo, particularmente, nos quais a concepção de qualidade é avaliada a partir da ótica dos idosos e deficientes.

Na pesquisa executada por Saeta e Teixeira (2002), percebeu-se que os portadores de deficiência não se sentiam reconhecidos como clientes com identidade própria, os quais necessitam e desejam receber serviços desenhados em uma configuração adequada. Viam-se, no entanto, confundidos com o cliente idoso, como se o atendimento dispensado a um servisse para o outro. Junto a esse fator, notavam que os serviços eram oferecidos por pessoas não-deficientes, incapazes de entender as suas necessidades, embora se comportassem como sendo hábeis a conhecê-las e atendê-las.

Sucedem, no Brasil, em muitas áreas do setor de serviços, a generalização do atendimento prestado ao idoso para o deficiente e vice-versa, desconsiderando as significativas distinções conhecidas entre os dois grupos. A atuação de profissionais do Turismo sujeitos a condições semelhantes às dos turistas, nos serviços a eles ofertados, direcionaria o atendimento, aumentando a sua qualidade.

O artigo 93, da Lei de Cotas (Lei nº 8.213, de 1991), determina que as empresas que possuem entre 100 e 200 funcionários devem reservar 2% de suas vagas para pessoas com deficiência (DIÁRIO ..., 2009). No Brasil, a operadora turística α e algumas empresas de transporte e hospedagem provavelmente seriam uma das poucas do segmento turístico a se enquadrar nessa condição.

Ainda que a contratação de idosos tenha crescido nos últimos anos, no setor de serviços, ela não pode ser atribuída à uma legislação similar àquela em favor dos deficientes, pois os idosos não contam com amparo legal nesse sentido.

As vantagens que essas classes de trabalhadores apresentam, como o Benefício da Prestação Continuada (BPC), o qual concede o pagamento de um salário mínimo mensal ao idoso com mais de 65 anos e ao deficiente desempregado, intimidam a sua contratação, inclusive na área do Turismo.

O Governo do Estado do Ceará encomendou a pesquisa “As pessoas com deficiência e o mercado de trabalho no Ceará: um olhar multifuncional” com o intuito de respaldar políticas públicas para o deficiente, detectando o que poderia ser melhorado.

A atual primeira-dama do Estado, Maria Célia Habib Ferreira Gomes, assumiu que o Ceará vai, em resposta aos resultados negativos para inclusão social obtidos no estudo, montar um Centro de Profissionalização para a Pessoa com Deficiência (DIÁRIO ..., 2009).

Essas percepções indicaram que os responsáveis pela oferta de serviços de Turismo pecavam em tentar oferecer serviços de qualidade e não procurar compreender as expectativas dos clientes de acordo com o seu parecer.

O Turismo oferecido a consumidores tradicionais é dotado de desafios, os quais, muitas vezes, levam ao aparecimento de falhas que resultam em mau atendimento. Quando se examinam turistas com características específicas, como idosos e portadores de deficiência, mais por se diferenciarem do turista padronizado pelo mercado do que por corresponderem a casos particulares, o Turismo Ecológico e a maioria das outras modalidades turísticas podem manifestar diversos problemas.

Ao se refletir sobre o conceito arquitetônico aplicado à inclusão social e à diminuição de barreiras físicas, concluiu-se que o mesmo cria uma arquitetura excludente, porque recursos, caminhos e equipamentos se tornam segregados para pessoas com necessidades especiais. Essas medidas, em certas situações, mais onerosas e esteticamente condenáveis, não beneficiam toda a população.

Entretanto, constatou-se que, no Estado do Ceará, o “Desenho Universal” passou a receber mais destaque nos últimos anos, deixando de ser unicamente para cadeirantes e passando a contemplar idosos, gestantes, pessoas com perdas temporárias ou permanentes, indivíduos portando carros de bebê, crianças, dentre outros. Permitiu-se simultaneamente à redução de barreiras físicas e à minimização das dificuldades de utilização de equipamentos, maiores condições de igualdade às pessoas com ou sem deficiência no acesso a diferentes serviços.

Algumas agências de Turismo, seguindo as modificações produzidas no aspecto da inclusão social, passaram a considerar o espaço físico visitado, associado à estrutura de pacotes e à forma de comercialização. Em consequência surgiram (SAETA; TEIXEIRA, 2002):

- Programas organizados de acordo com a idade e o tipo de deficiência;
- Programas estruturados para portadores de deficiência em conjunto com não-deficientes, o mesmo sendo oferecido para idosos em um grupo mais jovem;
- Comercialização de pacotes tratando o portador de necessidades especiais como cliente e não como dependente;
- Troca de experiências entre as empresas de Turismo de vários países (*benchmarking*);
- Contratação de pessoas idosas e de portadoras de deficiência para trabalhar na oferta de serviços; e
- Utilização de assessoria especializada para treinamento de funcionários.

Com isso, tornou-se claro que a determinação da qualidade de um serviço turístico estava relacionada a um grupo de organizações e não exclusivamente àquelas prestadoras do serviço (MOTTA; LIMA, 2007).

3.1. No mundo

Existem diversos centros no exterior que agregam participações no campo do Turismo Ecológico. Alguns deles especializaram-se na atração de demandas menos favorecidas, como a idosa e a portadora de deficiência, além de turistas com menor poder aquisitivo.

Na última compilação elaborada pela OMT (2004), determinados projetos se destacaram por associar a função mercadológica da compra e venda de um produto ao Turismo, à sustentabilidade e à acessibilidade. Dentre as iniciativas examinadas, sobressaíram-se as listadas abaixo:

- Alemanha - Parque Natural de Frankenwald, Parque Natural de Steinhuder Meer e Parque Natural Usedom;
- Andorra - Centro de Interpretação da Natureza do Vale de Ordino;
- Bolívia - Projeto Mapajo: Uma Iniciativa Ecoturística de Comunidades Indígenas/ Programa de Desenvolvimento Sustentável e Ecoturismo de San José de Uchupiamonas;
- El Salvador - Proteção e Desenvolvimento do Parque Nacional El Imposible;
- Grécia - Reserva Florestal de Dadia;
- Hungria - Parque Natural de Írottök-Geschriebenstein: “Natureza Ilimitada – Mil Anos de Cultura”;
- Madagascar - Participação Comunitária em Atividades Ecoturísticas no Arquipélago de Bazaruto;
- Peru - Lago Lindo: Ecoturismo e Aventura;
- Polônia - Pulmões Verdes da Polônia: Parque Nacional do Rio Narew;
- Quirguistão - ONG Green Tour;
- Rússia - Gestão de Recursos Florestais no Noroeste da Rússia: o Projeto Carélia;
- Sri Lanka - *Village* de Lazer Ranweli;

- Tailândia - Projeto de Desenvolvimento do Parque Nacional de Chae Son; e
- Tanzânia - Programa e Turismo Cultural (PTC).

A *Society for Accessible Travel & Hospitality* (SATH), dos Estados Unidos, e o *France Guide*, da França, formados principalmente por membros que se encontram na condição de idoso, portador de deficiência ou ambos, são reconhecidos mundialmente por suas atuações em prol da inclusão social. Os seus trabalhos, gratuitos ou financiados, levam-nos a organizar eventos e prestar consultoria às empresas e aos profissionais interessados no setor (visualizar ANEXO E).

Verifica-se que alguns países evoluíram bastante no processo de integração de idosos e portadores de necessidades especiais. Estocolmo, na Suécia, atualmente é considerada a cidade com melhores condições de acessibilidade no mundo (TURISMO PARA TODOS, 2009), revelando que a modernidade pode, ao mesmo tempo, atender à estética e à utilização eficaz dos recursos por um grande número de pessoas.

3.2. No Brasil

O histórico recente do país em termos de desenvolvimento turístico e a trajetória iniciada em busca da inclusão social de indivíduos ainda pouco privilegiados na sociedade, como os idosos e os portadores de necessidades especiais, talvez justifiquem em parte a reduzida quantidade de serviços oferecidos nesse ramo no Brasil.

Predominantemente de natureza privada, as empresas de Turismo brasileiras contaram com reduzido incentivo governamental para a sua operação, dificultando o recrutamento de profissionais especializados e a formação de itinerários em espaços naturais de visitação, geralmente desprovidos de infraestrutura adaptada. Outro aspecto negativo consistiu na falta de políticas públicas mais eficientes, no sentido de orientar um Turismo diferenciado para idosos e portadores de deficiência. Poucos são os eventos promovidos na área, refletindo a falta de informação predominante sobre a temática (observar ANEXO F).

Organizaram-se, no cenário do Turismo Ecológico, três empreendimentos que se mantêm ativos até o presente: β , γ e δ .

A δ é a empresa cujas atividades mais se aproximam das propostas elaboradas por esta pesquisa. Inaugurada em 1987, na cidade de São Paulo, criou o Projeto Ecosível, voltado

à capacitação de destinos ecoturísticos para receber pessoas com deficiência. Ao longo dos anos, recebeu turistas cegos, com Síndrome de *Down*, esclerose múltipla, obesidade, dificuldades de locomoção e, sobretudo, pessoas idosas.

Apostando na contratação de uma esportista paraplégica, a δ partiu para a organização do Departamento Acessível, voltado ao atendimento do deficiente através de um portador de deficiência. O surgimento do setor na empresa objetivava: capacitar os destinos de Ecoturismo brasileiros para receber idosos e deficientes; divulgar práticas que auxiliam na manutenção de uma boa qualidade de vida dos turistas trabalhados; inserir idosos e deficientes nos grupos e roteiros de viagens da empresa; eliminar barreiras e preconceitos que inibiam a participação de idosos e deficientes na maioria das atividades turísticas; e mostrar que todas as pessoas poderiam ter acesso ao lazer, viajando e praticando o Ecoturismo.

A empresa δ formulou pacotes ecoturísticos para destinos conhecidos no país, como Bonito, Pantanal, Itacaré, Fernando de Noronha e Lençóis Maranhenses. Neles pode perceber, apesar do suporte fornecido, a dificuldade que a maioria dos portadores de necessidades especiais possui em viajar independentemente de familiares ou cuidadores. Isso conduziu a empresa δ a priorizar destinos próximos a São Paulo, evitando deslocamentos distantes do ponto de partida. Os idosos, culturalmente estimulados a viajar, não apresentaram desafios além do esperado.

A δ traduziu um manual de acessibilidade para hotéis, intitulando-o de “O Hotel das Férias: para o sucesso com responsabilidade ecológica e social”, o que facilitou o reconhecimento de padrões internacionais de acomodação por parte das hospedagens brasileiras (ver ANEXO G).

No Ceará, ainda não há uma agência especializada em prestar atendimento a idosos e portadores de necessidades especiais. Para isso, revela-se imprescindível o estudo detalhado desses dois tipos de turista, os quais são desconhecidos de grande parte do mercado turístico cearense.

4. ASPECTOS NATURAIS DE GUARAMIRANGA

O meio ambiente é o ingrediente vital do produto turístico. A relação entre Turismo e meio ambiente tende a ser simbiótica à medida que a conservação de áreas naturais, vida selvagem, cenários de preservação de sítios, monumentos arqueológicos e de interesses históricos são oferecidos à demanda, diante de estímulos dos fluxos turísticos (LAGE; MILONE, 2000).

A formação das paisagens brasileiras se deu a partir da consolidação de sua parte continental, ocorrida no Período Pré-Cambriano, depois dos ciclos orogênicos Brasileiro e Assíntico, que tiveram três estágios: Estágio de Transição, Estágio de Estabilização e Estágio de Reativação (ALMEIDA, 1969).

Decorridos os ciclos orogênicos na crosta, desencadearam-se processos orogênicos, fraturamentos e falhamentos, que configuraram as principais formas das cadeias de elevações da Região Nordeste (PENTEADO, 1983). A figura 5 ilustra este aspecto no Ceará.

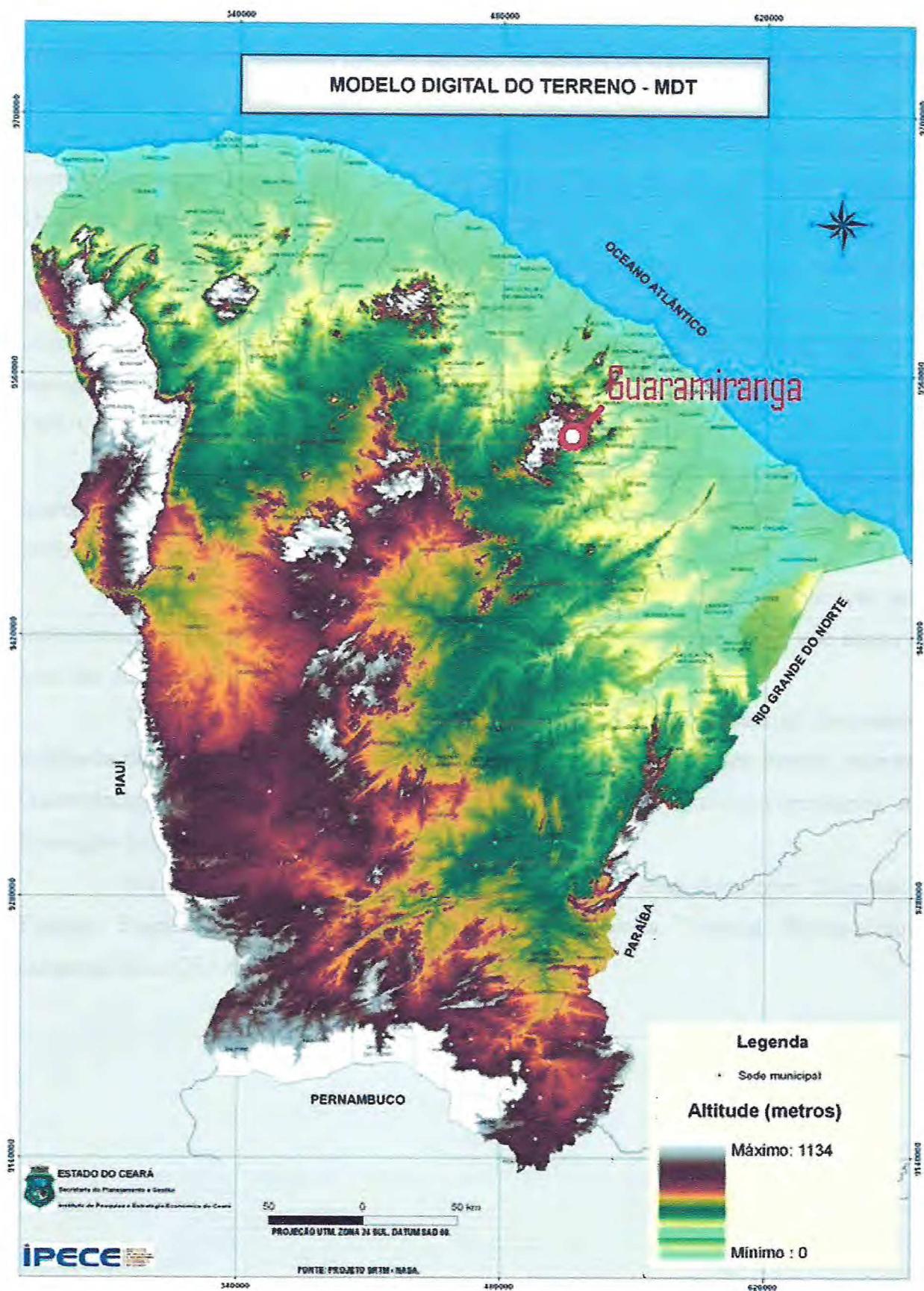


Figura 5 - Guaramiranga segundo o perfil altimétrico do relevo no Ceará. Fonte: IPECE (2009)

Segundo Brito Neves (1999), tais processos foram os responsáveis pela formação do Maciço de Baturité, uma das porções serranas do Estado do Ceará, localizado na Faixa de Dobramentos Jaguaribana.

O Maciço de Baturité está situado na porção Nordeste do Estado, localizado sob as coordenadas geográficas de 4°02' a 4°32' de Latitude Sul e 38°41' a 39°07' de Longitude Oeste, ocupando cerca de 38.220 ha (PINHEIRO, 2006).

Parece pouco provável haver diferenças litológicas entre o Maciço de Baturité e seu pediplano vizinho, a Depressão Sertaneja. Sua superfície caracteriza-se por apresentar contato entre o embasamento cristalino e as suas coberturas. As formas aplainadas representam áreas escalonadas, elaboradas ao longo do soerguimento do maciço (PEUVALST; SALES, 2002).

Geologicamente, o maciço se caracteriza por possuir gnaisses, migmatitos, quartzitos e predominância de uma litologia metamórfica, a qual lhe confere certa uniformidade (CETREDE, 1979).

A origem do Maciço de Baturité é proveniente de uma complexa interação entre tectonismo, epirogênese e eventos erosivos. Todavia, os controles estruturais que atuam no local são difíceis de ser identificados.

De acordo com a descrição de Ceará (2004), o Maciço de Baturité demonstra a existência de três subregiões homogêneas: a Subregião Serrana (Corredor Verde), onde está Guaramiranga; a Subregião dos Vales e do Sertão (Corredor Histórico-Ferrovário); e a Subregião de Transição (localizada entre o sertão e o litoral).

Na Subregião Serrana, ocorrem, essencialmente, duas formações florestais: a Floresta Tropical Plúvio-Nebular Perenifólia e a Floresta Tropical Plúvio-Nebular Subperenifólia (CEARÁ ..., 1992) (ver mapa 3).

UNIDADES FITOECOLÓGICAS

9700000

9700000

9560000

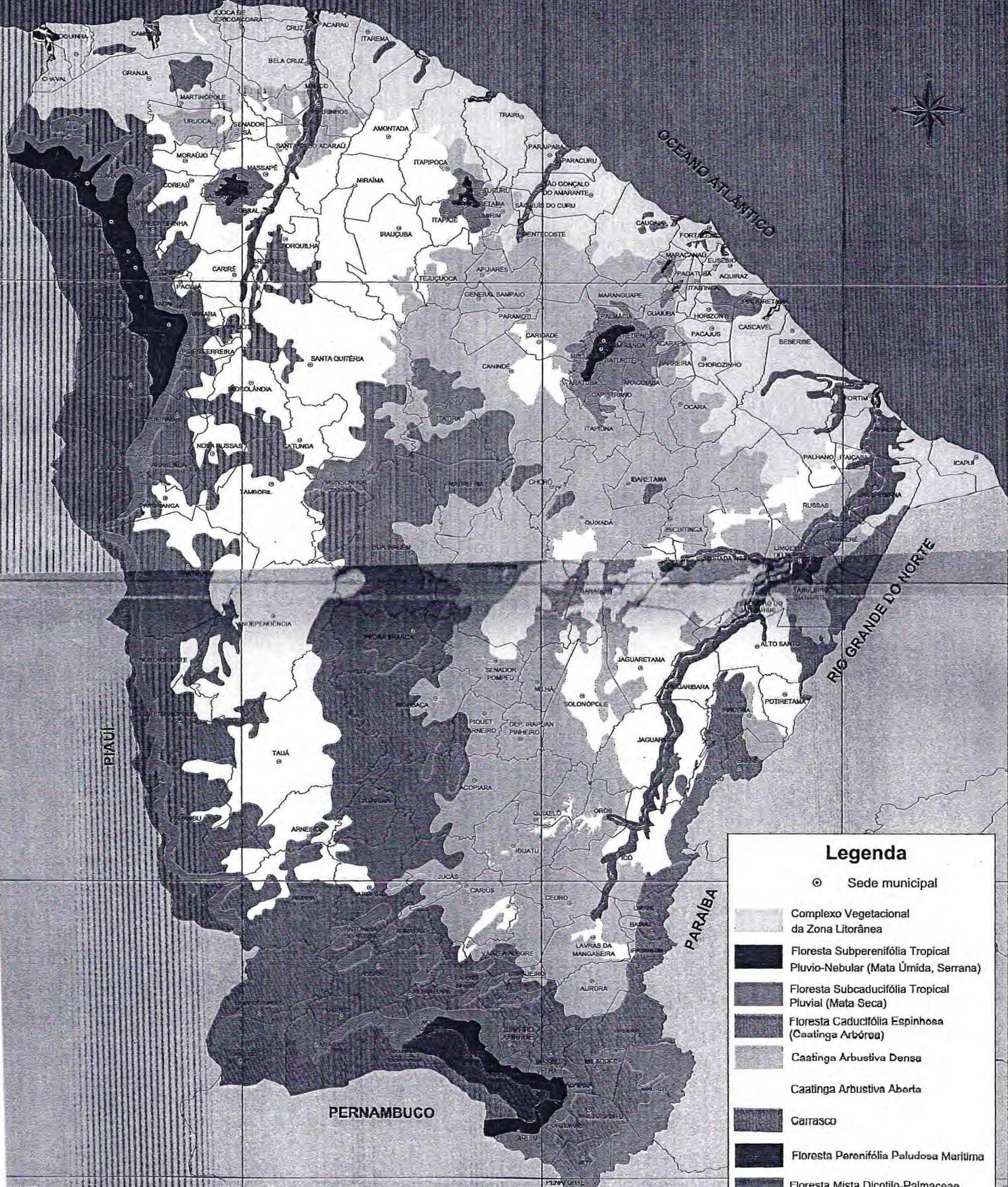
9560000

100

9420000

9280000

9140000



Legenda

- ⊙ Sede municipal
- Complexo Vegetacional da Zona Litorânea
- Floresta Subperenifólia Tropical Pluvio-Nebular (Mata Úmida, Serrana)
- Floresta Subcaducifólia Tropical Pluvial (Mata Seca)
- Floresta Caducifólia Espinhosa (Caatinga Arbórea)
- Caatinga Arbustiva Densa
- Caatinga Arbustiva Aberta
- Garrasco
- Floresta Perenifólia Paludosa Marítima
- Floresta Mista Dicotilo-Palmaceae (Mata Ciliar com Carnaúba)
- Floresta Subcaducifólia Tropical Xeromorfa (Cerradão)
- Cerrado

PERNAMBUCO

PARAIBA

PIAUI

RIO GRANDE DO NORTE

OCEANO ATLÂNTICO



A Floresta Úmida Perenifólia é encontrada em altitudes superiores a 800 m, estando a vegetação associada às características pedológicas (geralmente solos Argissolos Vermelho-Amarelo), à altitude, ao clima úmido sem frio acentuado e ao relevo. A vegetação arbórea varia de 15 a mais de 35 m de altura. Predominam, na formação, as espécies: jatobá (*Hymenae courbaryl*), são-joão (*Cassia bicapsularis*), sabacuim (*Didymopanax morototoni*), maçaranduba (*Manilkara rufula*) e pau-ferro (*Caesalpinia ferrea*) (CEARÁ ..., 1992).

A Floresta Úmida Semiperenifólia apresenta composição silvicultural e florística semelhante à da Floresta Úmida Perenifólia, sobressaindo-se em quantidade as espécies: freijorge (*Cordia trichotoma*), pau-d'arco-roxo (*Tabebuia avellanadae*), trapiá (*Crataeva trapia*), babaçu (*Orbignya martiana*), mutamba (*Guazuma ulmifolia*) e pau-d'arco-amarelo (*Tecoma serratifolia*) (CEARÁ ..., 2009).

O Decreto nº 20.956, de 18 de setembro de 1990, artigo 1º, declara a criação da APA¹ da Serra de Baturité, região limitada a partir da cota de 600 m, com coordenadas geográficas entre 4º08' e 4º27' de Latitude Sul e 38º50' e 30º05' de Longitude Oeste, inscrita na unidade geográfica do Maciço de Baturité, com área aproximada de 32.690 ha. Integram a APA da Serra de Baturité os municípios: Aratuba, Baturité, Capistrano, Caridade, Guaramiranga, Mulungu, Pacoti e Redenção (CEARÁ ..., 1992).

A APA é considerada uma Unidade de Conservação (UC), onde a estratégia de gerenciamento tem o objetivo de compatibilizar as atividades humanas com a preservação da vida silvestre, a proteção e a estabilidade dos recursos ambientais, e a melhoria da qualidade de vida da população (CEARÁ, 1992).

Entre os objetivos da APA estão (PINHEIRO, 2006; LIMA, 2006):

- Proteger as comunidades bióticas nativas, as nascentes dos rios, as vertentes e os solos;
- Proporcionar à população regional métodos e técnicas apropriadas ao uso do solo, de maneira a não interferir no funcionamento dos recursos ecológicos; e
- Desenvolver na população regional uma consciência ecológica e conservacionista.

¹ O artigo 15, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, define a APA como uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (CEARÁ ..., 2009a).

Para implantar todo e qualquer investimento em um município, as recomendações definidas na APA devem ser respeitadas, buscando compatibilizar uso e manejo de atividades econômicas que possibilitem o desenvolvimento econômico e bem-estar social para população local.

Ceará (1992) aponta como os principais fatores considerados na criação dessa APA:

- As peculiaridades ambientais do Maciço de Baturité, as quais o diferenciam profundamente do domínio semi-árido que o cerca, tornando-o refúgio biológico de grande valor;
- O ambiente dotado de equilíbrio ecológico bastante frágil, pela sua própria natureza e pela intervenção do homem; e
- O importante papel que desempenha na atividade agrícola do Estado e seu potencial como área de lazer.

A construção ou reforma de unidades multifamiliares, conjuntos habitacionais, hotéis, clubes e assemelhados na zona rural da APA da Serra de Baturité estão sujeitos a licenciamento por parte da Semace, sendo passíveis a penalidades previstas nas Leis Federais nº 6.902 e 6.938, ambas de 1981, e na Lei Estadual nº 11.411, de 1987, caso não possuam autorização (CEARÁ ..., 2009).

O acentuado crescimento em muitas cidades do maciço levou-o a sofrer mudanças ambientais, motivadas por ocupação inadequada da APA. Essas alterações podem ser detectadas por meio de fatores como: alteração da biomassa em função do desmatamento indiscriminado; aceleração dos processos erosivos com deslizamentos de vertentes, intensificação do assoreamento de cursos de água e de barragens; desaparecimento de fontes perenes e sazonais, ablação dos horizontes superficiais dos solos com o consequente adelgaçamento e empobrecimento químico desses solos, diminuição progressiva de produção e de produtividade agrícola; vulnerabilidade da economia primária e êxodo rural, dentre outros aspectos. Verifica-se, em suma, o empobrecimento dos ecossistemas naturais sob os efeitos combinados das atividades humanas e da degradação dos recursos naturais (CEARÁ, 1992).

O Decreto nº 24.958, de 5 de junho de 1998, artigo 5º, concede a gestão ambiental da APA da Serra de Baturité a um comitê formado por representantes indicados pelos

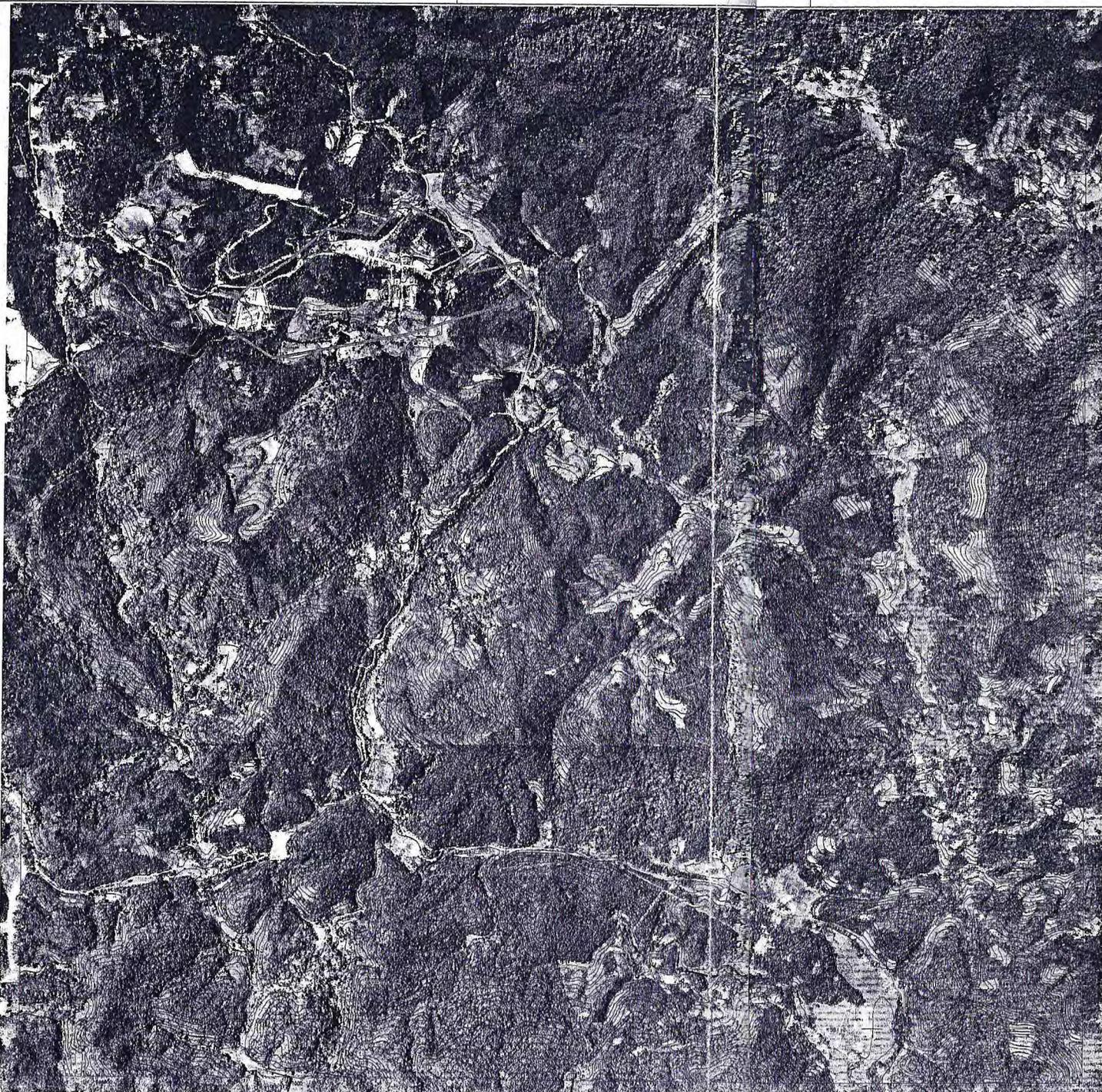
municípios que integram a APA, as ONGs atuantes na região e a própria Semace (CEARÁ ..., 2009).

A APA da Serra de Baturité é grande concentradora de espécies variadas da fauna brasileira. As descrições científicas existentes, apesar de numerosas, estão longe de esgotar a quantidade de espécies estimada para a região. Citam-se abaixo algumas entre os vertebrados (CEARÁ ..., 1992):

- Anfíbios - cururu (*Bufo paracnemis*) e sapo-folha (*Bufo margaritifera*);
- Répteis - tejo (*Tupinambis tequixin*), jiboia (*Boa constrictor constrictor*), coral (*Micrurus ibiboboca*), tejubina (*Cnemidophorus ocellifer*), calango-cegô (*Ptychocheilus lacutirostris*), camaleão (*Iguana iguana*), cobra-cipó (*Sibon nebulata*), jararaca falsa (*Leptodeira annulata*), cobra-de-água (*Helicops leopardinus*), jararaca (*Bothrops erythromelas*) e surucucu (*Lachesis muta*);
- Aves - araponga (*Procnias averano*), pintassilgo (*Carduelis yarrelli*), curió (*Oryzobrychops angolensis*), urubu-rei (*Sarcoramphus papa*), nambu-de-pé-encarnado (*Crypturellus parvirostris*), gavião pintado (*Buteo nitidus*), coã (*Herpetotheres cachinnans*), cravina (*Coereba flaveola*), soldadinho (*Tangara cyaroccephala*), andorinha (*Progne chalybea*), rixinó (*Troglodytes aedon*), sabiá-da-mata (*Turdus leucomelas*), mané-besta (*Cyclarhis gujanensis*), graúna (*Gnorimopsar chopi*), choro (*Taraba major*), araponga (*Procnias averano*), corrupeção-da-mata (*Pipra fasciicauda*), lavadeira (*Fluvicola nengeta*), tuano-da-Serra-de-Baturité (*Selenidera gouldii*), pica-pau (*Veniliornis passerinus*), joão-de-barro (*Furnarius leucopus*), beija-flor (*Chrysolampis mosquitus*), pescador (*Chloroceryle americana*), alma-de-gato (*Piaya cayana*), corujão (*Pulsatrix perspicillata*) e periquito-do-sertão (*Aratinga cactorum*); e
- Mamíferos - sagui (*Callithrix jacchus*), tatu-peba (*Euphractus sexcinctus*), catita-das-bananeiras (*Marmosa sp.*), macaco-prego (*Cebus apella*), tamanduá-mambira (*Tamandua tetradactyla*), coandu (*Coendou prehensilis*), preá (*Cavia spixii*), guaxinim (*Procyon cancrivorus*), furão (*Galactis cuja*), gato-maracajá-mirim (*Felis trigina*), raposa (*Cerdocyon thous*) e veado-capoeiro (*Mazama americana*).

Em decorrência dessa diversidade, pelo Decreto nº 13.129, de 20 de fevereiro de 1979, criou-se o Parque Ecológico de Guaramiranga, em uma gleba de terra situada nos municípios de Guaramiranga e Pacoti. A formação do parque foi dada fundamentando-se nas seguintes metas (CEARÁ ..., 2009a) (observar distrito-sede de Guaramiranga no mapa 4):

ORTOFOTOCARTA Nº 075151



Distrito-sede
ORTOFOTOCARTA Nº 075151

ESCALA 1:10.000

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERICATOR (UTM)
 COORDENADAS: N = 950.000.000 E = 950.000
 COORDENADAS: N = 950.000 E = 950.000

COORDENADAS DE POLAR
 CONVERGÊNCIA DE POLAR: 0° 00' 00"
 CONVERGÊNCIA LOCAL: 0° 00' 00"
 CONVERGÊNCIA DE POLAR: 0° 00' 00"
 CONVERGÊNCIA LOCAL: 0° 00' 00"

SISTEMA COORDENADO BRASILEIRO
 SUPORTE DE REFERÊNCIA: 1956
 DATUM HORIZONTAL: VERTICE O-HIA (60)
 DATUM VERTICAL: NADIR 500 DE METABO

CONVENÇÕES

- △ VIZIÃO LOCAL
- △ PIV-1511
- △ PIV-1512
- △ PIV-1513
- △ PIV-1514
- △ PIV-1515
- △ PIV-1516
- △ PIV-1517
- △ PIV-1518
- △ PIV-1519
- △ PIV-1520
- △ PIV-1521
- △ PIV-1522
- △ PIV-1523
- △ PIV-1524
- △ PIV-1525
- △ PIV-1526
- △ PIV-1527
- △ PIV-1528
- △ PIV-1529
- △ PIV-1530
- △ PIV-1531
- △ PIV-1532
- △ PIV-1533
- △ PIV-1534
- △ PIV-1535
- △ PIV-1536
- △ PIV-1537
- △ PIV-1538
- △ PIV-1539
- △ PIV-1540
- △ PIV-1541
- △ PIV-1542
- △ PIV-1543
- △ PIV-1544
- △ PIV-1545
- △ PIV-1546
- △ PIV-1547
- △ PIV-1548
- △ PIV-1549
- △ PIV-1550
- △ PIV-1551
- △ PIV-1552
- △ PIV-1553
- △ PIV-1554
- △ PIV-1555
- △ PIV-1556
- △ PIV-1557
- △ PIV-1558
- △ PIV-1559
- △ PIV-1560
- △ PIV-1561
- △ PIV-1562
- △ PIV-1563
- △ PIV-1564
- △ PIV-1565
- △ PIV-1566
- △ PIV-1567
- △ PIV-1568
- △ PIV-1569
- △ PIV-1570
- △ PIV-1571
- △ PIV-1572
- △ PIV-1573
- △ PIV-1574
- △ PIV-1575
- △ PIV-1576
- △ PIV-1577
- △ PIV-1578
- △ PIV-1579
- △ PIV-1580
- △ PIV-1581
- △ PIV-1582
- △ PIV-1583
- △ PIV-1584
- △ PIV-1585
- △ PIV-1586
- △ PIV-1587
- △ PIV-1588
- △ PIV-1589
- △ PIV-1590
- △ PIV-1591
- △ PIV-1592
- △ PIV-1593
- △ PIV-1594
- △ PIV-1595
- △ PIV-1596
- △ PIV-1597
- △ PIV-1598
- △ PIV-1599
- △ PIV-1600

CIDADE
 VILA POCHODO: DISTRITO
 CIPIAS DE NÍVEL MESTRAIS
 CIPIAS DE NÍVEL

COBERTURA AEROFOTOGRAMÉTRICA
 ESCALA APROXIMADA: 1:25.000
 FOTOGRAFIA ORIGINAL Nº: 001-001-PC-1A
 DATA DA TOMADA: 08/1968
 EMPRESA EXECUTORA: AEROFOT

PROJETO DE MAPEAMENTO
 LOTE 104
 CONTÍDUO Nº: 0751.00100 - ESTACÃO Nº: 01/67
 ESCALA DE ESTABELECIMENTO: 100M/00 = 100M/100
 LEGENDA: PORT. 2.114 Nº: 2.114/11-61

CARTA DE REFERÊNCIA SB-24-XA-I
 PROJETO DE MAPEAMENTO ESTABELECIMENTO Nº: 0751.00100
 CARTA DE REFERÊNCIA LEGENDA AEROFOTOGRAMÉTRICA

ORTOFOTOCARTA Nº 075151
 1) SE DAVIEM DISTOS MICHES CORRESPONDAM AO NOME DO DAVIEM DE REFERÊNCIA AO MAPA ÍNDICE DO MAPEAMENTO SISTEMÁTICO PARALELO AO MAPA Nº 1:100.000
 2) SE DAVIEM DISTOS JNICHES CORRESPONDAM AO NOME REGIONAL DO DAVIEM REGIONAL NA SUDIVISÃO DA CARTA DE REFERÊNCIA EM CENAS MICHES
 3) SE DAVIEM DISTOS MICHES CORRESPONDAM AO NOME DO DAVIEM CORRESPONDENTE À LÍNEA DE COLUNA QUE INCLUI A DISTRIBUIÇÃO DA SUDIVISÃO

CARTA DE REFERÊNCIA
 AEROFOTOGRAMÉTRICA

ORTOFOTOCARTA
 AEROFOTOGRAMÉTRICA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 DIRETORIA DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
 COORDENADORIA DE CARTOGRAFIA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FUNDIÁRIO NACIONAL
 PDSN (PROJETO NORDESTE) PDR
 AGRUPAMENTO FEDERAL/ BANCO MUNDIAL - CONVÊNIO INCHASSA/DO/SUDE

COORDENADORIA DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 DIRETORIA DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
 COORDENADORIA DE CARTOGRAFIA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FUNDIÁRIO NACIONAL
 PDSN (PROJETO NORDESTE) PDR
 AGRUPAMENTO FEDERAL/ BANCO MUNDIAL - CONVÊNIO INCHASSA/DO/SUDE

COORDENADORIA DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 DIRETORIA DE CADASTRO E TRIBUTAÇÃO
 COORDENADORIA DE CARTOGRAFIA

SECRETARIA DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
 INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO CEARÁ

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA FUNDIÁRIO NACIONAL
 PDSN (PROJETO NORDESTE) PDR
 AGRUPAMENTO FEDERAL/ BANCO MUNDIAL - CONVÊNIO INCHASSA/DO/SUDE

- Proteger a flora e a fauna em seus ambientes naturais;
- Manter um posto de fomento destinado à multiplicação de essências florestais nativas;
- Desenvolver na população uma consciência ecológica conservacionista;
- Implantar uma infraestrutura para a realização de pesquisas ecológicas;
- Proteger, além das comunidades bióticas naturais, outros elementos físicos do meio ambiente, como as nascentes e os solos; e
- Propiciar visitação e recreação ao ar livre através da criação de um mini-zoológico, um mirante e instalações para *camping*, mantendo controle para que essas instalações não prejudiquem a proteção permanente dos elementos naturais.

Em Guaramiranga, nascem três cursos de água perenes – o Rio Pacoti² e os riachos Candeia e Sinimbu –, que ao descerem o Maciço de Baturité vertem para o litoral, transpondo a Depressão Sertaneja, o Tabuleiro Pré-Litorâneo, cruzando as dunas até atingir as suas desembocaduras (BRASIL ..., 2002a).

A região do Maciço de Baturité se caracteriza por apresentar uma densidade populacional acima da média estadual, alcançando 68,47% contra 46,53% do Ceará (BRASIL ..., 2002a).

A cidade ocupa uma área estimada em 95 km², possuindo um clima ameno, com temperaturas mínimas e máximas registradas de 15°C e 28°C, respectivamente. A precipitação pluviométrica, de acordo com a média dos últimos trinta anos, é de 1.737,5 mm anuais (PREFEITURA ..., 2009).

Essas características fazem de Guaramiranga um local atraente do ponto de vista turístico, razão pela qual vem sendo cada vez mais explorada.

² Por meio do Decreto nº 25.777, de 15 de fevereiro de 2000, definiu-se o Corredor Ecológico do Rio Pacoti, faixa marginal de ambas as margens do Rio Pacoti, ligando as APAs do Rio Pacoti e da Serra de Baturité, abrangendo os municípios de Aquiraz, Itaitinga, Pacatuba, Horizonte, Pacajus, Acarape e Redenção (CEARÁ ..., 2009).

5. COMPÊNDIO HISTÓRICO E SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO

Entender o território enquanto sistema unificador de diferentes relações, que migram das sociais às políticas, requer uma visão minuciosa. A realidade de um município pode ser bastante distinta da de outro localizado próximo. Da mesma forma, as semelhanças podem ser tamanhas que permitem a aplicação de estudos comuns a ambos.

Dissociar a história da paisagem de um local seria como buscar conhecer a sua identidade sem usar os seus registros, ocultando episódios do passado que contribuíram para a formação da imagem atual. Os laços que unem fatos ocorridos no ambiente urbano estão frequentemente intrincados ao meio natural, o qual participa como palanque das mais variadas manifestações históricas, influenciando-as inclusive.

A presença indígena no Maciço de Baturité, gravada inclusive no nome de Guaramiranga – proveniente da palavra em tupi *Guarapyranga*, que significa “pássaro vermelho” –, antes da colonização portuguesa, foi essencial para a herança agropecuária recebida pela região (BASTOS, 2005).

Dados históricos apontam que os índios Tapuia ou Paiacu foram os primeiros habitantes do maciço. Estas tribos, provavelmente provindas do Jaguaribe, viviam de modo primitivo, sem ter conhecimento sobre metais, fabricando suas armas e utensílios domésticos com pedras modeladas. Além dos Paiacu, habitavam o maciço os grupos indígenas Canindé, Jaguaribara e Apuiaré (ASSOCIAÇÃO ..., 2009).

O início da invasão portuguesa é atribuída a Estevão Velho de Moura e a seis potiguares, que bordejaram o maciço por meio do Rio Choró, em 13 de outubro de 1680.

Acredita-se que os jesuítas começaram a doutrinar os indígenas por volta de 1741, conduzindo-os para um sítio denominado de “Comum”, o qual mais tarde originou a “Aldeia da Conceição da Serra” (CAVALCANTE, 2005; CENTRO ..., 1979). Desde então, a história de Guaramiranga se fragmentou em diversas etapas, como a tabela 3 evidencia:

Tabela 3 - Histórico de Guaramiranga

Data	Evento
10/10/1868	Distrito criado com a denominação de Guaramiranga
01/09/1890	Lançamento do decreto que eleva Guaramiranga à vila, desmembrando-a de Baturité. A sua sede era na antiga povoação de Conceição
25/08/1899	Lançada a Lei nº 550 que extingue a vila, anexando o território novamente a Baturité
1911	A divisão administrativa do período considera Guaramiranga distrito do município de Baturité

20/05/1931	O Decreto nº 193 extingue o distrito de Guaramiranga, concedendo o território ao município de Pacoti
11/07/1957	A Lei Estadual nº 3.679, de 11 de julho de 1957, eleva Guaramiranga à categoria de município, o qual seria constituído por dois distritos – Guaramiranga e Pernambucoquinho
18/09/1963	A Lei Estadual nº 6.932 separa do município de Guaramiranga o distrito de Pernambucoquinho, tornando-o município
14/12/1965	Através da Lei Estadual nº 8.339 o município de Guaramiranga adquiriu o extinto município de Pernambucoquinho, como simples distrito
31/12/1968	Na divisão territorial desta data, o município é formado por dois distritos – Guaramiranga e Pernambucoquinho
2005	Última divisão territorial realizada, na qual foi mantida a organização de 1968

Fonte: IBGE (2009)

Segundo Bastos (2005), a formação de Guaramiranga está relacionada ao cultivo de café, que provavelmente foi introduzido antes da sua emancipação, nos Sítios Munguaípe e Bagaço, entre 1822 e 1824, pelo português Antônio Pereira de Queiroz Sobrinho (PINHEIRO, 2006).

As grandes secas do final do século XVIII (1777-78 e 1790-93), as quais destruíram muitos rebanhos no sertão, forçaram a migração de muitas pessoas para a serra, em busca de refúgio e água (PARQUE ..., 2009).

O mercado do café sofreu expansão no século XIX, o que levou à criação da S.A. Companhia Cearense da Via Férrea de Baturité, em 1870, comunicando a serra ao Porto do Mucuripe, em Fortaleza, no qual se dava o transporte para os mercados consumidores interno e externo. Além disso, houve, por volta de 1824, uma nova imigração de famílias na região, iniciando a ocupação pela vertente Oriental, onde trabalhavam junto às encostas dos morros, nas plantações de café (PINHEIRO, 2006).

Os descendentes das famílias Holanda, Linhares, Pimentel, Caracas e Queiroz, provindas de Quixadá e Canindé, ainda hoje são proprietários de terras na região (PARQUE ..., 2009).

A economia de Guaramiranga se diversificou em torno do cultivo de café, algodão herbáceo sequeiro, banana, arroz, cana-de-açúcar, milho, feijão e da criação de bovinos, suínos e aves. Isto, no entanto, não evitou que os moradores de Guaramiranga passassem a procurar praças comerciais nas cidades vizinhas de Baturité e Pacoti para efetuar as suas compras (FERREIRA, 2006; PREFEITURA ..., 2009).

O rendimento salarial médio da população é bastante reduzido, conforme pode ser observado pela tabela 4.

Tabela 4 - Rendimento médio dos habitantes de Guaramiranga

Rendimento	Número de habitantes (1)
Sem rendimento mensal	1.633
Até 1 salário mínimo	1.881
Entre 1 e 2 salários mínimos	533
Entre 2 e 3 salários mínimos	107
Entre 3 e 5 salários mínimos	65
Entre 5 e 10 salários mínimos	38
Entre 10 e 20 salários mínimos	14
Acima de 20 salários mínimos	5

Fonte: IBGE (2000)

(1) População com 10 anos ou mais de idade

A população do município de Guaramiranga, na atualidade, é de aproximadamente 5.714 habitantes, sendo 2.589 residentes no distrito-sede e 3.125, em Pernambuco, conforme a Prefeitura Municipal de Guaramiranga (PMG) (2009) (ver tabela 5).

Tabela 5 - Distribuição da população de Guaramiranga

	Urbana		Rural		Total	
	Nº de habitantes	%	Nº de habitantes	%	Nº de habitantes	%
Distrito-sede	1.190	46,0	1.399	54,0	2.589	45,3
Distrito de Pernambuco	1.140	36,5	1.985	63,5	3.125	54,7
Município de Guaramiranga	2.330	40,8	3.384	59,2	5.714	100,0

Fonte: IBGE (2000)

A evolução populacional no município, ao contrário da estipulada para o Ceará e o Brasil, apresentou um decréscimo entre os anos 2000 e 2001, como demonstra a figura 6.

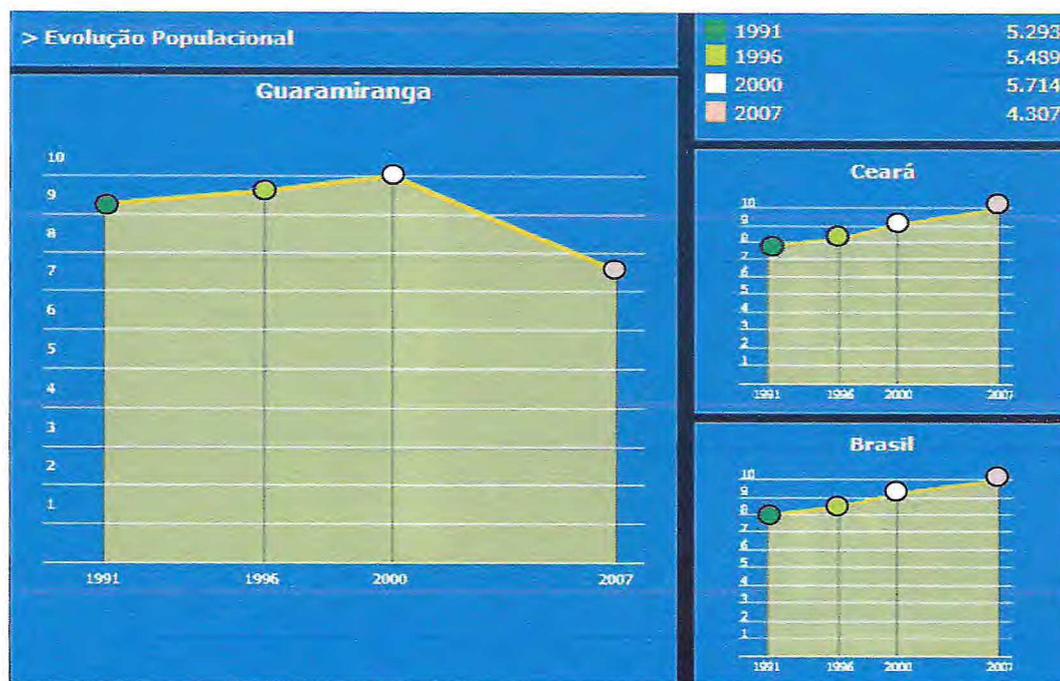


Figura 6 - Comparação entre os crescimentos populacionais de Guaramiranga, do Ceará e do Brasil. Fonte: IBGE (2009)

Compreender a composição geomorfológica do maciço se revela determinante na sua análise demográfica, pois, no parecer de Ceará (2004), o modelo de desenvolvimento econômico e físico-territorial a ser proposto para o mesmo, no âmbito do Plano Estratégico e do Plano de Educação Regional, deverá estabelecer uma população-meta para o ano de 2020, partindo da investigação do ambiente natural existente e das intervenções que a região pode suportar. O elevado contingente da população rural alerta para o estudo da capacidade de desenvolvimento do setor primário, otimizando a vocação natural dessa mão-de-obra disponível na cidade.

Guaramiranga, assim como a maioria dos povoados do maciço, evoluiu e adquiriu novas características socioeconômicas. Hoje, observam-se no município sinais dos casarões antigos, engenhos de cana-de-açúcar, das sedes de fazendas de café e construções religiosas, os quais passaram a ter uma outra conotação: a turística.

Os serviços, com destaque para os prestados dentro do segmento turístico, correspondem ao setor mais importante do PIB tanto de Guaramiranga quanto do Ceará e do Brasil. O principal diferencial em comparação a estes últimos é que as atividades agropecuárias de Guaramiranga detêm maior participação na economia local do que a produção gerada pela indústria (observar figura 7).

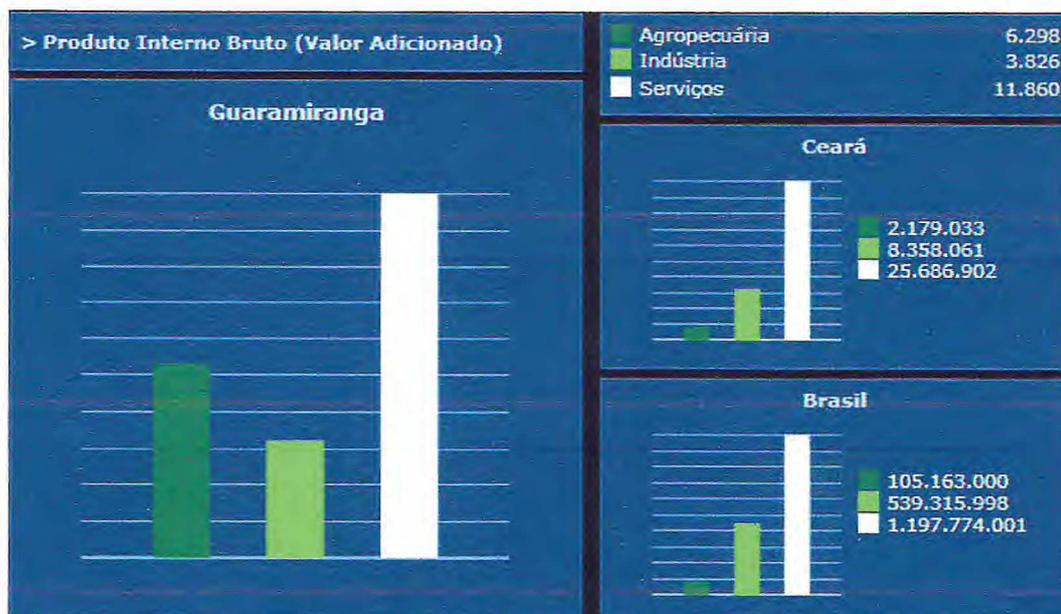
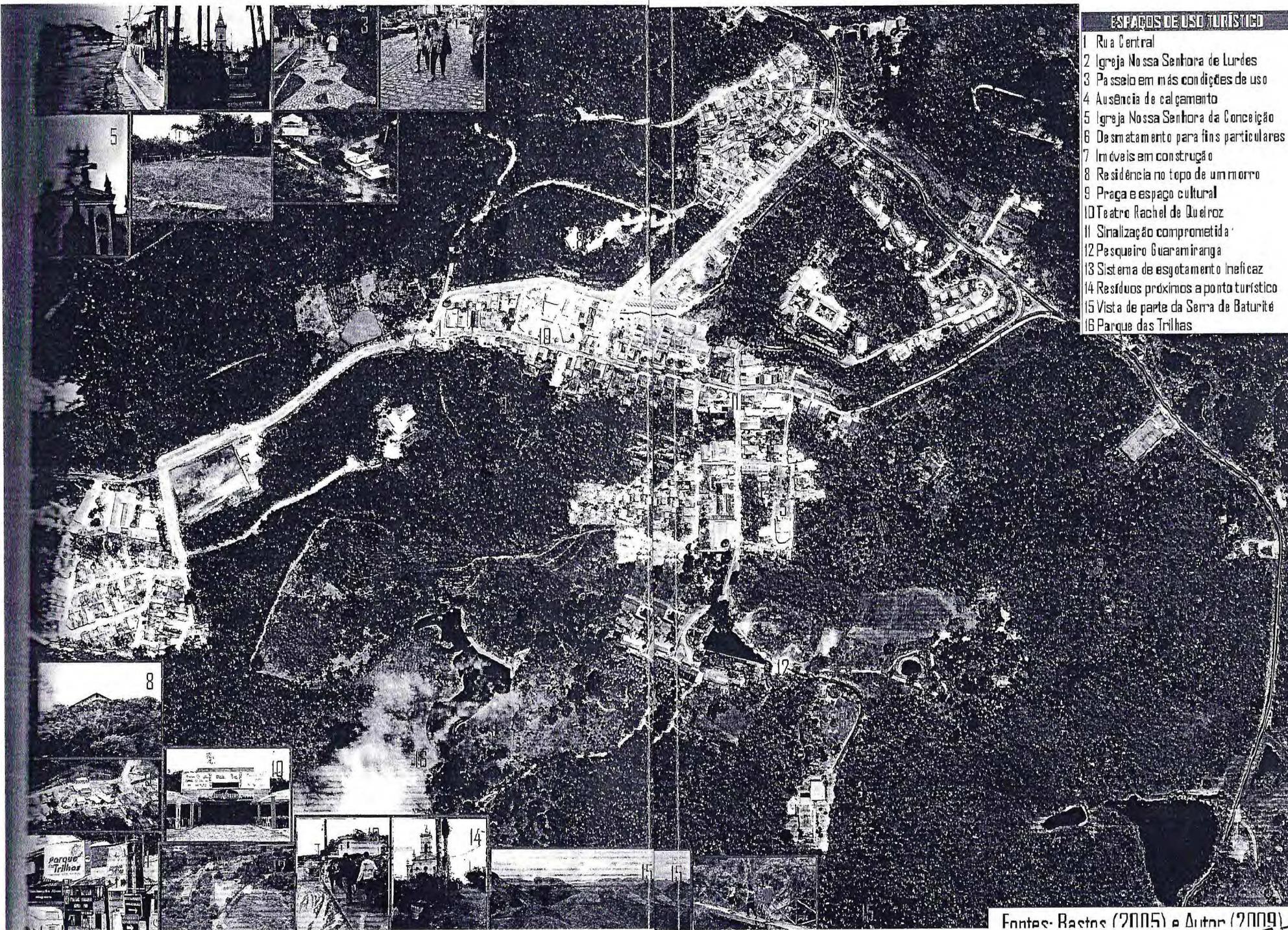


Figura 7 - Participação dos setores agropecuário, industrial e de serviços no PIB de Guaramiranga, do Ceará e do Brasil. Fonte: IBGE (2009)

Um dos primeiros passos dados para tornar Guaramiranga um pólo turístico partiu do arquiteto Fernando Zomitta, de Porto Alegre, em meados de 1980, ao vir a Fortaleza participar de um congresso. Durante a sua estada, teve a oportunidade de visitar Guaramiranga, quando decidiu subsidiar um projeto de desenvolvimento turístico para a cidade, permitindo a sua divulgação como espaço de visitação (LIMA, 2006) (visualizar mapa 5).

ESPAÇOS DE USO TURÍSTICO

- 1 Rua Central
- 2 Igreja Nossa Senhora de Lurdes
- 3 Passalo em más condições de uso
- 4 Ausência de calçamento
- 5 Igreja Nossa Senhora da Conceição
- 6 Desmatamento para fins particulares
- 7 Imóveis em construção
- 8 Residência no topo de um morro
- 9 Praça e espaço cultural
- 10 Teatro Rachel de Queiroz
- 11 Sinalização comprometida
- 12 Pesqueiro Guaraniiranga
- 13 Sistema de esgotamento ineficaz
- 14 Resíduos próximos a ponto turístico
- 15 Vista de parte da Serra de Baturité
- 16 Parque das Trilhas



A esse trabalho sucederam-se outros que valorizavam a composição natural da região, reforçando as chances de sucesso que possíveis investimentos turísticos teriam se lá fossem instalados.

O Festival das Flores foi um dos primeiros eventos a dar notoriedade às atividades culturais de Guaramiranga, a partir de 1978.

O Festival Nordestino de Teatro de Guaramiranga, cuja primeira edição ocorreu em 1993, foi possível graças à construção do Teatro Municipal Rachel de Queiroz, em 1992. Desde esta época, o evento vem sendo realizado no mês de setembro.

O Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga, que acontece em fevereiro, no transcorrer do Carnaval, e o Festival de Gastronomia, o qual é realizado em outubro, surgiram para complementar a programação anual do município (ASSOCIAÇÃO ..., 2009).

Entre 30 de outubro e 1 de novembro deste ano acontecerá pela primeira vez na cidade a *Oktoberfest* (DIÁRIO ..., 2009).

Os sítios ligados à fundação da cidade e alguns valores culturais preservados, tais como festas e danças populares, artesanato de taboca, bambu e cipó-imbé, e a culinária permanecem arraigados ao cenário contemporâneo. O Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga e o Festival Nordestino de Teatro de Guaramiranga, principalmente, somados à atratividade dos recursos naturais do município, têm contribuído para que a cidade recebesse, ultimamente, milhares de visitantes (PREFEITURA ..., 2009).

De vários pontos de Guaramiranga é possível avistar o mirante do Pico Alto, referência culminante do Maciço de Baturité, com 1.114 m de altitude. Do pico pode-se visualizar parte do sertão cearense, em meio à verde vegetação da porção úmida do maciço. Outro mirante de destaque na região é o da Linha da Serra (PREFEITURA ..., 2009).

As quedas de água funcionam como atrativos turísticos junto aos mirantes e às trilhas ecológicas, muitas destas constituídas a partir do uso agrícola.

Pinheiro (2006) relata que, no princípio de 1979, Antônio Renato Lima Aragão, então funcionário da Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC), atual Semace, buscou com as autoridades do Maciço de Baturité e o governador do Estado, José Waldemar Alcântara e Silva, a criação de uma UC para proteger as áreas remanescentes de mata virgem da serra e a implantação do Parque Ecológico de Guaramiranga no seu platô.

O Parque Ecológico de Guaramiranga seria fundado ainda em 1979, enquanto que a UC da APA da Serra de Baturité somente em 1990 foi autorizada (CEARÁ ..., 2009c).

No passar desse período, contudo, foi estabelecido, por iniciativa privada, no Sítio Guaramiranga, o Parque das Trilhas (ver figura 8), que vem oferecendo serviços ligados ao

Turismo Ecológico no município. Os empreendimentos executados com esse enfoque, porém, ficaram resumidos ao parque e a alguns equipamentos menores, introduzidos em pousadas e hotéis.



Figura 8 - Parque das Trilhas. Portão de acesso ao local. Fonte: Autor (2008)

6. TURISMO E INCLUSÃO SOCIAL NA CIDADE

A modernidade trouxe consigo múltiplas vantagens, as quais, muitas vezes, acabaram por comprometer o espaço natural e a qualidade de vida de várias pessoas.

Nunca se almejou tanto atrelar a produção e, conseqüentemente, a lucratividade à mínima interferência nos recursos naturais, mesmo que seja para assegurar o *marketing* ecológico de uma empresa ou instituição quanto nos dias atuais.

O certo é que, com o progresso tecnológico da sociedade, o laço de dependência do ser humano para com o meio ambiente sofreu grandes alterações. A madeira, o solo, a água, a energia solar, dentre outros componentes da natureza, que antes possuíam utilidades rudimentares, hoje são aplicados em função das diversas indústrias que abastecem o mercado.

O olhar do turista é, intrinsecamente, parte da experiência contemporânea, da pós-modernidade, mas as práticas turísticas que ele suscita passam por rápidas e significativas mudanças (URRY, 2001).

Poucas foram as atividades modernas que optaram por preservar ou conservar o espaço natural, associando as suas funções às relações organizacionais preexistentes no local, sem prejuízo do seu exercício. O Turismo Ecológico *stricto sensu* poderia ser apontado como uma dessas práticas. Ele se encaixa com propriedade no pensamento de Akhrich (1987):

No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social. De fato, os objetos técnicos com que diariamente lidamos “não são carne nem peixe”, eles são um ente intermediário em que se associam “homens, produtos, utensílios, máquinas, moedas ...” (AKHRICH, 1987, p. 50).

A atuação em consonância ao desenvolvimento sustentável, mesmo em se tratando de um desafio à utopia, é a trajetória visada por muitas linhas trabalhistas do século XXI. O Turismo, dentro da sua estruturação em rede, responsável por abarcar várias áreas do conhecimento, não se coloca como exceção a essa tendência.

Os idosos e deficientes que visitam Guaramiranga veem nos problemas de infraestrutura e atendimento, com os quais têm contato, algo que é presenciado diariamente pelos que habitam o local, estando em uma situação similar de **limitação físico-mental**.

Todavia, escassos são os esforços de natureza pública ou privada movidos para permitir a inclusão social.

No interior desse problema, apontam-se algumas necessidades dos turistas idosos e portadores de deficiência (TURISMO PARA TODOS, 2009):

- Respeito e dignidade no acesso aos serviços;
- Serviços de informação especializados;
- Profissionais com conhecimento sobre as necessidades específicas de cada cliente;
- Serviços de transporte adequados;
- Eliminação de barreiras;
- Acesso a uma infraestrutura turística; e
- Normalização de padrões de acessibilidade em todos os países.

Não se resumindo à adaptação do espaço físico, comerciantes, atendentes, guias e diversos outros profissionais que lidam com o Turismo no município, assim como moradores, precisam de acesso à informação sobre o assunto por meio de cursos e treinamentos.

O Turismo Ecológico estimula a ligação do ser humano com o seu ambiente circundante, facilitando na avaliação das suas potencialidades e restrições enquanto ser vivo, fatores que justificam a participação de idosos e deficientes nesse contexto.

Através da paisagem o turista procura estabelecer uma relação de harmonia e equilíbrio com a natureza, utilizando-a ao seu bel-prazer, como para prática de esportes radicais, a exemplo do *trekking*¹, versão mais ousada das caminhadas e realizada em trilhas ecológicas.

O *trekking* possibilita ao visitante uma maior percepção do ambiente, usando o conjunto dos seus sentidos e não apenas a visão.

As trilhas costumam ser o primeiro dos elementos de infraestrutura desenvolvidos sempre que uma nova área protegida é declarada, o que ocorre, frequentemente, antes de um planejamento formal, ou antes, da implantação do plano de manejo (LECHNER, 2006). Essas (es) trilhas/ caminhos também podem já existir em função das necessidades da população local, antes mesmo da área protegida ter sido decretada (MAGRO, 2006; MATOS, 2007).

¹ Termo que deriva do verbo *trekken* da língua *afrikaans*, falada na África do Sul, designando as antigas migrações sazonais dos *boers* no final do século XIX.

De forma geral, no contexto de uma UC, as trilhas podem auxiliar a viabilizar o acesso de visitantes a uma atração, permitir uma rota de saída, resgate ou fiscalização, criar oportunidades de interpretação e educação ambiental, fornecer alternativas para reduzir impactos em outras trilhas ou ainda, reconstruir uma trilha degradada (MATOS, 2007).

O planejamento, manejo e monitoramento das trilhas são aspectos essenciais, apontados por Agate (1983), Magro (1999), Andrade (2003), Hesselbarth e Vachwski (2004) e Lechner (2006) como uma forma de minimizar os impactos decorrentes da implantação desses caminhos em áreas naturais (MATOS, 2007).

Durante o processo de planejamento, segundo Agate (1983), deve-se levar em consideração fatores como variação das condições da região, como as estações do ano, informações técnicas já existentes (mapas, fotografias, dentre outras), probabilidade de volume do uso futuro, características de drenagem do solo, vegetação, fragilidade de *habitats*, topografia, além da exequibilidade do projeto. Lechner (2005) acrescenta a esses aspectos o contexto social (de moradores locais e visitantes) e da área protegida, devendo-se observar a compatibilidade da implantação das trilhas com seus objetivos de criação e zoneamento. Para Proudman (1977), características históricas e culturais também devem ser pesquisadas e ressaltadas, objetivando aperfeiçoar a dimensão educacional das trilhas (verificar tabela 6).

Tabela 6 - Oportunidades e restrições para implementação de trilhas

Implementação de trilhas	
Oportunidades	Restrições
Aspectos cênicos e paisagens	Zoneamento da área e objetivos de manejo
Fenômenos geológicos e naturais únicos	Questões relativas à segurança (áreas sujeitas a incêndios, raios, enchentes súbitas etc)
Características naturais singulares, como flora, fauna e corpos de água	Presença de espécies raras, ameaçadas ou sensíveis
Oportunidades culturais e educacionais	Áreas frágeis como campos e brejos
Oportunidades de interpretação da natureza	Locais inadequados à instalação de trilhas devido ao solo, à alta declividade e possibilidade de enchentes
Acessibilidade plena	Jurisdição e posse de terra (a trilha passa em terras preservadas ou sob litígio?)
Acesso a áreas adequadas a acampamentos, pesca e observação de aves	Problemas de manejo (conflito de visitantes, manutenção, pessoal etc)
Assistência a comunidades locais	Impactos visuais que as trilhas podem representar em termos de paisagem (especialmente nas áreas abertas)
Apoio a atividades de manejo (patrulhamento, combate a incêndios, manejo de visitação etc)	Desconhecimento com relação a financiamentos de longo prazo e comprometimento de pessoal para manutenção de trilhas
Aumento de ganhos financeiros pela facilitação de acessos e pela extensão de oportunidades	Acesso potencial a usuários ilegais (caçadores, palmiteiros, madeireiros etc)

 recreacionais

Integração com sistemas de trilhas já existente ou proposto Conflitos com usuários tradicionais

 Aumento excessivo de uso, representando um fardo para o manejo da área

Fonte: Lechner (2006)

Para Lechner (2006), os diferentes usos requerem padrões e características diferenciados de trilhas, portanto, a identificação dos potenciais usuários das trilhas também é de fundamental importância, tendo em vista que aspectos como o *design*, comprimento, calçamento, segurança, dificuldade e largura serão afetados, de acordo com o perfil dos mesmos. Entre os diferentes usuários de trilhas, é possível citar: a) praticantes experientes de caminhada de aventura; b) observadores de aves; c) grupos escolares; d) cientistas e pesquisadores; e) idosos e portadores de necessidades especiais; f) motoqueiros; g) cavaleiros; h) comunidades locais, dentre outros (MATOS, 2007).

Observa-se que, em geral, as trilhas utilizadas para atividades do Turismo Ecológico e recreação são implantadas em ambientes naturais frágeis, o que contribui para que a visitação humana acelere a degradação do ambiente (ANDRADE, 2003). A abertura de trilhas em áreas muito vulneráveis contribui para acentuar os impactos causados por processos naturais graduais e/ ou cataclismos (COLE, 1991). Além disso, a recreação pode causar impactos à própria experiência do visitante (MATOS, 2007).

Vale ressaltar que os elementos naturais estão estreitamente relacionados e exercem influência uns sobre os outros. Cole (1993) destaca o pisoteio, que provoca a compactação do solo, dificulta o crescimento das plantas e resulta na diminuição da cobertura vegetal, que acelera os processos erosivos e podem culminar no assoreamento dos corpos de água. Assim, os impactos ambientais não ocorrem isoladamente, o que leva a crer que, ao implementar uma trilha, é necessário ter uma visão geral do ecossistema, da topografia e do solo em questão, ao invés de uma concepção focada em um espaço, uma atividade isolada (LECHNER, 2005; MATOS, 2007).

Os componentes do solo mais afetados pelo pisoteio são: composição mineral, ar, água, húmus e organismos vivos, sendo os impactos causados ao húmus, o mais prejudicial às várias formas de vida do solo (COLE, 1993). Na opinião de Cole (1993), a matéria orgânica está presente nas camadas mais superficiais do solo, sendo estas essenciais para: manutenção da atividade biológica; aumento da capacidade de absorção de água, principal de condutor de nutrientes; e amortecimento das camadas do solo mais vulneráveis à compactação e erosão.

Cole (1993) afirma ainda que, com o pisoteio e consequente compactação, as partículas dos solos são comprimidas, diminuindo a quantidade de poros do mesmo e afetando a aeração e a capacidade de retenção de água. Esses aspectos afetam diretamente a germinação e a sustentação das plantas, além de comprometerem a microfauna do solo e a ciclagem de nutrientes no mesmo (MATOS, 2007).

Estudos comprovaram que plantas que ocorrem em áreas de pisoteio sofrem redução de tamanho, folhagem, produção de flores e sementes, bem como em suas reservas de carboidrato (COLE, 1993). Todas essas alterações levam à diminuição do vigor e da capacidade reprodutiva, podendo inclusive causar a morte da planta. Por consequência, áreas expostas ao pisoteio possuem vegetação menos densa, estrutura modificada (menor estatura), além de composição de espécies diferente das de áreas não-perturbadas (COLE, 1993; MATOS, 2007).

Cole (1993) destaca ainda, como fator impactante, a introdução de espécies exóticas. As sementes dessas plantas podem ser levadas para as trilhas por turistas, animais, pela água ou pelo vento, por exemplo. Uma vez na área impactada, as plantas exóticas passam a competir pelo espaço com as plantas nativas (MATOS, 2007).

Para Takahashi (1998, p. 15), “[...] embora a literatura sobre a fauna em parques, florestas nacionais e outros tipos de áreas de recreação seja abundante, existem poucas informações a respeito da relação entre a vida silvestre e o uso recreativo das áreas”.

De acordo com Andrade (2003), é provável que o impacto das trilhas em relação à fauna esteja relacionado com as alterações no número de indivíduos de cada espécie, ou seja, o aumento de espécies tolerantes à presença humana e a diminuição daquelas mais sensíveis. O mesmo autor destaca que a multiplicação de trilhas pode ainda fragmentar a área, interferindo diretamente no deslocamento e na dinâmica das populações animais (MATOS, 2007).

Além dos impactos diretos sobre os recursos naturais, a presença de lixo, incêndios, vandalismo, bem como a coleta de materiais são problemas comuns associados ao uso das trilhas (ANDRADE, 2003).

Outro fator relevante quanto aos impactos sociais é, segundo Takahashi (2004), o conflito entre distintas formas de utilização das trilhas entre visitantes, quando surgem diferenças como: modo como viajam, faixa etária ou mesmo, os objetivos que os levam até determinada área. Para Manning (1986) e Matos (2007), a intensidade do impacto sobre a experiência da visita vai variar com as características pessoais dos visitantes, suas motivações, preferências, expectativas e o nível de experiência ou comportamento de cada um.

Durante algum tempo, os níveis adequados de uso recreativo foram estabelecidos com base no conceito de capacidade de carga adaptado ao manejo de pastagens. Conforme Magro (1999), Wagar foi um dos primeiros a utilizar o conceito, definindo-o em seu trabalho publicado, em 1964, *The carrying capacity of willands for recreation*, como o nível de uso que uma área pode suportar sem afetar a sua qualidade (MATOS, 2007).

Embora tenha havido vários avanços no estudo da capacidade de carga, de acordo com Takahashi (1998), a comprovação de que não existe relação direta entre o número de visitantes e a quantidade de impactos negativos, estando estes últimos muito mais relacionados ao comportamento dos usuários, levou à descrença do conceito de capacidade de carga e à uma reformulação deste. Posteriormente, outros métodos de monitoramento de impactos foram desenvolvidos com base na evolução do conhecimento entre as relações de causa e efeito do uso em ambientes naturais, dentre eles é possível citar: *Limits of Acceptable Change* (LAC) (STANKEY *et al.*, 1985), *Visitor Impact Management* (VIM) (GRAEFE *et al.*, 1990) e *Visitor Experience and Resource Protection* (VERP) (NATIONAL PARK SERVICE, 1995; MATOS, 2007).

Takahashi (1998) menciona que o VIM e o VERP são derivados do LAC e aponta suas diferenças quando diz que o método VIM recomenda um acompanhamento e correção ao constatar a diferença entre os padrões dos indicadores e as condições diagnosticadas, enquanto o que o VERP sugere, juntamente com um aperfeiçoamento contínuo e correção, a reavaliação e a substituição dos indicadores selecionados, sempre que necessário. Costa (2006) acrescenta que o método VIM parte do princípio de que todo e qualquer tipo de visita causa impacto e, portanto, a metodologia não busca a utopia do “impacto zero”, mas mantê-lo em níveis aceitáveis a partir de determinados critérios (MATOS, 2007).

O *Protected Area Visitor Impact Management* (PAVIM) surgiu em 2002 como uma metodologia alternativa às já conhecidas capacidade de carga, LAC, VIM e VERP, direcionando o seu foco de maneira específica às áreas protegidas de países em desenvolvimento das Américas Central e do Sul (FARRELL; MARION, 2002; MATOS, 2007).

Embora o PAVIM seja mais simples, flexível, de menores custo e tempo de implementação que as outras metodologias apontadas, os autores reconhecem que, com a retirada das etapas metodológicas que envolvem definição de indicadores, padrões e monitoramento, a habilidade do método em entender e determinar as causas dos impactos fica comprometida, fazendo com que certos problemas sejam incorretamente priorizados ou mesmo negligenciados (FARRELL; MARION, 2002; MATOS, 2007). Para Shindler (1992) e

Matos (2007), a não compreensão das causas de um problema pode inviabilizar ou tornar tardia a adoção de ações de manejo efetivas.

Farrell e Marion (2002), assim como Matos (2007), chamam a atenção para o fato de que o PAVIM é uma proposta alternativa aos métodos existentes. Somente após aplicação efetiva da metodologia torna-se viável uma análise comparativa aprofundada dos aspectos positivos e negativos de todos os métodos.

As trilhas usadas para atividades do Turismo Ecológico com idosos e portadores de necessidades especiais pela proposta de Andrade (2002), no Manual de Ecoturismo de Base Comunitária, podem ser atribuídas as seguintes classificações quanto:

- À função: turísticas e educativas;
- Ao tamanho: de curta, média e longa distância;
- À forma: circulares, oferecendo oportunidade de voltar ao ponto de partida sem repetir o percurso no retorno; em oito, as quais são capazes de aumentar a possibilidade de uso dos espaços; e lineares, que possuem função de conectar a origem a um destino de forma simples;
- Ao grau de dificuldade: auto-guiada o guiada; e
- À intensidade: fácil, moderada e difícil.

Em Guaramiranga, encontram-se disponíveis a Trilha Gameleira e a Trilha Mata Serrana, no Parque das Trilhas (observar mapa 6); a Trilha da Batalha; a Trilha do Remanso Hotel de Serra; a Trilha do Vale; e a Trilha do Mirante.

7. DIAGNÓSTICO DO TURISMO ECOLÓGICO EM GUARAMIRANGA

Ao se considerar o enfoque deste trabalho, sobrepujaram-se certos aspectos que puderam ser utilizados como referenciais na análise dos resultados.

Na visão de Lynch (1982), deve-se compreender qualquer lugar como um todo social, biológico e físico. Para interpretá-lo em seu conjunto é necessário definir e entender as suas partes.

Direcionando-se este diagnóstico ao município de Guaramiranga, certificou-se que ocorria no local a repetição da maior parte dos problemas político-administrativos do Turismo no restante do país.

7.1. Espaço

A combinação de elementos naturais para formar um item de um telhado ou uma parede pode passar, em muitos casos, despercebida se a mesma não acontecer de maneira compacta ao meio a ela relacionado.

O uso da arquitetura sustentável gera, além da redução de impactos na natureza, a aproximação do ambiente construído ao cenário típico buscado pelo visitante. As características do ambiente artificial são dependentes tanto estrutural quanto esteticamente dos recursos naturais e, no Turismo, são ainda mais valorizadas por se tratarem de produtos de comercialização. Na tentativa de examinar a influência desses contrastes, estudaram-se os principais equipamentos urbanos e atrativos dentro do Turismo Ecológico em Guaramiranga.

A Linha da Serra, localizada a 11 km da sede municipal, é o segundo ponto mais alto do Maciço de Baturité, com cerca de 950 m de altura. O acesso é feito em via asfaltada e calçamento até uma parte do percurso. A sinalização e a qualidade do trajeto, no entanto, encontram-se comprometidos. Desse ponto turístico é possível avistar uma porção do Sertão Central (LIMA, 2006).

As cachoeiras são outros atrativos turísticos de destaque em Guaramiranga. As mais visitadas são as situadas no Sítio São Paulo e no Sítio Poço Escuro, ambas propriedades privadas (LIMA, 2006).

As construções religiosas são bastante frequentadas no município, principalmente por turistas idosos.

A Igreja Nossa Senhora de Lourdes, conhecida também como Igreja da Gruta, foi erguida, em 1892, pela família Caracas. Apresenta uma escadaria de 79 degraus e rico arranjo de vitrais (LIMA, 2006). Ao lado dela está o Convento dos Capuchinhos, fundado em 1934 por frades italianos, que atualmente funciona como hospedagem e restaurante. Sua arquitetura em colunas arcadas, com jardim central, chama a atenção dos visitantes (LIMA, 2006).

A Igreja Nossa Senhora da Conceição, popularmente denominada de Igreja Matriz, cuja inauguração se deu em 1880, está posicionada entre duas linhas de palmeiras, no alto de uma escadaria. Sua história está arraigada à formação do município, sendo a data de sua padroeira comemorada anualmente nesse espaço (LIMA, 2006).

A Igreja Nosso Senhor do Bonfim, construída por volta de 1970, forma juntamente com a Capela de Santa Terezinha e a Igreja do Santo Agostinho outros destinos bastante procurados (LIMA, 2006).

Na promoção de atividades culturais, destacam-se a Associação dos Amigos da Arte de Guaramiranga (AGUA) e o Grupo de Reisado, os quais realizam apresentações durante o Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga e o Carnaval (LIMA, 2006).

Ambientes de destaque no segmento de lazer, o Teatro Municipal Rachel de Queiroz e o Teatro Rachel de Queiroz surgiram para estimular as artes cênicas e musicais, além de atrair turistas para Guaramiranga. O Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga utiliza anualmente essas instalações, favorecendo a Escola de Música de Guaramiranga, que possui aproximadamente 80 alunos, entre crianças e adolescentes (LIMA, 2006).

A Biblioteca Municipal Rui Barbosa, apesar de pouco procurada pelos turistas, armazena um acervo histórico significativo sobre o município e o Maciço de Baturité. A sua função de centro educacional revela-se importante em um local que apresenta poucas instituições de ensino.

O município de Guaramiranga caracteriza-se por apresentar um razoável número de hotéis e pousadas, além de casas de veraneio; propriedades, geralmente, de residentes em Fortaleza. Alguns dos serviços de hospedagem em Guaramiranga são ofertados pelo Remanso Hotel de Serra, Gruta Pousada dos Capuchinhos, Chalés e Pousada Sítio Paraíso, Pousada *Tramonto*, Chácara dos Cedros, Chalé Alto da Serra, Pousada do Ricardo, Pousada do

Logradouro, Chalés Sítio Cana Brava, Pousada Zeus, Pousada Guaramiranga, Pequena Pousada Suíça, Pousada Monte Flor, Pousada Bela Vista, Pousada Cabanas da Serra, Chalé das Montanhas, Cedros Hotel de Serra, Chalés Girassol, Chalés Bom Retiro, Chalé do

Arnoldo, Pousada Casarão dos Uchoa, Chalé do Tutuca, *Camping Alto da Serra* e Pousada Pico da Neblina (LIMA, 2006; PREFEITURA ..., 2009).

As construções restantes do município são compostas por habitações de pessoas que moram na cidade, espaços de lazer, comércio, órgãos públicos e estabelecimentos de serviço privado.

Certas edificações passaram a exercer outro papel após algum tempo, como é o caso da hospedagem construída na década de 1980, com arrojada e moderna arquitetura, para acolher o governador da época e os ex-governadores do Estado e suas famílias. Hoje, a construção abriga o Hotel Escola Senac Guaramiranga (RODRIGUES, 1996).

Situado a cerca de 1,2 km da sede municipal, o hotel oferece serviços de restaurante, bar e lavanderia, além de apresentar piscina, espaço para jogos e o melhor equipamento para a promoção de convenções da cidade (LIMA, 2006) (ver figura 9).



Figura 9 - Hotel Escola Senac Guaramiranga. Entrada da hospedagem. Fonte: Autor (2008)

Existem algumas vias pavimentadas que facultam as caminhadas pela cidade. Estes trajetos fazem com que os maiores adensamentos populacionais do município se concentrem nesses locais.

A população de Guaramiranga é elevada a mais de 10.000 pessoas quando em períodos eleitorais e datas de eventos, como no Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga, Festival Nordestino de Teatro de Guaramiranga e Carnaval. Essa oscilação demográfica sobre o índice normal, que é de 53,33 hab/km² (PREFEITURA ..., 2009), afeta os moradores, a

infraestrutura e o funcionamento da cidade de variadas formas, tornando inviáveis os métodos de estudo que desconsiderem essa sazonalidade.

Unida a esse fator, a inadequação do desenho urbano em função da acessibilidade torna o deslocamento e o usufruto dos recursos locais prejudicados. Como consequência, idosos e deficientes, moradores e turistas, sofrem com a reduzida capacidade de inclusão apresentada pelo município. As figuras 10 e 11 exemplificam a problemática em dois importantes pontos turísticos da cidade.



Figura 10 - Igreja Nossa Senhora de Lourdes. Rampa com dimensões impróprias ao uso por cadeirantes. Fonte: Autor (2008)



Figura 11 - Igreja Nossa Senhora da Conceição. A dificuldade de acesso para idosos e deficientes em escadaria desprovida de rampa e corrimão. Fonte: Autor (2008)

A tabela 7 expõe um panorama da acessibilidade nos principais pontos turísticos do município.

Tabela 7 - Principais atrativos de Guaramiranga quanto à acessibilidade (1)

Local(is)	Acessibilidade
Mirantes do Pico Alto e da Linha da Serra	Baixa
Cachoeiras	Baixa
Igreja Nossa Senhora de Lourdes Convento dos Capuchinhos	Baixa à média
Igreja Nossa Senhora da Conceição	Baixa
Igreja Nosso Senhor do Bonfim Capela de Santa Terezinha Igreja do Santo Agostinho	Média
Teatro Municipal Rachel de Queiroz Teatro Rachel de Queiroz	Baixa à média
Biblioteca Municipal Rui Barbosa	Baixa à média
Parque das Trilhas	Baixa à média

(1) De idosos e portadores de necessidades especiais, segundo o parecer do autor e as normas da ABNT

Em parte, esse descaso decorre da baixa eficiência das administrações pública e privada locais; das empresas turísticas, com as quais o município está interligado por grande parte dos seus turistas visitantes; e do Governo do Estado, que fornece poucos incentivos para o benefício do Turismo em Guaramiranga.

Itens essenciais, mesmo que com os recursos mínimos necessários, como é o caso da infraestrutura de saneamento básico, abastecimento de energia elétrica e das vias de deslocamento para pedestres (passeios) e veículos, são componentes que todo centro turístico precisa prover. Eles compõem a organização do produto que está sendo comercializado, ou seja, o município.

Evidenciam-se as limitações da cidade no processo de recepção turística porque o planejamento atual não prevê alterações desencadeadas pelo Turismo, nem o favorecimento da população pela presença da atividade.

No Sítio Guaramiranga, onde está localizado o principal empreendimento de Turismo Ecológico do município – o Parque das Trilhas –, encontra-se um bom número de atrações, como dois tipos de trilha (figura 12), dois equipamentos para a prática de rapel (figura 13), caiaques duplos e individuais (figura 14), duas tirolésas (figura 15) e ponte de três cordas (figura 16).



Figura 12 - Parque das Trilhas. Turistas percorrendo a Trilha Gameleira. Fonte: Autor (2008)



Figura 13 - Parque das Trilhas. Parte do equipamento destinado à prática de rapel. Fonte: Autor (2008)



Figura 14 - Parque das Trilhas. Caiaques duplos e individuais. Fonte: Autor (2008)



Figura 15 - Parque das Trilhas. "Tirolesa molhada". Fonte: Autor (2008)



Figura 16 - Parque das Trilhas. Ponte de três cordas. Fonte: Autor (2008)

A construção do centro foi pensada de forma a permitir uma maior aproximação dos turistas aos elementos naturais da região, contendo infraestrutura inspirada em outros locais com fins similares.

O Parque das Trilhas vem sendo mantido pelos proprietários, visitantes e alguns órgãos de apoio. O funcionamento ocorre regularmente no decorrer do ano, possuindo poucas alterações na sua programação.

Apesar de o arranjo físico-funcional ir, de uma maneira geral, de encontro aos fundamentos da sustentabilidade, o Parque das Trilhas ainda precisa se aprimorar para o eficaz exercício do Turismo Ecológico com idosos e portadores de necessidades especiais, pois várias construções estão em desacordo com as normas técnicas da ABNT e os parâmetros de acessibilidade.

O ANEXO H traz um Modelo de Formulário de Pesquisa de Campo adaptado, no qual se efetuou a avaliação das principais características evidenciadas no parque. Complementarmente, o ANEXO I dispõe de uma *checklist* elaborada de acordo com os padrões da OMT para vários estabelecimentos e áreas protegidos do mundo.

Próximo ao Parque das Trilhas encontra-se o Pesqueiro Guaramiranga, que também abriga um restaurante.

Um grupo de hotéis e pousadas, por estar situado em grandes áreas verdes, possibilita aos seus hóspedes um contato mais direto com a natureza e, portanto, o exercício do Turismo Ecológico sob diversas formas, como por meio da realização de trilhas.

Não obstante, mesmo com vários aspectos a favor de sua execução, o Turismo Ecológico em Guaramiranga se depara com resistências. As ações realizadas para a prática dessa modalidade turística, muitas vezes, tornam-se restritas aos períodos de eventos, o que causa a sensação de bem-estar momentâneo, fornecendo aparências que não correspondem ao cotidiano dos que habitam na cidade.

A especulação imobiliária tem adquirido dimensões problemáticas no quesito ambiental, o qual, apesar de amparado legalmente, vem sofrendo danos irreparáveis nos seus recursos naturais.

O panorama se torna mais intrincado se o fator sustentabilidade for tomado em consideração, já que pode representar um confiável indicador de harmonia entre os componentes que formam um sistema organizacional, tal como o Turismo.

Para Rodriguez, Vicente da Silva e Cavalcanti (2007), a sustentabilidade no Turismo está relacionada não somente às ações que visem à preservação e à conservação da natureza, mas ao uso tido como ambientalmente menos agressivo do meio, como através de edificações sustentáveis.

Ao se observar o cenário de Guaramiranga, constata-se que ele está sendo urbanamente estabelecido sob nenhuma linha que conduza à sustentabilidade, porque o seu planejamento permanece submisso a projetos individualizados, muitos dos quais dissociados do espaço maior onde se encontram definidos.

A ocupação temporária, tanto de residências quanto estabelecimentos de hospedagem, resultante da sua destacada sazonalidade turística, pode ser classificada como um entrave para o desenvolvimento do Turismo no município, porém, não merece ser reconhecida como um impedimento a tal fim.

Guaramiranga, à semelhança de muitos destinos turísticos no país e no mundo, apresenta pronunciada variação na quantidade de seus visitantes em decorrência principalmente da concentração de eventos.

Observa-se rápida elevação do número de turistas no período do Carnaval e quando, segundo Torres (2006), são realizados o Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga e o Festival Nordeste de Teatro de Guaramiranga. Durante estes eventos a cidade chega à sua capacidade de suporte máxima, correspondendo, juntamente com a primeira quinzena de janeiro, os dias antecedentes ao Carnaval, o mês de julho, a primeira quinzena de setembro e a segunda quinzena de dezembro à alta estação turística.

7.2. Serviços

Os serviços turísticos disponibilizados no município podem ser claramente divididos em: permanentes e temporários. Os primeiros são representados pelas atividades exercidas nas acomodações, nos estabelecimentos de alimentação e nos ambientes de lazer, como o Parque das Trilhas e o Pesqueiro Guaramiranga; os segundos, pelas práticas executadas durante os eventos.

No Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga e no Festival Nordestino de Teatro de Guaramiranga, espaços que permanecem fechados ao público por vários meses, como o Teatro Municipal Rachel de Queiroz e o Teatro Rachel de Queiroz são reavivados.

A elevação da demanda turística, no entanto, faz com que os serviços de abastecimento de água e energia do município, considerados satisfatórios na maior parte do ano, sofram colapso durante a alta estação, ocasionando, muitas vezes, interrupções no seu fornecimento. Os valores correspondentes ao consumo público indicados nas tabelas 8 e 9 chegam a ser multiplicados durante os horários de maior demanda, na alta temporada.

Tabela 8 - Abastecimento de água em Guaramiranga

Discriminação	Número de domicílios	%
Rede geral (pública)	257	21,3
Poço ou nascente	767	63,5
Outra forma	183	15,2
Total	1.207	100,0

Fonte: IBGE (2000)

Tabela 9 - Consumo de energia elétrica em Guaramiranga

Classes de consumo	Consumo (MWh)	%
Residencial	1.061	37,61
Industrial	259	9,18
Comercial	381	13,51
Rural	587	20,81
Público	531	18,82
Próprio	2	0,07
Total	2.821	100,00

Fonte: Companhia Energética do Ceará (COELCE) (2002)

O atendimento público ao turista é feito no Centro de Informações ao Visitante (CIV), local em que poderá ter acesso às programações dos eventos e aos detalhes sobre os atrativos dos municípios. Todavia, conforme levantamento apresentado no ANEXO J, os serviços prestados pelo centro carecem de melhorias.

Destaca-se, no processo de qualificação dos serviços turísticos, a função que o Hotel Escola Senac Guaramiranga vem realizando, nos últimos anos, na capacitação de jovens e adultos para atuarem nos setores de hotelaria e alimentação. A instituição promove, regularmente, treinamentos que têm contribuído na incorporação da mão-de-obra local aos empreendimentos turísticos existentes e aos que estão sendo montados na cidade.

O Programa Senac de Gratuidade, criado através do Decreto nº 6.633, de 2008, proporcionou a oferta de dois cursos de capacitação, de 160 horas/ aula cada, no município: Recepcionista em Meios de Hospedagem e Condutor de Turismo de Aventura (SERVIÇO ..., 2009).

No que concerne ao Turismo Ecológico, o Parque das Trilhas corresponde ao único espaço formalmente registrado.

Apesar de a legislação brasileira exigir o registro das agências de Turismo, isto não compromete a especificação do tipo de atividade exercida em cada uma e, por isso, a sua caracterização como “ecológica” depende do interesse ou não do proprietário em cadastrá-la dessa forma no Embratur.

Dentre os estabelecimentos de serviços do município, constatou-se que não há, no local, uma agência bancária, apenas caixas eletrônicas do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Os Correios, em decorrência disso, funcionam como Banco Caixa Postal/ Bradesco, aceitando depósitos de pequenos valores, abertura e pagamento de contas. Nos períodos de elevada demanda por moeda, é comum a sua falta, o que acaba por comprometer o Turismo local (LIMA, 2006).

Em termos de fornecimento de insumos de serviços, a cidade de Baturité proporciona apoio fundamental à Guaramiranga. Por deter o maior centro urbano da região, Baturité acaba por abastecer com gêneros alimentícios e outros bens de consumo o município vizinho. O fato de Guaramiranga não possuir agências bancárias mobiliza parte da sua população para essa cidade em datas de pagamento. Outro ponto relevante nessa ligação está na presença da Universidade Vale do Acaraú (UVA) em Baturité, o que tem acarretado na comutação diária de estudantes que residem em Guaramiranga.

Parte dos guias que trabalha no Parque das Trilhas (visualizar figura 17) é formada por alunos de ensino médio ou superior (no caso, da UVA) que estudam em Baturité.



Figura 17 - Recepção do Parque das Trilhas. Alunas da UVA atendendo turistas. Fonte: Autor (2008)

Essa mesma realidade faz parte da vida de outras pessoas que contribuem para o Turismo de Guaramiranga, já que as instituições de ensino presentes na cidade não suprem toda a demanda (observar tabela 10).

Tabela 10 - Distribuição de alunos na rede de ensino de Guaramiranga

	Rede municipal	Rede estadual	Rede particular
Pré-escolar	342	0	24
Ensino fundamental	1.154	114	59
Ensino médio	0	207	0
Total	1.496	321	83

Fonte: PMG (2004)

As empresas de Fortaleza que promovem o Turismo no município, no geral, contam com a atuação de guias graduados na área, os quais participam comunicando a cidade de Guaramiranga a outras de destaque no Maciço de Baturité.

A operadora turística α é a única empresa, dentre as operadoras e agências de Turismo atuantes no Ceará, a ofertar um pacote turístico para Guaramiranga. O mesmo possui duração de três dias, nos quais, além do traslado por ônibus, de ida e volta, saindo de Fortaleza e retornando para esta origem, são visitados os principais atrativos turísticos do município (incluindo espaços privados, como Pesqueiro Guaramiranga e Parque das Trilhas) e repassadas informações sobre a história do local. O roteiro, apesar de adquirido para o destino Guaramiranga, inclui programação no município de Pacoti. Os serviços de atendimento a

idosos e portadores de necessidades especiais são disponibilizados, conforme os atendentes da empresa, dentro das possibilidades dos serviços contratados. O valor do produto é de R\$ 115,00 à vista ou de cinco parcelas de R\$ 23,00.

Analisaram-se, neste estudo, seis exemplos de trilhas para fins do Turismo Ecológico em Guaramiranga. Em consonância às classificações anteriormente citadas, puderam ser dispostas na tabela 11.

Tabela 11 - Classificação das trilhas ecológicas em Guaramiranga

Trilhas	Função(ões)	Tamanho	Forma	Grau de dificuldade	Intensidade
Parque das Trilhas (visualizar mapa 6)					
Trilha Gameleira	Turística e educativa	Curta distância	Linear e circular	Guiada	Fácil
Trilha Mata Serrana	Turística e educativa	Média distância	Linear e circular	Guiada	Moderada
Trilha da Batalha	Turística	Curta distância	Linear	Auto-guiada	Fácil
Trilha do Remanso Hotel de Serra	Turística	Curta distância	Circular	Guiada	Fácil
Trilha do Vale	Turística e educativa	Longa distância	Linear	Auto-guiada	Moderada
Trilha do Mirante	Turística e educativa	Longa distância	Linear	Auto-guiada	Moderada

Apesar dessa classificação relativamente favorável à utilização dos recursos, percebe-se que a ausência de uma empresa especializada no Turismo Ecológico para idosos e portadores de necessidades especiais, em Guaramiranga, resulta em uma defasagem no fornecimento do serviço de trilhas.

7.3. Demandas

Um público diversificado, em busca de belezas naturais e eventos, movimentou o mercado turístico de Guaramiranga.

A falta de atenção para com os idosos e deficientes no município é perceptível na própria população local.

Pessoas com mobilidade reduzida, como as turistas expostas na figura 18 sofrem com as barreiras a elas impostas.



Figura 18 - Passeio impróprio para uso. Turistas holandesas fazendo caminhada. Fonte: Autor (2009)

Tanto os espaços públicos quanto os privados não foram executados para receber adequadamente idosos e deficientes. Arelado a isso, profissionais de diversos estabelecimentos não tem preparação para atender corretamente idosos e portadores de deficiência.

As entrevistas realizadas com dois idosos e dois portadores de necessidades especiais resultaram em informações que condizem ao evidenciado no município de Guaramiranga. Os dados, processados pelo *software* Panteon (ver ANEXO K), encontram-se dispostos nas tabelas 12 e 13.

Tabela 12 - Síntese do parecer dos idosos entrevistados

Contato com Turismo Ecológico	Nenhum dos entrevistados havia praticado alguma atividade de aventura na natureza, mas ambos já visitaram locais que possuíam recursos naturais como atrativo
Experiência do contato	Positiva. Os dois relataram vontade de repeti-la
Classificação do atendimento de	Hospedagem - entre regular e bom Alimentação - bom Transporte - regular Profissionais da agência ou operadora contratada - regular
Grau de satisfação	Bom, porém, os dois afirmaram que esperavam mais atenção por parte das empresas contratadas
Infraestrutura acessível	Apenas um idoso informou que teve acesso a banheiro adaptado na sua hospedagem. O outro não encontrou adaptação alguma
Serviço adequado a idosos e deficientes	Não. O espaço e os serviços disponibilizados não atendiam, na maioria das vezes, às suas necessidades
Eficiência do Turismo para idosos e deficientes no Ceará	Insatisfatório

Possibilidade de melhoria do Turismo para idosos e deficientes	Os dois acreditavam na mudança, caso medidas fossem tomadas a respeito
--	--

Tabela 13 - Síntese do parecer dos portadores de necessidades especiais entrevistados

Contato com Turismo Ecológico	Um dos entrevistados já praticou atividades típicas do Turismo Ecológico, enquanto outro apenas esteve em um espaço natural
Experiência do contato	Positiva. Os dois repetiriam a viagem. Um deles mostrou interesse em conhecer outros lugares
Classificação do atendimento de	Hospedagem - entre ruim e regular Alimentação - bom Transporte - ruim Profissionais da agência ou operadora contratada - um respondeu ruim e outro, bom
Grau de satisfação	Regular para um. Bom para outro
Infraestrutura acessível	Um buscou serviço de hospedagem adaptado e foi razoavelmente atendido. Outro adquiriu serviços tradicionais
Serviço adequado a idosos e deficientes	Não. O deficiente que se hospedou em acomodação adaptada se sentiu atendido somente nesse critério. O outro, com exceção de alguns profissionais de Turismo da cidade em que visitou, não observou pontos positivos
Eficiência do Turismo para idosos e deficientes no Ceará	Insatisfatório
Possibilidade de melhoria do Turismo para idosos e deficientes	Um dos entrevistados credita à administração da cidade visitada a obrigação de cumprir com as normas e executar as adaptações necessárias. O outro vai mais além e cita a necessidade de as pessoas mudarem a sua forma de ver o idoso e o portador de deficiência

8. PROPOSTAS PARA GESTÃO TURÍSTICA LOCAL

De lógica às observações realizadas durante as visitas técnicas, em períodos de baixa e alta temporada, entre fevereiro de 2008 e setembro de 2009, chegaram-se às propostas de elaboração de um planejamento, com enfoque político-administrativo e de integração da comunidade local, na oferta do Turismo Ecológico em Guaramiranga.

A realização de contatos em nível nacional e internacional para coleta de dados provenientes da prática com o Turismo Ecológico, com destaque àquele voltado aos turistas idosos e portadores de necessidades especiais, conduziu parte da formulação das propostas apresentadas a seguir. A aplicabilidade das medidas administrativas foi uma condição obedecida para que o diagnóstico e as ações corretivas pudessem ser discutidas com gestores públicos e privados do setor turístico do município.

Acreditou-se que “[...] a dignidade de um lugar deveria ser concebida, antes de tudo, para seu habitante, aquele que permaneceria ao longo do tempo com uma fidelidade imprópria do turista” (YÁZIGI, 2003). Desse modo, buscou-se avaliar as políticas públicas mais favoráveis ao Turismo local, do qual os moradores também pudessem se beneficiar, estimulando a sua continuidade por meio de uma manutenção facilitada.

Pela classificação sugerida por Angeli (1991), direcionaram-se as propostas de gestão desta pesquisa para os planejamentos de primeiro e segundo nível, que atuam, respectivamente, em ambientes com pouca infraestrutura e mão-de-obra, e cidades com possibilidades de serem transformadas em núcleos turísticos, seja pela ativação de atrativos preexistentes, seja pela criação de novos recursos.

Objetivando o detalhamento das propostas, fez-se a distribuição das mesmas de acordo com dois parâmetros adotados neste estudo – espaço e serviços.

8.1. Espaço

Guaramiranga, com a atividade turística, vem recebendo investimentos representativos nas áreas de imóveis e lazer, o que leva a questionar se as obras que estão realizadas obedecem rigidamente à legislação.

Antes da instalação de qualquer infraestrutura, turística ou não, o local considerado deve ser submetido à uma análise ambiental, capaz de revelar os possíveis impactos que o espaço possa ter depois de modificado.

Para os recursos passíveis de aproveitamento turístico, recomenda-se também uma avaliação, ou seja, um estudo crítico das relações consideradas a fim de estabelecer seu interesse turístico sobre bases objetivas e comparáveis entre si, assinalando sua correspondência hierárquica, que pode se situar, em função dos níveis determinados pelo Embratur (CURSO ..., 1977), na escala abaixo:

- Hierarquia 3 - atração excepcional, altamente significativa para o mercado turístico internacional, capaz de, por si só, motivar um importante fluxo de turistas;
- Hierarquia 2 - atração com aspectos excepcionais em um país, capaz de motivar um fluxo de turistas nacionais ou estrangeiros, seja por si só ou em conjunto com outras atrações;
- Hierarquia 1 - atração com alguns aspectos chamativos, capaz de interessar a turistas que vieram de longe para a região por outras motivações turísticas, ou capaz de motivar fluxos turísticos locais; e
- Hierarquia 0 - atração sem méritos suficientes para ser incluída nas hierarquias anteriores, mas que faz parte do patrimônio turístico como elemento que pode completar outros de maior interesse, no desenvolvimento de complexos turísticos.

Guaramiranga, em conformidade com essa classificação, teria, de acordo com o autor, mais atrativos na hierarquia 1, considerando os turistas locais, de outros Estados e estrangeiros que a visitam.

Porém, não há impedimentos para que, com o incentivo da atividade turística e o maior apoio da população, a cidade chegue a apresentar atrativos na hierarquia 2.

A tarefa de inventariar recursos físicos, apesar de complexa, possui o benefício de contar apenas com um indicador praticamente invariável: as atrações naturais. Este foi o motivo da adoção dessa hierarquia na pesquisa, haja vista que um espaço natural está sendo pesquisado.

Dentro do estudo da OMT (2004), alguns locais, caracterizados pelas restrições em investimentos turísticos, destacaram-se por apresentar propostas inteligentes e compatíveis à realidade de municípios como Guaramiranga. Na tabela 14, apresentaram-se os exemplos e as possíveis aplicações que eles possam ter em Guaramiranga:

Tabela 14 - Projetos de destaque no Turismo Sustentável e suas aplicabilidades em Guaramiranga

Bolívia	
Exemplo	Aplicação em Guaramiranga
<p>Programa de Desenvolvimento Sustentável e Ecoturismo de San José de Uchupiamonas. No local, foi implantado um albergue baseado na arquitetura local e em materiais locais de alta qualidade para suportar o clima úmido dos Andes tropicais. Utilizou-se no ambiente energia solar em baterias que eram recicladas ao fim de sua vida útil. O lixo era separado e classificado, sendo os resíduos orgânicos transformados em adubo e os inorgânicos, transportados para fora da área protegida</p>	<p>Guaramiranga, por receber representativa quantidade de estudantes, principalmente nos períodos de eventos, poderia adotar estratégia similar com relação ao albergue e estender o tratamento do lixo à toda comunidade, reduzindo as despesas do município</p>
Cuba	
Exemplo 1	Aplicação em Guaramiranga
<p>Complexo Turístico Las Terrazas. Existe, no complexo, um plano de economia de água e as habitações e instalações possuem hidrômetros e equipamentos sanitários de baixo consumo. A eletricidade é consumida segundo critérios de economia e controlada por meio de relógios, contando com a utilização de sistemas de fotocélulas em lugares específicos. A partir de resíduos suínos produziu-se biogás, com o qual se abasteceu a cozinha de uma escola infantil</p>	<p>A regulação do consumo de água e energia poderia se dar inicialmente em órgãos públicos e estabelecimentos de hospedagem de Guaramiranga. Associada à produção de biogás, a compostagem seria uma outra alternativa para o aproveitamento de resíduos</p>
Exemplo 2	Aplicação em Guaramiranga
<p>Complexo Turístico Topes de Collantes. A arquitetura exterior e interior das instalações turísticas foi projetada conforme o ambiente, incluindo nisso a remodelação das instalações antigas. Da mesma forma, as ofertas complementares ao Turismo Ecológico, como as trilhas e os mirantes, foram preparados e sinalizados segundo os códigos internacionais, utilizando materiais e elementos tradicionais da região</p>	<p>As trilhas da Batalha, do Remanso Hotel de Serra, do Vale, do Mirante e do Parque das Trilhas mereceriam atenção nesse sentido. Os casarões antigos e os espaços de alimentação e hospedagem poderiam ser reformados, segundo os princípios da arquitetura ecologicamente pensada</p>
Equador	
Exemplo	Aplicação em Guaramiranga
<p>Projeto Alándaluz – Vila Ecológica. Promoveram-se na propriedade o desenvolvimento de hortas orgânicas para consumo interno, uso de sistema sanitário do tipo <i>inodoro abonero seco</i>¹ com o intuito de economizar água, aplicação de regulamentos ecológicos nos loteamentos de Alándaluz para consolidar um urbanismo alternativo e tratamento de solos através de adubação e reflorestamento</p>	<p>As áreas destinadas a acampamento poderiam receber o sistema sanitário mencionado e antigas fazendas de café poderiam passar por processo de reflorestamento</p>
<p>¹ Vasos sanitários que não utilizam água, são cobertos com serragem e tratados com cal e carvão para evitar mau cheiro e mosquitos. Em Guaramiranga, essa iniciativa encontraria aplicação nas propriedades rurais e nas áreas de acampamento.</p>	

Namíbia	
Exemplo	Aplicação em Guaramiranga
Projeto Comunitário de Acampamento Turístico de Spitzkoppe. Criou-se, no acampamento, um mecanismo no qual os ralos de chuveiros se conectavam às caixas dos vasos sanitários para economizar água e melhorar a limpeza	A utilização desse recurso poderia ser estimulada pela PMG, com a capacitação de moradores para a construção do mecanismo
Quirguistão	
Exemplo	Aplicação em Guaramiranga
ONG Green Tour. Usaram-se aquecedores solares para aquecer a água do chuveiro e o equipamento de banheiros e chuveiros foi elaborado com madeira, tornando-o facilmente transportável	Os centros de hospedagem e de recepção turística, como o Parque das Trilhas, seriam recomendados a seguir essa alternativa

Fontes: OMT (2004) (adaptado)

A sinalização turística consiste em um instrumento que também pode ser melhorado em Guaramiranga. O uso de simbologia adequada, preferencialmente a reconhecida pela ABNT, possibilita a inclusão de pessoas com diferentes tipos de deficiência e necessidades. Para Brasil (2001), por meio da sinalização são oferecidas as informações que substanciam o senso de posicionamento e o reconhecimento espacial (observar figura 19).



Figura 19 - Símbolo internacional indicando a adaptabilidade do recurso natural a portadores de deficiência. Fonte: TURISMO PARA TODOS (2009)

A Secretaria de Infraestrutura do Estado do Ceará (Seinfra-CE) está elaborando o Guia de Acessibilidade: Espaços Públicos e Edificações, resultado do Programa de Adequação de Espaços (ALMEIDA, 2009). Além disso, tramita no Senado Federal o Estatuto dos Portadores de Necessidades Especiais em busca da integração social e do pleno exercício dos direitos individuais e coletivos (PIMENTEL, 2009).

Com base no diagnóstico efetuado sobre o espaço físico de Guaramiranga, apresentaram-se na tabela 15 algumas propostas para a melhoria da acessibilidade nos seus principais atrativos turísticos.

Tabela 15 - Medidas corretivas sugeridas (1) para maior acessibilidade (2) nos principais pontos turísticos de Guaramiranga

Local(is)	Proposta(s)
Mirante e Linha da Serra	Melhoria da sinalização turística e das vias de acesso
Cachoeiras	Adequação do percurso até as cachoeiras através da construção de plataformas de madeira
Igreja Nossa Senhora de Lourdes Convento dos Capuchinhos	Reformulação da rampa, das escadarias e dos corrimãos. Disponibilização de assentos especiais nos seus interiores
Igreja Nossa Senhora da Conceição	Introdução de rampas e corrimãos em um dos lados da escadaria. Disponibilização de assentos especiais no seu interior
Igreja Nosso Senhor do Bonfim Capela de Santa Terezinha Igreja do Santo Agostinho	Implantação de rampas e corrimãos na entrada principal. Disponibilização de assentos especiais no interior
Teatro Municipal Rachel de Queiroz Teatro Rachel de Queiroz	Reestruturação de alguns degraus nas escadarias de acesso ao palco. Construção de rampas e corrimãos nas entradas principais. Serviço de som e divulgação visual especiais. Oferecimento de informações pelos métodos <i>Braille</i> e Linguagem Brasileira de Sinais (Libras). Disponibilização de assentos específicos. Treinamento de funcionários
Biblioteca Municipal Rui Barbosa	Implantação de rampas e corrimãos na entrada principal. Oferecimento de informações pelos métodos <i>Braille</i> e Libras. Adequação da altura e largura de estantes e mobiliários às necessidades médias de idosos e deficientes. Disponibilização de assentos específicos. Capacitação de funcionários
Parque das Trilhas	Aplainamento das vias de acesso e de alguns trechos da Trilha Gameleira (de 1,8 Km de extensão), considerada adaptável a idosos e deficientes. Orientação por rádio auto-guia e pelos métodos <i>Braille</i> e Libras. Seleção de atrativos, como árvores e objetos utilizados no cultivo de café, no Sítio Guaramiranga, para tateamento por deficientes visuais. Disponibilização de transporte manual (como cadeira elevatória) ou elétrico ² para cadeirantes. Reestruturação de parte da passarela de acesso à uma nascente do Rio Pacoti. Implantação de cordas ou corrimãos e de superfícies (preferencialmente de madeira) em determinados pontos da trilha. Desenvolvimento de sistema de drenagem nas duas trilhas do parque (3). Reformulação dos equipamentos de lazer e sanitários, do parque. Preparação de funcionários

Fonte: Ripoll (2009)

- (1) Com reparo segundo as normas estabelecidas pela ABNT, conforme alguns padrões de construção apresentados no ANEXO L
- (2) De idosos e portadores de necessidades especiais
- (3) Segundo Andrade (2005), deve-se sempre evitar que a direção da água seja a mesma da trilha, sendo importante implantar um sistema de drenagem adequado, o qual faça com que a água corra “pela” e não “ao longo” da superfície da trilha. Essa medida, além de combater a erosão e o desgaste do solo, tornam a superfície mais favorável ao deslocamento.

² Em 2006, estudantes do curso de Tecnologia em Eletromecânica, do Centro de Ensino Tecnológico (Centec) de Sobral, produziram uma cadeira de rodas com motor elétrico a baixo custo. O valor da cadeira representou uma redução de até ¼ no preço de mercado do produto, mantendo padrões da ABNT e acoplado materiais de boa longevidade (DIÁRIO ..., 2006). Esse equipamento, além de servir à população de menor poder aquisitivo, poderia ser adquirido por empresas que atuam no segmento turístico através do transporte urbano, da hotelaria e do entretenimento.

Na reformulação de trilhas ecológicas, o traçado orientado pelas curvas de nível do terreno traria economia em longo prazo, além de facilitar a manutenção pela minimização dos processos erosivos (LEITE, 2004).

O investimento em tecnologias para a estabilização de pisos em trilhas reduziria a insegurança e o incômodo causados em indivíduos idosos e deficientes. O emprego das técnicas do solo-cimento³ e do solo-cal⁴, usados tradicionalmente no revestimento de estradas vicinais, favoreceria o deslocamento de cadeiras de rodas motorizadas.

8.2. Serviços

Os guias e demais profissionais atuantes no Turismo Ecológico, além da formação básica em um setor específico do Turismo, devem estar preparados para impactar o mínimo possível o meio ambiente, buscando conduzir os turistas pelo mesmo princípio alicerçado na sustentabilidade.

O serviço turístico aplicado em um espaço natural através de um guia, por exemplo, necessitaria, além da habilidade para deslocamento e comunicação, de conhecimentos práticos e populares típicos do local, informações técnicas sobre o que é exposto na atividade e sensibilidade no trato com a natureza. A conscientização a respeito da preservação e conservação de ambientes naturais seria um fator obrigatório na formação de profissionais desse segmento. Dentro dessa linha de raciocínio, imagina-se que a comunidade residente seria a mais adequada para a função.

Os serviços turísticos são dependentes do espaço e das demandas para existirem, moldando-se às variações de cada um, conforme necessário.

Guaramiranga reflete, de certa forma, defasagens no serviço turístico que são comuns a muitos municípios brasileiros, considerando-se as devidas distorções. Poucos são ainda os espaços e serviços projetados para satisfazer os idosos e portadores de necessidades especiais.

³ O solo-cimento é obtido através da mistura de solo arenoso-argiloso, cimento e água em formas de madeira.

⁴ Produz-se o solo-cal pela mistura de água e cal com posterior espalhamento sobre a superfície.

As empresas turísticas de Fortaleza, responsáveis por destinar turistas a muitas cidades do Estado, poderiam estruturar pacotes para Guaramiranga correspondentes aos interesses e às necessidades de idosos e deficientes, inclusive empregando mão-de-obra com essas características, conforme implementado pela empresa δ em São Paulo.

Nos casos em que houver algum tipo de atividade que exija preparação física ou psicológica, é preciso fornecer opções àqueles que não desejam seguir a programação. A flexibilização de pacotes para atender, na medida do possível, às diferentes necessidades dos clientes seria um modo de expandir a oferta do produto (MOTTA; LIMA, 2007). O ANEXO M ilustra a capa da fonte bibliográfica padronizada internacionalmente que disponibiliza informações detalhadas sobre o assunto: “Turismo e Acessibilidade: manual de orientações”.

As agências de Turismo que atuassem em Guaramiranga, assim como a operadora turística α , caso viessem a se dedicar às demandas idosa e portadora de necessidades especiais, poderiam realizar os seus primeiros treinamentos por meio de reuniões entre proprietários de acomodações, estabelecimentos de alimentação, guias turísticos e profissionais da saúde, de modo que as finalidades do serviço e as necessidades de cuidados sob várias concepções (como alimentação e esforço físico, por exemplo) pudessem ser discutidas (FREEWAY ..., 2009) (observar ANEXO N).

Estudos efetuados com base nas quatro entrevistas, cujos dados foram lançados no *software* Panteon reforçaram a importância de corresponder a utilização do meio ambiente à eficaz recepção turística. Para isso, a formação de pacotes turísticos foi observada, no critério de atendimento dos turistas idosos e portadores de deficiência. Em alguns resultados, as pesquisas mostraram que, juntamente à atração natural, as equipes de trabalho em relação aos seus clientes deveriam:

- Focar pequenos grupos de pessoas conhecidos e estimular o entrosamento de tais grupos, proporcionando maior satisfação aos turistas;
- Escolher locais seguros para a realização das atividades turísticas;
- Visar o conforto nos veículos, locais de eventos, nas acomodações, dentre outros;
- Evitar espaços que exijam muito esforço físico e/ ou tenham terreno irregular; e
- Ofertar programas curtos.

A oferta de serviço ao idoso ou ao portador de deficiência precisa ser diferenciada tanto no Turismo quanto em qualquer outro mercado. O deficiente em si concentra um conjunto de variáveis, pois são muitos os tipos de deficiência e, portanto, os procedimentos

requeridos para se executar um transporte eficaz ou uma recepção correta, por exemplo, dentro das diversas etapas que compõem um programa turístico. Adaptação de banheiros, construção de superfícies diferenciadas para deslocamento de deficientes visuais, materiais escritos em *Braille*, equipamentos de áudio-guia, comunicação em Libras e cadeiras de rodas motorizadas, por exemplo, são recursos que sozinhos não geram satisfação no cliente.

O Teatro Municipal Rachel de Queiroz e o Teatro Rachel de Queiroz poderiam seguir o exemplo do Theatro José de Alencar, em Fortaleza, que recebeu em dezembro de 2008 o primeiro grupo de deficientes visuais para uma visita guiada com ajuda de audiodescritores. A iniciativa partiu da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Programa Theatro Portas Abertas. O próximo passo será desenvolver uma sinalização em *Braille* no local, o que facilitará o acesso de uma quantidade superior de deficientes ao teatro (DIÁRIO ..., 2008).

A Universidade Federal do Ceará (UFC) oferece, gratuitamente, através do Projeto UFC Inclui preparação de deficientes visuais e demais interessados para uso do Programa DOSVOX (de acesso a programas de multimídia) e dos métodos *Braille* e Libras (UNIVERSIDADE ..., 2006). Apesar disso, poucos são os profissionais do setor turístico que buscam essa capacitação.

O Turismo Ecológico, enquanto modalidade dotada de potencial para aliar o suprimento de desejos e necessidades do turista à valorização do patrimônio natural, identifica-se apenas como um caminho para a fortificação da inclusão social no campo turístico. Muitos levantamentos ainda estão por ser feitos de maneira a diminuir as desigualdades existentes nesse cenário. Espera-se que o acesso à informação contribua para a formação de uma sociedade mais igualitária, na qual o meio ambiente possa ser devidamente respeitado.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo Ecológico, enquanto meio de interação com a natureza, possibilita a realização de programas diversificados, oriundos do imenso rol de atividades turísticas.

O espaço natural, como destino de visitação, permite uma renovação contínua das sensações transmitidas aos visitantes, tornando o destino escolhido um produto dinâmico, acolhedor e flexível.

Utilizar sem destruir, desbravar sem arrasar, ações opostas que, muitas vezes, estão unidas como causa e consequência não podem compor as relações oriundas do Turismo. Primeiro, porque alterar o produto de venda vai contra os princípios de divulgação fidedigna. Segundo, não é economicamente vantajoso a qualquer atividade reduzir ou esgotar um elemento comercializável, pois isso pode implicar na diminuição ou mesmo cessação do seu consumo. Terceiro, acima dos dois motivos anteriores, não existe mensuração financeira nem social quando um bem natural é afetado, já que pode se tratar de um elemento irrecuperável ou único.

A valorização do Turismo Ecológico gera a abertura para novas visões, nas quais o meio ambiente ao invés de desempenhar a função de coadjuvante atua como centralizador de todas as atenções.

Aproveitar-se das facilidades proporcionadas por tal prática, como menor investimento para introduzi-la ou mantê-la, em comparação com a maioria das outras modalidades turísticas, pode estimular o crescimento de vários locais que reúnem condições favoráveis para exercê-la. O Turismo Ecológico deve ser observado como um caminho para se chegar ao desenvolvimento comunitário, à medida que viabiliza a inserção da população sob diversas formas.

Os serviços de hospedagem, alimentação, transporte, entretenimento, dentre outros que integram a esfera turística padrão, necessitam se moldar às condições suportadas pelo ambiente natural, respeitando as limitações que garantem a sua conservação. A comunidade, entretanto, deve ser esclarecida sobre as medidas que ela precisa assumir e receber preparação de modo a assegurar a continuidade das políticas introduzidas.

O Turismo Ecológico não está concentrado nas ações que ocorrem diretamente na natureza, ao contrário, ele depende mais das etapas seguidas para se chegar à sua realização, pois faz uso de variados estudos e depende de fatores legais para que seja executado. Deste

ponto em diante, sucedem-se compilações de outras práticas turísticas e esportivas que atribuem o formato característico desse tipo de Turismo.

A participação de idosos e portadores de necessidades especiais torna o reconhecimento da modalidade ainda mais importante, pois a inclusão social ganha espaços raramente encontrados em outras formas de serviço.

Guaramiranga, com o seu potencial turístico ainda não plenamente conhecido, pode vir a ser um modelo no setor ao transformar os seus recursos em bens acessíveis. Para isso, muitas adequações precisarão ser executadas, a começar pelo envolvimento da comunidade. O ideal de se chegar ao desenvolvimento turístico deve ser precedido pela conscientização ecológica daqueles que compõem o meio gerido.

Acredita-se que, unindo o conhecimento sobre o objeto da arte estudado à utopia – segundo alguns estudiosos – da sustentabilidade, o alcance do Turismo Acessível em Guaramiranga venha a ser uma realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AB'SABER, A. N. *Províncias Geológicas e Domínios Morfoclimáticos do Brasil*. São Paulo: Instituto de Geografia, 1970.

ACIOLY, C.; DAVIDSON, F. *Densidade Urbana*. Um Instrumento de Planejamento e Gestão Urbana. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 1998.

AGATE, E. *Footpaths: a practical conservation handbook*. Berkshire, Wembley Press, 1983.

AKRICH, M.. Comment décrire les objets techniques? *Techniques et Culture*, nº 9, p. 49-64, jun./ jul. 1987.

ALMEIDA, F. F. M. *Diferenciação tectônica da plataforma brasileira*. In: XXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA, 1967, Salvador. *Anais ...* Salvador: Sociedade Brasileira de Geologia, 1967.

ALMEIDA, J. R.; ORSOLON, A. M.; MALHEIROS, T. *et al. Planejamento Ambiental*. Rio de Janeiro: Editora THEX, 1993. 154 p.

ALMEIDA, J.; FROEHLICH, J. M.; RIEDL, M. *Turismo rural e desenvolvimento sustentável*. 4ª ed. Campinas-SP: Papirus, 2000. 238 p.

ALMEIDA, M. Ceará Acessível derruba barreiras da exclusão. *Diário do Nordeste*, Caderno Cidade, p. 11, 2 out. 2009.

AMORIM, A. C. A. *A atividade turística: análise integrada para uma construção sustentável*. 2006. 126 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

ANDRADE, W. J. *Implantação e manejo de trilhas*. Brasília: WWF, 2002.

_____. Implantação e manejo de trilhas. In: *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF. Brasil, 2003, p. 247-259.

_____. Manejo de trilhas para o ecoturismo. In: *Ecoturismo no Brasil*. Barueri-SP: Manole, 2005. p. 131-152.

ANGELI, M. N. B. *Planejamento e organização em turismo*. Campinas-SP: Papirus, 1991. 108 p.

ANUÁRIO Estadístico de América Latina y el Caribe 2006. Santiago-Chile: CEPAL, 2007. Disponível em: <<http://eclac.cl/publicaciones/>>. Acesso em: ago. 2007.

ARAÚJO, L. A. D. *A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência*. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994. 140 p.

ARENDIT, E. J. *Introdução à Economia do Turismo*. 3ª ed. Campinas-SP: Editora Alínea, 2002. 142 p.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. *Lei nº 13.634*. Fortaleza, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS PRODUTORES DE CAL (ABPC). *Consulta geral ao site*. Disponível em: <<http://www.abpc.org.br/>>. Acesso em: 25 mar. 2004.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ARTE DE GUARAMIRANGA (AGUA). Disponível em: <<http://www.agua.art.br/>>. Acesso em: 20 set. 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). *Manual de recepção e acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência a empreendimentos e equipamentos turísticos*. Brasília. 48 p.

ASSUMPÇÃO, L. F. J. *Sistema de gestão ambiental: manual prático para implementação de SGA e Certificação ISO 14.001*. 2ª ed. Curitiba: Juruá, 2007. 280 p.

BAHL, M. *Agrupamentos Turísticos Municipais*. Curitiba: Pretexto, 2004. 176 p.

BANET. *Solo-cimento*. Disponível em: <http://www.banet.com.br/construcoes/materiais/solo_cimento/solo_cimento.htm>. Acesso em: 25 fev. 2004.

BARRETO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas-SP: Papirus, 2001. 164 p.

_____ ; BURGAS, R.; FRENKEL, D. *Turismo, políticas públicas e relações internacionais*. Campinas-SP: Papirus, 2003. 128 p.

BASTOS, F. H. *Guaramiranga: propostas de zoneamento e manejo ambiental*. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005. 196 p.

BEAUVOIR, S. de. *A velhice* [Tradução Maria Helena Franco Martins]. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 9ª ed. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2003. 523 p.

BEZERRA, J. M. A. *Turismo: uma abordagem econômica do setor com ênfase para a Região Nordeste*. 1996. 152 f. Dissertação (Mestrado em Economia - CAEN), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1996.

BRANDÃO, N. IBGE 2003 – A vida com menos reais. *O Estado de São Paulo*, Caderno A, São Paulo, p. 23, 30 set. 2004.

BRASIL. Sudene e Embrapa. *Levantamento Exploratório – Reconhecimento dos Solos do Estado do Ceará*. Recife, 1973. (Bol. Téc. 28, Série Pedologia, 16).

_____. Ministério das Minas e Energia e Projeto RADAMBRASIL. *Geologia, Geomorfologia, Pedologia e Uso Potencial da Terra*. Rio de Janeiro: Folhas AS 21, 1981.

_____. Ministério do Meio Ambiente, FNMA e FCPC. *Geossistemas e Potencialidades dos Recursos Naturais, Serra de Baturité e Áreas Sertanejas Periféricas (Ceará)*. Fortaleza: Funceme, 1994.

_____. Ministério da Justiça. *Normas e recomendações internacionais sobre deficiências*. Brasília: CORDE, 1996. 111 p.

_____. *Programa de ação mundial para as pessoas com deficiência*. Brasília: CORDE, 1997. 70 p.

_____. *Sistema Brasileiro de Classificação de Solos*. Rio de Janeiro: Embrapa, 1999.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*: promulgada em 5 de outubro de 1998. 24ª ed. São Paulo: Saraiva, 2000, 279 p.

_____. Embratur, IPHAN, Denatran, Ministério da Justiça, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte e do Turismo. *Guia Brasileiro de Sinalização Turística*. Brasília, 2001. 163 p.

_____. *Planejamento Biorregional do Maciço de Baturité (CE)*. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002a. 179 p.

_____. *Projeto de Recenseamento do Potencial Hidrogeológico do Nordeste*. Fortaleza: CPRM, 2002b.

_____. Ministério das Cidades. *Brasil acessível: programa brasileiro de acessibilidade urbana*. Introdução, v.1 (Atendimento adequado às pessoas com deficiência e restrições de mobilidade), v.2 (Construindo a Cidade Acessível) e v.4 (Implementação de Políticas Municipais de Acessibilidade). Brasília: Ministério das Cidades, 2006a.

_____. Ministério do Turismo e Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. *Turismo e acessibilidade: manual de orientações*. 2ª ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2006b. 294 p.

BRAZILIAN ADVENTURE SOCIETY (BAS). *Informações gerais*. Disponível em: <<http://www.bas.org.br/>>. Acesso em 18 set. 2009.

BRITO NEVES, B. B. *América do Sul: Quatro fusões, quatro fissões e o processo acrecionário andino*. In: VII SIMPÓSIO NACIONAL DE ESTUDOS TECTÔNICOS, 1999, Salvador. *Anais ...* Salvador: Sociedade Brasileira de Geologia, 1999.

BRITO, E.; MENDONÇA, R. *Impactos ambientais e a gestão ambiental*. Fortaleza: CETREDE, 2001.

BRUCK, E. C. *et al. Unidades de conservação no Brasil, cadastramento e vegetação*. 1991-1994. Brasília: Ibama, 1995.

CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: uma combinação demográfica. In: FREITAS, E. V.; PY, L.. *Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2002, p. 58-71.

CAMPOS, J. A. *Aspectos histórico-econômicos, geoambientais e ecológicos do Maciço de Baturité*. Fortaleza: CEPEMA, 2001.

CAMPOS, J. B. (Organizador). *Unidades de Conservação: ações para valorização da biodiversidade*. Curitiba: Instituto Ambiental do Paraná, 2006. 348 p.

CASTRO, I. E. de. *Geografia e política: território, escalas de ação e instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 304 p.

CASTROGIOVANNI, A. C. Turismo e ordenação do espaço urbano. In: CASTROGIOVANNI, A. C.; GASTAL, S. (Organizadores). *Turismo Urbano: Cidades, sites de excitação turística*. Porto Alegre: Edição Os Autores. 1999.

CAVALCANTE, A. M. B. *A Serra de Baturité*. Fortaleza: EdUECE, 2005.

CEARÁ. Superintendência Estadual do Meio Ambiente. *Zoneamento Ambiental da APA da Serra de Baturité: Diagnósticos e Diretrizes*. Fortaleza: Semace, 1992. 109 p.

_____. Decreto nº 13.129, de 20 de fevereiro de 1979. Fortaleza. Disponível em: <<http://www.semace.ce.gov.br/biblioteca/legislacao/>>. Acesso em: 11 set. 2009a.

_____. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Fortaleza. Disponível em: <<http://www.semace.ce.gov.br/biblioteca/unidades/>>. Acesso em: 11 set. 2009b.

_____. *Leis e Decretos*. Fortaleza. Disponível em: <<http://www.semace.ce.gov.br/biblioteca/>>. Acesso em: 5 out. 2009c.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional. *Maciço de Baturité, Plano de Desenvolvimento Regional*. Fortaleza: Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional, 2004. 108 p.

CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO (CETREDE). *Microrregião Serra de Baturité: Estratégias para Desenvolvimento*. Fortaleza: CETREDE, 1979. 312 p.

CHIARA, M. Idosos: um mercado de R\$ 8,8 bilhões. *O Estado de São Paulo*, Caderno B, São Paulo, p. 9, 25 mar. 2004.

COLE, D. N. Minimizing conflict between recreation and nature conservation. In: *Ecology of Greenways: design and function of linear conservations areas*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1993, p. 105-122.

COMISSÃO BRUNDTLAND (1988) *apud* DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2004. 551 p.

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ (COELCE). *Consumo de energia elétrica em Guaramiranga*. 2002.

COMPETÊNCIAS Mínimas do Condutor, 2009, Belo Horizonte. *Guia*. Belo Horizonte: ABETA, 2009.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE (Conama). *Resolução Conama Anotada* [Pesquisa, organização, remissão, comentários e revisão de Waldir de Deus Pinto e Marília de Almeida]. Brasília: Fórum, 2002. 980 p.

COOPER, C. *et al.* *Turismo, princípios e prática*. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 559 p.

CORBELLA, O.; YANNAS, S. *Em busca de uma arquitetura sustentável para os trópicos – conforto ambiental*. Rio de Janeiro: Revan, 2003. 288 p.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; LIMA, L. C. (Organizadores). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EdUECE, 2003. 366 p.

_____; VASCONCELOS, F. P. *O turismo e a relação sociedade-natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE, 2007. 439 p.

COSTA, R. H. da. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 400 p.

COSTA, V. C. da. *Proposta de manejo e planejamento ambiental de trilhas ecoturísticas: um estudo no Maciço da Pedra Branca – Município do Rio de Janeiro-RJ*. 325 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CRUZ, R. C. A. da. *Introdução à geografia do turismo*. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2003. 125 p.

CUNHA, L. *Economia e Política do Turismo*. Amadora: Ed. McGraw-Hill, 1997. 350 p.

CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (Organizadores). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 248 p.

CURSO de planejamento do desenvolvimento turístico, 1977, Rio de Janeiro. *Apostila*. Rio de Janeiro: Embratur, 1977.

CVC. *Informações gerais sobre pacotes turísticos*. Disponível em:

< <http://www.cvcceara.com.br/ver.php?codpacote=180/>>. Acesso em: 6 out. 2009.

DANTAS, E. W. C. O mar e o marítimo nos trópicos. *GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo, nº 15, p. 63-76, 2004.

DANTAS, S. C. *Turismo, produção e apropriação do espaço e percepção ambiental: o caso de Canoa Quebrada, Aracati, Ceará*. 2003. 191 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

_____. Imaginário social nordestino e políticas de desenvolvimento do turismo no Nordeste brasileiro. *GEOUSP – Espaço e Tempo*. São Paulo, nº 22, p. 9-30, 2007.

DE ANDRADE, R. O. B.; TACHIZAWA, T.; DE CARVALHO, A. B. *Gestão Ambiental – Enfoque Estratégico Aplicado ao Desenvolvimento Sustentável*. 2ª ed. São Paulo: Makron Books, 2002. 232 p.

DIÁRIO DO NORDESTE. Técnico Empreendedor. Estudantes cearenses ganham prêmio nacional. *Diário do Nordeste*, p. 2, 15 nov. 2006.

_____. Deficientes visuais no teatro. Audiodescritores traduzem cores e formas em visita. *Diário do Nordeste*, p. 15, 18 dez. 2008.

_____. População envelheceu no Estado. *Diário do Nordeste*, p. 16, 19 set. 2008.

_____. *Diário do Nordeste*, Caderno Cidade, p. 12, 10 jul. 2009.

_____. *Diário do Nordeste*, Caderno Negócios, p. 2, 21 ago. 2009.

DIAS, G. F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 9ª ed. São Paulo: Gaia, 2004. 551 p.

DIAS, R. *Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003. 226 p.

EUROPANEL. Euro-styles, Eine europaweite Land-Karte mit 16 sozio-Kulturellen Typen. *Marketing Journal*, nº 22, 106-II, 1988.

EUROPEAN NETWORK FOR ACCESSIBLE TOURISM (ENAT). *Informações gerais*. Disponível em: <<http://www.accessibletourism.org/>>. Acesso em: 18 set. 2009.

FABOS, J. From Parks to Greenways into the 21st Century. In: PROCEEDING OF ASLA ANNUAL MEETING, 1991, Washington-DC-EUA. *Anais*. Washington-DC-EUA: American Society of Landscape Architects, 1991, p. 155-158.

FARREL, T. A.; MARION, J. L. *The Protected Area Visitor Impact Management (PAVIM) framework: a simplified process for making management decisions*. *Journal of Sustainable Tourism*, nº 1, v. 10, 2002.

FERNANDES, A. *Fitogeografia Brasileira*. Fortaleza: Multigraf, 1998.

FERNANDES, L. M. M. *O turismo no Ceará e os pacotes turísticos das agências de receptivo: proposta de redesenho*. 2002. 187 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2002.

FERRAZ, J. *Regime Jurídico do Turismo*. São Paulo, 1992.

FERREIRA, I. C. R. Os impactos sociais, econômicos e culturais do turismo em Guaramiranga-CE. *Revista Turismo*, Fortaleza, 2006.

FONTELES, J. O. *Turismo e impactos socioambientais*. São Paulo: Aleph, 2004. 218 p.

FORMAÇÃO de Agentes Comunitários de Mobilização Turística, 2002, Fortaleza. *Apostila*. Fortaleza: UNIFOR, 2002. Curso.

FREEWAY Turismo. *Projeto Ecossível e roteiros turísticos*. Disponível em: <[http://www.freeway.tur.br/editor/web/nacional_ppd_2.asp?cod=1&codm=0&long=/](http://www.freeway.tur.br/editor/web/nacional_ppd_2.asp?cod=1&codm=0&long=/>)>. Acesso em: 18 set. 2009.

FREITAS, E. *et al. Tratado de geriatria e gerontologia*. Rio de Janeiro: Guanabara & Koogan, 2002. 1.187 p.

GABARDO, M. M. B. S. A forma urbana e sua compreensão. *Tuiuti: Ciência e Cultura*, Curitiba, nº 25, p. 83-100, dez. 2001.

GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade* [Tradução Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa]. 4ª ed. São Paulo: Ed. da USP, 2003. 385 p.

GAY, J. C. *Les discontinuités spatiales*. Paris: Economica, 1995.

GESTÃO Empresarial, 2009, Belo Horizonte. *Guia*. Belo Horizonte: ABETA, 2009.

GOMES, P. M. *(Eco)turismo: uma (re)leitura dos discursos*. Brasília: Ibama, 2003. 111 p.

GRAEFE, A. R.; KUSS, F. R.; VASKE, J. J. *Visitor Impact Management. The Planning Framework*. National Parks and Conservation Association. Washington-DC, V. 2, 1990. 105 p.

GRONROOS, C. *Marketing: gerenciamento e serviços*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. *Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HESSELBARTH, W.; VACHWSKI, B. *Trail construction and maintenance notebook*. USDA. Forest Service, Missoula, MT. 2004.

HETHERINGTON, A. *Rural Tourism. Marketing Small Communities*. Estados Unidos: Meta-Link, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2000: Características da população e dos domicílios*, Rio de Janeiro, p. 1-520, 2000 (apostila).

_____. *Censo Demográfico 2000: Primeiros resultados da amostra, parte 1*, Rio de Janeiro, p. 1-1009, 2000 (apostila).

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

_____. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2007a*. Rio de Janeiro: IBGE. 260 p.

_____. *Mapa Municipal Estatístico*. Guaramiranga-CE. Guaramiranga-CE: IBGE, 2007b. Geocódigo 2305100. Escala 1: 100.000.

_____. *Indicadores Sociais de 2008*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. *Histórico e Mapas*: Guaramiranga-CE. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 11 set. 2009.

_____. *Informações gerais*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2004/notatecnica.pdf>>. Acesso em 19 set. 2009.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária e Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará, 1991. Ortofotocarta nº 075151. Escala 1:10.000.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE). *Ceará em Mapas Interativo*. Disponível em: <<http://mapas.ipece.ce.gov.br/i3geo/aplicmap/geral.htm?777099476e18ba12c0b3b324243ec36db>>. Acesso em: 4 out. 2009.

JORDÁN, R.; SIMIONI, D. *Gestión urbana para el desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe*. Santiago-Chile: CEPAL e Cooperazione Italiana, 2003. 252 p.

KENT, M. Ecotourism, environmental preservation and conflicts over natural resources. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 9, nº 20, out. 2003.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens* [Tradução Contexto Traduções]. São Paulo: Aleph, 2001. 184 p.

KRÜGER, E. L. Uma abordagem sistêmica da atual crise ambiental. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, nº 4, p. 37-43, jul./ dez. 2001.

KUHN, T. S.. *O caminho desde A Estrutura: ensaios filosóficos, 1970-1993, com uma entrevista autobiográfica* [Tradução Cesar Mortari]. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LAGE, B. H. G. *Economia do Turismo*. 7ª ed. São Paulo, 2001. 226 p.

_____; MILONE, P. C. (Organizadores). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, 2000. 376 p.

LECHNER, L. Planejamento e implantação de trilhas em áreas naturais protegidas. In: *Curso de planejamento e manejo de áreas naturais protegidas*. Apostila. Guaraqueçaba, 2005, p. 282-368.

_____. Planejamento, Implantação e Manejo de Trilha em Unidades de Conservação. *Cadernos de Conservação*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, nº 3, jun. 2006.

LEITE, C. A. G. *Ecoturismo, Terceira Idade e Tecnologia: Estudos de Acessibilidade em Unidades de Conservação*. 2004. Dissertação – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, São Paulo, 2004.

LIMA, M. C.. Interfaces Hipertextuais e o Potencial de Aprendizagem Mediada por Novas Tecnologias de Comunicação. *Comunicarte Revista de Comunicação e Arte*, Aveiro-Portugal, v. 1, nº 1, p. 41-46, 2001.

_____. Estudos de Casos Hipertextuais: Rumo a uma Inovação no Método Harvard de Ensino de Gestão. *Revista de Administração Contemporânea-RAC*, Curitiba, v. 7, nº 3, jul./ set., 2003.

LIMA, M. C.; KOEHLER, M.; SPIRO, R. Collaborative Interactivity and Integrated Thinking in Brazilian Business Schools Using Cognitive Flexibility Hypertexts: The Panteon Project. *Journal of Educational Computing Research*. Amityville, Nova Iorque-EUA, v. 31, p. 371-406, 2004.

LIMA, M. L. S. *Impactos socioambientais do Turismo em Guaramiranga-CE*. 2006. 133 f. Monografia (Especialização em Turismo e Meio Ambiente) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2006.

LINDBERG, K.; HAWKINS, D. E. [Tradução Leila Cristina de M. Darin]. *Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 1995. 289 p.

LOBODA, C. R.; DE ANGELIS, B. L. D. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. *Ambiência* – Revista do Centro de Ciências Agrárias e Ambientais, Guarapuava-PR, v. 1, nº 1, p. 125-139, jan./ jun. 2005.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, 1982.

MACHADO, J. R.; AHERN, J. *Environmental Challenges in an Expanding Urban World and Role of Emerging Information Technologies*. Lisboa: CNIG e MEPAT, 1997. 521 p.

MAGRO, T. C. *Impactos do uso público em uma trilha no Planalto do Parque Nacional do Itatiaia*. 1999. 135 f. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1999.

_____ *et al.* Manejo do público visitante. In: Uso turístico do ambiente natural em Brotas. Disponível em: <<http://www.brotas.sp.gov.br/>>. Acesso em: 9 mai. 2006.

MAIA, J. Idosos sofrem com barreiras arquitetônicas. *Diário do Nordeste*, Caderno Cidade, p. 15, 1 out. 2009.

MANNING, R. E. *Studies in outdoor recreation: a review and synthesis of the social science literature in outdoor recreation*. Corvallis: Oregon State University, 1986.

MARTINS JÚNIOR, O. P. *Uma cidade ecologicamente correta*. Goiânia: AB, 1996. 200 p.

MASCARÓ, L. E. A. R. de; MASCARÓ, J. L. *Vegetação urbana*. Porto Alegre: UFRGS e FINEP, 2002. 242 p.

MATHIESON, A.; WALL, G. *Tourism: economic, physical and social impacts*. Nova Iorque-EUA: John Wiley, 1990.

MATOS, D. G. G. de. *Caracterização Ambiental de Trilhas e Perfil dos Visitantes de Áreas Naturais Protegidas da Serra da Ibiapaba: Um Subsídio ao Ecoturismo*. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

MCINTOSH, R.; GUPTA, S. *Turismo: planeación, administración y perspectivas*. México: Noriega, 1990.

MELO, M. C. P. de. *O terciário na estrutura produtiva do Ceará: uma análise da organização do setor de turismo*. 1991. 212 f. Dissertação (Mestrado em Economia - CAEN) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1991.

MINISTÉRIO DA SAÚDE; SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE; DEPARTAMENTO DE AÇÕES PROGRAMÁTICAS ESTRATÉGICAS. *Manual de legislação em saúde da pessoa com deficiência*. 2ª ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006. 346 p.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur); INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM). *Turismo social: diálogos do Turismo: uma viagem de inclusão*. Rio de Janeiro: IBAM, 2006. 356 p.

MOLINA, S. *Turismo: metodologia e planejamento*. Bauru-SP: Edusc, 2005. 126 p.

MOLINA E., S.; RODRIGUEZ A., S. *Planejamento integral do turismo: um enfoque para a América Latina* [Tradução Carlos Valero]. Bauru-SP: EDUSC, 2001. 176 p.

MORAES, S. G. *A inclusão dos deficientes físicos no mercado turístico e suas reais expectativas*. 2007. 80 f. Monografia (Graduação em Turismo) – Faculdade Integrada do Ceará, Fortaleza, 2007.

MOREIRA NETO, D. F. *Introdução ao Direito Ecológico e ao Direito Urbanístico*. Rio de Janeiro - São Paulo: Forense, 1975. 190 p.

MOTA, S. *Urbanização e meio ambiente*. Rio de Janeiro: ABES, 1999. 352 p.

MOTTA, G. da S.; LIMA, M. C. Indicações para a gestão da qualidade em serviços turísticos para consumidores da terceira idade: uma análise qualitativa com a interface Panteon. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v.7, 11:52-62, 2007.

MOURA, F. C. A. *A economia do turismo e o seu impacto no Produto Interno Bruto do Ceará*. 2007. 143 f. Dissertação (Mestrado em Economia - CAEN) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

MUELER, C. C. *Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente*. Brasília: Editora Universidade de Brasília e Finatec, 2007. 562 p.

NATIONAL PARK SERVICE. *Visitor Experience and Resource Protection Implementation Plan* – Arches National Park. Denver-EUA: Department of the Interior, 1995. 71 p.

NERY, J. F. G. *Um enfoque ecológico ao planejamento físico-territorial*. Salvador: Editora Universitária Americana e FACCEBA, 1992. 128 p.

OMOTE, S. Deficiência e não-deficiência: recortes do mesmo tecido. *Revista Brasileira de Educação Especial*, I(2), 65-73, 1994.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Guidelines Development of National Park and Protected Areas for Tourism*. Madri: OMT e UNEP Joint Technical Report Series. 1992.

_____. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável* [Tradução Sandra Netz]. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168 p.

_____. *Desenvolvimento sustentável do ecoturismo: uma compilação de boas práticas* [Tradução Gleice Regina Guerra e Daniel Souza Carletto]. São Paulo: Roca, 2004. 245 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps: A Manual of Classification Relating to the Consequences of Disease*. Genebra: OMS, 1980 *apud* BRINCKMANN, W. E.; WILDGEN, J. S. Desafios para los estudiosos del turismo: la construcción de la “sociedad inclusiva” y del “turismo accesible”. *Cuadernos de Turismo*, 11:41-58, 2003.

PAMPLONA, R. P. *Guaramirante: um jardim japonês*. 2008. 83 f. Monografia (Especialização em Gestão do Turismo e Gestão Ambiental em Municípios) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PANTEON. *Software on-line*. Disponível em: <<http://www.panteonweb.com.br/>>. Acesso em: 2 out. 2009.

PARQUE DAS TRILHAS. *Sítio Guaramiranga*. Disponível em: <<http://www.parquedastrilhas.com.br/sitio>>. Acesso em: 15 jun. 2009.

PEARCE, D. G. *Tourist development*. Nova Iorque-EUA: Longman, 1981.

_____. *Tourism today: a geographical analysis*. São Paulo: Aleph, 2003. 388 p.

PENTEADO, M. *Fundamentos de Geomorfologia*. 3ª ed. 2ª tiragem. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

PEUVALST, J. P.; SALES, V. C. *Mapa morfoestrutural do Estado do Ceará e regiões adjacentes do Rio Grande do Norte e a Paraíba*. Fortaleza: CPRM, 2002.

PHILIPPI JR., A.; ALVES, A. C.; ROMÉRO, M. de A.; BRUNA, G. C. (Organizadores). *Meio Ambiente, Direito e Cidadania*. São Paulo: Signus Editora, 2002. 358 p.

PIMENTEL, Alex. Portadores de deficiência ganham apoio de voluntários. *Diário do Nordeste*, Regional, p. 1, 5 out. 2009.

PINHEIRO, D. R. de C. (Organizador). *Desenvolvimento Sustentável: desafios e discussões*. Rio de Janeiro - São Paulo - Fortaleza: ABC Editora, 2006. 386 p.

PINTO, A. C. B. *Turismo e meio ambiente*. Aspectos jurídicos. Campinas-SP: Papyrus, 1998. 192 p.

PIRES, P. S. *A paisagem rural como recurso turístico*, apud: RODRIGUES, A. B. (Organizador). *Turismo rural: práticas e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRANGA (PMG). Secretaria de Educação de Guaramiranga. *Senso escolar*. Guaramiranga, 2004.

_____. *Código de Obras e Posturas* – Guaramiranga. Lei nº 0109/ 05. 73 p.

_____. *Projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo da Sede Municipal de Guaramiranga*. 93 p.

_____. *Projeto de Lei de Organização Territorial de Guaramiranga*. 12 p.

_____. *Informações gerais*. Disponível em:
<<http://www.guaramiranga.ce.gov.br>>. Acesso em: 15 jun. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARULHOS (PMG). Secretaria de Transportes e Trânsito. *Manual de acessibilidade em vias públicas*. 78 p.

PROJETOS Sociais: elaboração, avaliação e captação de recursos, 2009, Fortaleza. *Apostila*. Fortaleza: CETREDE, 2009. Curso.

PROJETO Ecosível: Capacitação dos destinos ecoturísticos para receber pessoas com deficiência. *Balanço da Freeway Turismo*. Disponível em: <<http://www.freeway.tur.br>>. Acesso em: 11 set. 2009.

PROUDMAN, R. D. *AMC field guide to trail building and maintenance*. Apalachian Mountain Club, 1977.

RESPONSABILIDADE Social e sustentabilidade ambiental, 2008, Fortaleza. *Apostila*. Fortaleza: UAN, 2008. Curso.

REVISTA TURISMO. *Perfil, referências e motivações da terceira idade em relação a viagens de lazer*. Disponível em: <<http://revistaturismo.cidadeinternet.com.br>>. Acesso em: abr. 2004.

RIBEIRO, H.; VARGAS, H. C. (Organizadoras). *Novos instrumentos de Gestão Ambiental Urbana*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001. 153 p.

RODRIGUES, A. B. (Organizadora). *Turismo e Ambiente*. Reflexões e Propostas. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997. 177 p.

_____. *Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996. 273 p.

_____. *Turismo; Modernidade; Globalização*. São Paulo: Ed. Hucitec, 2002. 218 p.

RODRIGUEZ, J. M. M.; VICENTE DA SILVA, E.; CAVALCANTI, A. P. B. *Geoecologia das Paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental*. 2ª ed. Fortaleza: Edições UFC, 2007. 222 p.

ROSSI, A. M. G. *Novos Conceitos em Tipologia e Tecnologia na Construção Habitacional com Apoio Governamental: Uma Comparação entre Brasil e Alemanha*. 1999. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – COPPE, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

_____. (Organizadora); NEUMANN, K. *et al. Ambiente construído*. Rio de Janeiro: 7 letras e AFEBA, 2003. 136 p.

RUSCHMANN, D. van de M. *Turismo no Brasil: Análise e Tendências*. 1ª ed. Barueri-SP: Manole, 2002. 165 p.

_____ ; SOLHA, K. T. (Organizadoras). *Planejamento turístico*. Barueri-SP: Manole, 2006. 337 p.

SACHS, I. *El desafio ambiental*, 1996 *apud* CUNHA, S. B. da; GUERRA, A. J. T. (Organizadores). *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. 248 p.

SAETA, B. R. P.; TEIXEIRA, M. L. M. O lazer na vida da pessoa portadora de deficiência: uma questão de responsabilidade social e um turismo a ser pensado. *Revista de Administração Mackenzie*, São Paulo, 2:25-38, 2002.

SALVA, P. Las implicaciones sócio culturales del turismo en el Mar Mediterráneo *apud*: LEMOS, A. I. *Turismo e Impactos Socioambientais*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

SAQUET, M. A. *Abordagens e concepções sobre território*. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007. 200 p.

SASSAKI, R. K. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. 7ª ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006. 174 p.

SEABRA, G. F. (Organizador). *Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional*. João Pessoa: Editora Universitária e UFPB. 356 p.

SERRANO, C. M. de T.; BRUHNS, H. T. (Organizadoras). *Viagens à natureza: Turismo, cultura e ambiente*. Campinas-SP: Papirus, 2003. 150 p.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL (SENAC). *Programa Senac de Gratuidade*. Disponível em:
<http://www.ce.senac.br/content/aplicacao/SENAC/includes/html?index_senac.html>. Acesso em: 10 jul. 2009.

SHINDLER, B. Countering the law of diminishing Standards. In: *Defining wilderness quality: the role of Standards in wilderness management – a workshop proceedings*. General Technical Report. PNW-305. Portland: USDA, 1992. P. 53-60.

SHISHENKO, P. *Geografia física aplicada*. Kiev-Ucrânia: Editora Escola Superior, 1998, *apud* RODRIGUES, J. M. M.; VICENTE DA SILVA, E.; CAVALCANTI, A. P. B., *op. cit.*

SILVA, A. N. R. S. da; SOUZA, L. C. L. de; MENDES, J. F. G. *Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável: desenvolvimentos recentes no Brasil e em Portugal*. São Carlos-SP: EESC e USP, 2005. 298 p.

SILVA, E. F. *Perfil do turismo dos idosos no Brasil*. Brasília: Consultoria Legislativa, 2005.

SIMPÓSIO DO INSTITUTO SMITHSONIANO [Tradução Regina Pinto Zingoni]. *A humanização do meio ambiente*. São Paulo: Editora Cultrix, 1968. 242 p.

SOCIETY FOR ACCESSIBLE TRAVEL & HOSPITALITY (SATH). *Informações gerais*. Disponível em: <<http://www.sath.org.br/>>. Acesso em: 18 set. 2009.

SOUZA, M. J. de (Organizadora). *Políticas públicas e o lugar do turismo*. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Geografia e Ministério do Meio Ambiente, 2002. 380 p.

SOUZA, M. J. N. Contribuição ao estudo das unidades morfo-estruturais do Estado do Ceará. *Revista de Geologia*, (1): 73-91, jun. 1998.

_____. *Bases Naturais e Esboço do Zoneamento Geoambiental do Estado do Ceará*, *apud*: LIMA, L. C.; SOUZA, M. J. N.; MORAES, J. O.. *Compartilhamento territorial e gestão regional do Ceará*. Fortaleza: FUNECE, 2000. 268 p.

SOUZA, S. *História do Ceará*. 4ª ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. 416 p.

SPOSITO, E. S. *Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Ed. UNESP. 218 p.

STAGNO, B. Sintetizando a arquitetura com o ambiente tropical. *Humboldt – Trópicos Adentro*, Bonn-Alemanha, nº 96, p. 26, 2008.

STANKEY, G. H. *et al.* *The Limits of Acceptable Change (LAC) – System for Wilderness Planning*. USDA. Forest Service. Intermountain Forest and Range Experimental Station. General Technical Report. 1985. INT-176. 37 p.

TAKAHASHI, L. Y. *Caracterização dos visitantes, suas preferências, percepções e avaliação dos impactos da visita em duas unidades de conservação do estado do Paraná*. 1998. 129 f. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1998.

_____. *Uso público em Unidades de Conservação*. Cadernos de Conservação. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, nº 2, out. 2004.

TORRES, R. R. *Festival de Jazz & Blues de Guaramiranga*. Fortaleza: Editora Conviver, 2006. 164 p.

TRIBE, J. *Economia do lazer e do turismo* [Tradução Maria Cláudia Pires Lopes]. 2ª ed. São Paulo: Manole, 2003. 444 p.

TRICART, J. *Ecodinâmica*. Rio de Janeiro: IBGE e Diretoria Técnica, 1977.

TULIK, O. Recursos naturais e turismo: tendências contemporâneas. *Turismo em Análise*, v. 4, nº 2, p. 26-36, nov. 1993.

TURISMO ADAPTADO. *Informações gerais*. Disponível em: <<http://www.turismoadaptado.zip.net/>>. Acesso em: 18 set. 2009.

TURISMO: Disseminando Conhecimentos, 2009, Fortaleza. *Palestra*. Fortaleza: SEBRAE, 2009.

TURISMO: Gestão da Cadeia Produtiva, 2008-2009, Fortaleza. *Apostila*. Fortaleza: UECE, 2008-2009. Curso.

TURISMO PARA TODOS. *Informações gerais*. Disponível em: <<http://www.info-handicap.lu/freedom/contenpo.html>>. Acesso em: 20 set. 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC). *UFC Inclui*. Inclusão de pessoas com deficiência na Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006. Panfleto.

URRY, J. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: SESC, 2001. 231 p.

VALE, V. H. A. do. *Proposta de desenvolvimento ecoturístico em Guaramiranga-CE*. 2006. 88 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

VASCONCELOS, F. P. *Turismo e meio ambiente*. Fortaleza: EdUECE, 1998. 302 p.

VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. (Organizadores). *Reflexões sobre a geografia física no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004, 280 p.

WAHAB, S. E. A. *Introdução à Administração do Turismo*. São Paulo: Pioneiras, 1991.

YAMADA, k. N.; DELLAROZA, M. S. G.; SIQUEIRA, J. E. de. O mundo da saúde. *Centro Universitário São Camilo*, São Paulo, v. 30, nº 4, out./dez. 2006.

YÁZIGI, E. *Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer*. São Paulo: Contexto, 2003. 359 p.

ANEXOS

ANEXO A - Guia de perguntas para entrevista



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA REGIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E
MEIO AMBIENTE**



GUIA DE PERGUNTAS PARA ENTREVISTA

1) O(A) senhor(a) já praticou Turismo Ecológico ou teve contato com a natureza enquanto visitava um determinado local?

2) Caso a resposta tenha sido *sim*, como foi a sua experiência?

Para as perguntas a seguir, pediria que, por favor, pensasse em qualquer viagem que tenha realizado antes de fornecer as suas respostas.

3) Nos locais onde esteve durante qualquer uma de suas viagens, como classificaria o atendimento de:

3.1. Hospedagem

3.2. Alimentação

3.3. Transporte

3.4. Profissionais da agência ou operadora contratada

4) O local onde visitou correspondeu às expectativas que tinha antes da viagem?

5) O lugar visitado possuía infraestrutura acessível a idosos e aos portadores de necessidades especiais?

6) Os serviços de hospedagem, alimentação, transporte e profissionais da agência ou operadora contratada atendiam, no seu ponto de vista, os interesses e as necessidades das pessoas idosas e portadoras de necessidades especiais?

Antes de responder as duas últimas perguntas, pediria que, por gentileza, pensasse em um grupo de turistas que apresentasse, entre os seus membros, idosos e portadores de necessidades especiais.

7) O(A) senhor(a) acha que os serviços turísticos disponibilizados na capital e no interior do Estado do Ceará são eficientes no atendimento a idosos e aos portadores de necessidades especiais?

8) Acredita que a realização de trabalhos na adaptação de espaços e capacitação de profissionais, bem como a maior oferta de serviços turísticos específicos, poderia aumentar a inclusão social de idosos e de portadores de necessidades especiais?

ANEXO B - Projeto de Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo da Sede Municipal de Guaramiranga

Art. 11 - Não serão permitidos o parcelamento, o uso e a ocupação do solo:

- I. No topo de morros, montes, montanhas e serras;
- II. Em áreas florestadas;

Art. 45 - A Área de Interesse Ambiental e Turístico (AIAT) tem os seguintes parâmetros de parcelamento:

§ 1º - Para uso em geral:

- I. Lote mínimo de 25.000,00 m² (vinte e cinco mil metros quadrados = 2,5 ha);
- II. Percentual de áreas para uso privado: 85% (oitenta e cinco por cento) Florestas, 5% (cinco por cento) para ocupação e 1% (um por cento) acesso viário interno e área verdes internas;
- III. Percentual de áreas públicas: 4% (quatro por cento) para sistema viário e infraestrutura básica e 5% para o Banco de Terras de interesse social;
- IV. Caso o percentual destinado ao sistema viário externo não seja utilizado em sua totalidade, o percentual remanescente deverá ser destinado às áreas de floresta;
- V. Parte do percentual de ocupação poderá ser utilizada para o sistema viário, áreas verdes, espaços de lazer e infra-estrutura básica. Não se pode usar o percentual destinado ao sistema viário, áreas verdes, lazer e infra-estrutura básica para ocupação.
- VI. O percentual destinado à formação do Banco de Terra poderá ser doado em outras microzonas, sujeito a aprovação da prefeitura. Caso a doação de área para o Banco de Terra seja nas áreas de Ocupação Urbana Consolidada ou de Expansão Urbana do município este percentual poderá ser reduzido de 5% (cinco por cento) para 2,5% (dois e meio por cento).

§ 2º - Para condomínios de uso residencial:

- I. Lote mínimo: 25.000,00 m² (vinte e cinco mil metros quadrados = 2,5 ha);
- III. Numero de unidades habitacionais máximas por lote de 2,5 ha (dois hectares e meio): 08 (oito);
- IV. Percentual de áreas públicas: 5% (cinco por cento) para Banco de Terra de interesse social;
- V. Percentuais de áreas privadas: 85% (oitenta e cinco por cento) de área de floresta, 5% (cinco por cento) acesso interno, áreas verdes, espaço de lazer e infra-estrutura básica e 5% (cinco por cento) para ocupação;
- VI. Parte do percentual de ocupação poderá ser utilizada para o sistema viário, áreas verdes, espaços de lazer e infra-estrutura básica. Não se pode usar o percentual destinado ao sistema viário, áreas verdes, lazer e infra-estrutura básica para ocupação.
- VII. O percentual destinado à formação do Banco de Terra poderá ser doado em outras microzonas, sujeito a aprovação da prefeitura. Caso a doação de área para o Banco de Terra seja nas áreas de Ocupação Urbana Consolidada ou de Expansão Urbana do Município, este percentual poderá ser reduzido de 5% (cinco por cento) para 2,5% (dois e meio por cento).

§ 3º - Para uso de serviço de hospedagem e/ou lazer:

- I. Lote mínimo: 25.000,00 m² (vinte e cinco mil metros quadrados = 2,5 ha);
- II. Numero máximo de quartos por lote de 2,5 ha (dois hectares e meio): 25 (vinte e cinco);

III. Numero máximo de chalés por lote de 2,5 ha (dois hectares e meio): 16 (dezesesseis) chalés;

IV. Percentual de áreas públicas: 5% (cinco por cento) para Banco de Terra de interesse social;

V. Percentuais de áreas privadas: 85% (oitenta e cinco por cento) para área de floresta, 5% (cinco por cento) para acesso interno, áreas verdes, espaço de lazer e infra-estrutura básica e 5% (cinco por cento) para ocupação;

VI. Parte do percentual de ocupação poderá ser utilizada para o sistema viário, áreas verdes, espaços de lazer e infra-estrutura básica. Não se pode usar o percentual destinado ao sistema viário, áreas verdes, lazer e infra-estrutura básica para ocupação.

VI. O percentual destinado à formação do Banco de Terra poderá ser doado em outras microzonas, sujeito a aprovação da prefeitura. Caso a doação de área para o Banco de Terra seja nas áreas de Ocupação Urbana Consolidada ou de Expansão Urbana do município este percentual poderá ser reduzido de 5% (cinco por cento) para 2,5% (dois e meio por cento).

SEÇÃO III DOS CAMPINGS

Art. 123 - Todo licenciamento de camping dependerá de análise e aprovação do Conselho de Desenvolvimento Municipal (CDM) do município de Guaramiranga.

Parágrafo único - O *camping* não poderá provocar desmatamentos, devendo se adequar à topografia e características do sítio, bem como implantar infra-estrutura para evitar a poluição dos recursos hídricos e a degradação ambiental.

ANEXO III – A – TABELA DO PARCELAMENTO DO SOLO INDICADORES DE PARCELAMENTO POR MICROZONAS

MICROZONEAMENTO	PERCENTUAIS DE PARCELAMENTO
ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL E TURÍSTICO	Lote mínimo: 25.000 m ² ;
	Testada mínima: a ser avaliada pela Prefeitura;
	Percentual de áreas para uso privado: 85% Florestas, 5% para ocupação e 1% acesso viário interno e área verdes internas;
	Percentual de áreas públicas: 4% para sistema viário e infra-estrutura básica e 5% para o Banco de Terras de interesse social;
	Caso o percentual destinado ao sistema viário externo não seja utilizado em sua totalidade, o percentual remanescente deverá ser destinado às áreas de floresta;
	Parte do percentual de ocupação poderá ser utilizado para o sistema viário, áreas verdes, espaços de lazer e infra-estrutura básica. Não se pode usar o percentual destinado ao sistema viário, áreas verdes, lazer e infra-estrutura básica para ocupação;
	O percentual destinado a formação do Banco de Terra poderá ser doado em outras microzonas, sujeito a aprovação da prefeitura. Caso a doação de área para o Banco de Terra seja nas áreas de Ocupação Urbana Consolidada ou de Expansão Urbana do município este percentual poderá ser reduzido de 5,0% para 2,5%.

**ANEXO III B – TABELA DO PARCELAMENTO DO SOLO PARA CONDOMINIOS
DE USO RESIDENCIAL**

INDICADORES DE PARCELAMENTO POR MICROZONAS	
MICROZONEAMENTO	PERCENTUAIS DE PARCELAMENTO
ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL E TURÍSTICO	Número de unidades habitacionais máximas por lote: 08

**ANEXO III C – TABELA DO PARCELAMENTO DO SOLO PARA USO DE SERVIÇO
DE HOSPEDAGEM E/OU LAZER**

INDICADORES DE PARCELAMENTO POR MICROZONAS	
MICROZONEAMENTO	PERCENTUAIS DE PARCELAMENTO
ÁREA DE INTERESSE AMBIENTAL E TURÍSTICO	Número máximo de quartos por lote: 25
	Número máximo de chalés por lote: 16 chalés

**CAPÍTULO III
DO MACROZONEAMENTO E MICROZONEAMENTO URBANO**

Art. 18 - Para fins de estruturação espacial da sede municipal de Guaramiranga foi proposta a divisão da Zona Urbana em cinco zonas de uso e ocupação (Macrozonas), de acordo com o mapa do Anexo IV desta Lei:

- I. Área Urbana Consolidada (AUC);
- II. Área de Expansão Urbana (AEU);
- III. Área de Interesse Ambiental e Turístico (AIAT);
- IV. Área de Preservação Permanente (APP);
- V. Faixa de Preservação dos Recursos Hídricos.

Art. 24 - Área de Interesse Ambiental e Turístico (AIAT) são áreas incluídas no perímetro urbano, adjacentes às áreas urbanas e de expansão urbana, formando um cordão de terras de amortização entre o adensamento urbano e as áreas de floresta, caracterizadas pela concentração de florestas e declividades de nível médio, entre 13°30' (treze graus e trinta minutos) e 45° (quarenta e cinco graus). Estas áreas apresentam características mistas de preservação e ocupação especial, mesclando atividades de agropecuária restritiva (segundo modelos de preservação, como a “agrofloresta”), atividades residenciais (sítios), e/ou equipamentos de serviços turísticos (pousadas, hotéis, restaurantes fazenda, parque de trilhas, etc), e áreas de preservação.

Art. 25 - A Área de Interesse Ambiental e Turístico (AIAT) compreende toda a área dentro do perímetro urbano que não pertence aos limites das Áreas Urbana Consolidada (AUC), Expansão Urbana (AEU) e Preservação Permanente (APP).

TABELA DO MACROZONEAMENTO

Macrozonas	Área (m ²)	%	Características
Área Urbana Consolidada (AU)	221.767,80	2,83%	Áreas que correspondem aos bairros já existentes onde existem infra-estrutura de abastecimento de água, energia elétrica e

			arruamento com pavimentação.
Área de Expansão Urbana (AEU)	557.007,40	7,10%	Áreas dentro do perímetro urbano sem ocupação ou de ocupação rarefeita, disponíveis para uma ocupação urbana mais adensada, desde que não se caracterizem por áreas de preservação ambiental.
Área de Preservação Permanente (APP)	2.573.320,70	32,84%	Áreas dentro do perímetro urbano constituídas pelos topos de Morro e encostas com declividade acima de 45°.
Área de Interesse Ambiental e Turístico (AIAT)	4.377.635,50	55,86%	Áreas dentro do perímetro urbano constituídas pelas bases de Morro e encostas com declividade entre 13°30' e 45°.
Faixa de Preservação de recursos hídricos (FP)	106.973,50	1,37%	Áreas de proteção e preservação contíguas aos mananciais.
Zona Urbana Total	7.836.704,90	100,00%	

ANEXO C - Código de Obras e Posturas

SEÇÃO II DOS PASSEIOS E DAS VEDAÇÕES

Art. 48 - Compete ao proprietário a construção, reconstrução e conservação dos passeios em toda a extensão das testadas do terreno, edificados ou não.

§ 3º - Todos os passeios deverão possuir rampas de acesso junto às faixas de travessia, com declividade máxima de 10% (dez por cento) e largura mínima de 2,00m (dois metros).

§ 4º - Todos os passeios deverão apresentar a continuidade de uma faixa com o mínimo de 0,90 m (noventa centímetros) de largura, livre e desimpedida, para mobiliário urbano e arborização, para permitir a circulação de deficientes físicos.

SEÇÃO V DAS FACHADAS E DOS CORPOS EM BALANÇO

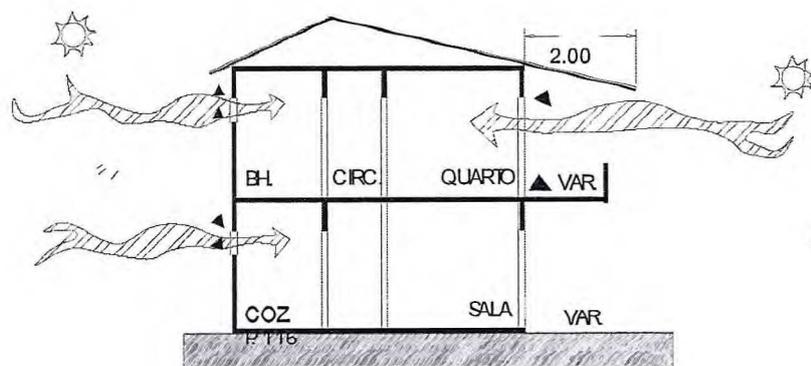
Art. 55 - É livre a composição das fachadas desde que sejam garantidas as condições térmicas, luminosas e acústicas internas presentes neste Código.

§ 1º - Na Área de renovação Urbana as fachadas devem obedecer às características de construções que não venham a descaracterizar o padrão arquitetônico, a escala e a paisagem da serra.

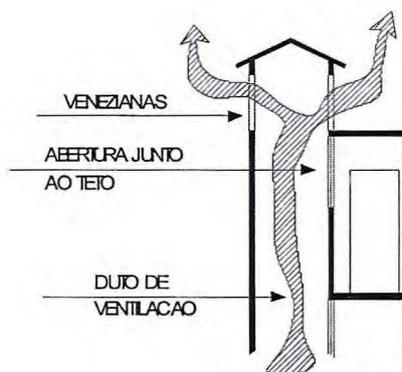
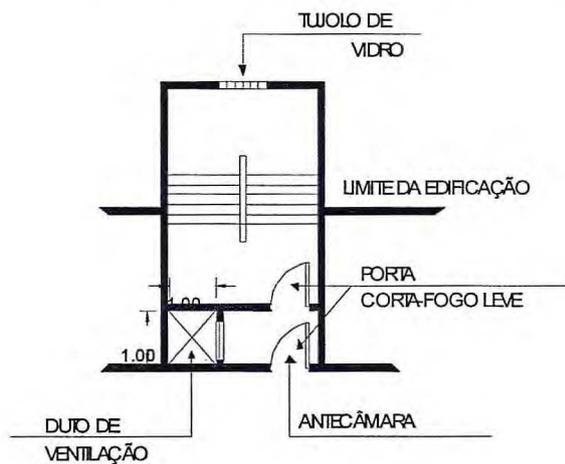
SEÇÃO III DO MOBILIÁRIO URBANO

Art. 213 - O mobiliário urbano a ser implantado em Guarimiranga deve seguir as normas, padrões, desenho e especificações constantes no Manual de Projeto de Sinalização Turística da Prefeitura.

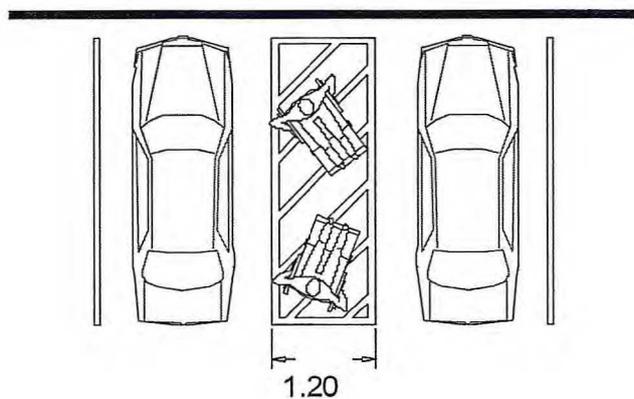
Ventilação em construção



Outros exemplos de ventilação em construção



Estacionamento para deficientes



ANEXO D - Leis, Decretos, Portarias e Normas Técnicas relacionados à acessibilidade

Legislações: Leis, Decretos e Portarias

Destacam-se:

- a) Lei nº. 10.048, de 08 de novembro de 2000 - Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.
- b) Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. O art. 19 da Lei nº. 10.098/2000 tem como objetivo permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção nos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens para garantir o direito de acesso à informação às pessoas com deficiência auditiva, regulamentado, posteriormente, pela Portaria nº. 310/2006 do Ministério das Comunicações, que aprovou a Norma nº. 01/2006, em atendimento ao disposto no art. 1º do Decreto nº. 5.645/2005.
- c) Lei nº. 10.741, de 01 de outubro de 2003 - Dispõe sobre o Estatuto do Idoso.
- d) Lei nº. 11.126, de 27 de junho de 2005 - Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.
- e) Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- f) Decreto nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004 - Regulamenta a Lei nº 10.048/2000, que dá prioridade e atendimento às pessoas e a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- g) Decreto nº 5.904, de 21 de setembro de 2006 - Regulamenta a Lei nº 11.126, de 27 de junho de 2005, que dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia e dá outras providências.
- h) Portaria 01/2006, que trata de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, na programação veiculada nos serviços de radiodifusão de sons e imagens e de retransmissão de televisão.

Normas Técnicas da ABNT

Destacam-se:

- a) NBR 9050:2004 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.
- b) NBR 14022:1998 - Acessibilidade à pessoa com deficiência em ônibus e trólebus, para atendimento urbano e intermunicipal.
- c) NBR 14273:1999 - Acessibilidade da pessoa com deficiência no transporte aéreo comercial.
- d) NBR 13994:2000 - Elevadores de passageiros - elevadores para transporte de pessoa com deficiência.
- e) NBR 15320:2005 - Acessibilidade à pessoa com deficiência no transporte rodoviário.
- f) NBR 14021:2005 - Transporte - Acessibilidade no sistema de trem urbano e metropolitano.
- g) NBR 15250:2005 - Acessibilidade em caixa de auto-atendimento bancário.
- h) NBR 15290:2005 - Acessibilidade em comunicação na televisão.

ANEXO E - Evento internacional na área de Turismo Acessível

**12th International Conference on Mobility and Transport for
Elderly and Disabled Persons (TRANSED 2010)
Hong Kong, China
2 - 4 June 2010**

Conference and Expo: Sustainable Transport and Travel for All

Sub-themes

- Affordability and Accessibility
- Environmental Concerns and New Technological Development in Accessible Transport
- Accessibility Concerns and Solutions for those with Cognitive and Sensory Impairment
- Accessible Tourism



ANEXO F - Evento nacional na área de Turismo Acessível



i **♿** **2º Seminário Brasileiro de**
TURISMO ADAPTADO

13 DE SETEMBRO DE 2009 - 14h30 ÀS 19h10
PALESTRAS GRATUITAS

ADVENTURE SPORTS FAIR
CENTRO DE EXPOSIÇÕES IMIGRANTES

Organização:  **Realização:**   **Apoio:** 

ANEXO G - O Hotel das Férias: para o sucesso com responsabilidade ecológica e social



O Hotel das Férias

Para o sucesso com
responsabilidade ecológica e social



ANEXO H - Modelo de Formulário de Pesquisa de Campo (adaptado)

ATRATIVOS TURÍSTICOS NATURAIS E ARTIFICIAIS			
CATEGORIA: Turismo Ecológico			
UF: CE		MUNICÍPIO: Guaramiranga	
1. IDENTIFICAÇÃO			
NOME: Parque das Trilhas			
2. LOCALIZAÇÃO: Maciço de Baturité			
3. ACESSO MAIS UTILIZADO: Rodovias CE-060 e CE-065			
4. DETALHAMENTO DO ACESSO MAIS UTILIZADO: As CE-060 (sentido Pacatuba-Baturité) e CE-065 (sentido Maranguape-Palmácia) são as duas estradas utilizadas para se chegar à Guaramiranga. O acesso ao parque é dado por via asfaltada.			
5. PROPÍCIO			
Alpinismo		Caminhadas, <i>trekking</i> ✓	
Observação ✓		Outros (rapel, tirolesa e canoagem) ✓	
Pesquisas científicas ✓			
6. ESPECIFICAÇÃO QUANTO AO ACESSO DE VEÍCULOS PARA PERCORRER O ATRATIVO			
Acesso exclusivamente a pé para visitantes.			
Veículos só são utilizados para manutenção do equipamento turístico.			
7. OCUPAÇÃO E EXPLORAÇÃO TURÍSTICA			
Satisfatoriamente ocupado e explorado, se considerado o número total de turistas que visita o município.			
8. AVALIAÇÃO PRELIMINAR DO ATRATIVO			
	BOM	REGULAR	MAU
1. Dimensão	✓		
2. Beleza cênica da formação	✓		
3. Conjunto paisagístico	✓		
4. Vegetação local	✓		
5. Acesso		✓	
6. Recurso turístico artificial		✓	
7. Conservação e limpeza		✓	
8. Informação e sinalização		✓	
9. ACESSIBILIDADE AO ATRATIVO			
Permanente ✓		Temporária	
Citar: rodovias estaduais e via local.			
10. TEMPO NECESSÁRIO PARA CONHECER O ATRATIVO			
Horas ✓		3 dias	Pernoite
			Mais de 3 dias
11. ATIVIDADES PROGRAMADAS			
Sim ✓		Não	
Citar: Visitação agendada para grupos e recursos de lazer sempre disponíveis durante o funcionamento do parque.			
12. EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS			

Alojamentos/ Instalações de alimentação	✓
Sanitários	✓
Mirantes/ Belvederes	
Informações turísticas	✓
Teleférico e similares	
Roteiros internos panorâmicos	✓
Estacionamento	✓
Conservação:	Boa ✓ Ruim
13. ORIGEM DOS VISITANTES	
Internacional ✓	Regional ✓
Nacional ✓	Local
14. ROTEIROS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS	
Sim	Não ✓
15. Transporte (tipo e frequência) Ônibus intermunicipais, que partem principalmente de Fortaleza.	
16. Observações complementares A maior parte dos funcionários é formada por jovens da própria localidade. A formação educacional do grupo é, em essência, o ensino médio, ainda que alguns estejam cursando o ensino superior no município vizinho de Baturité.	

Fonte: Mário Carlos Beni, Sistor.

ANEXO I - Checklist

Exemplo considerado: Parque das Trilhas

Ao planejar uma nova instalação turística ou elevar o nível das existentes, é necessário responder às seguintes questões:

	SIM	NÃO
Esta instalação foi projetada para respeitar a capacidade de carga do local?	√	
Esta instalação é conveniente ao usuário? (Considere a acessibilidade, o fluxo de visitantes e o uso efetivo)	√	
Os fatores de segurança foram considerados e ajustados?	√	
O formato desta instalação combina com a função a ela planejada? (Por exemplo, as áreas de observação estão localizadas onde há algo para ser visto)	√	
A instalação mantém a escala dos arredores e do estilo local?	√	
A localização dos prédios respeita a preservação de árvores e minimiza as escavações e os aterros?		√
Os prédios são compatíveis e discretos dentro de seus ambientes?		√
Foram utilizados materiais de construção e de paisagismo locais onde foi possível?		√
A instalação interfere o mínimo possível no ecossistema natural? (Por exemplo, as pistas da estrada bloqueiam córregos ou o escoamento polui cursos ou fontes de água naturais?)	√	
As pistas de estradas, os passeios e as trilhas são discretas, projetadas para minimizar a erosão e controlar o fluxo de trânsito?	√	
Os padrões meteorológicos foram considerados e ajustados?	√	
É possível sua utilização o ano inteiro?	√	
As melhorias são consistentes com o plano mestre geral da área e das zonas designadas?	√	
Quando possível, as instalações localizam-se no perímetro das áreas naturais?	√	
As exigências de manutenção foram consideradas?	√	

Fonte: ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Guidelines Development of National Park and Protected Areas for Tourism*. Madri: OMT e UNEP Joint Technical Report Series. 1992.

ANEXO J - Avaliação do Centro de Informações ao Visitante (CIV)

Exemplo considerado: Secretaria da Cultura, Turismo e Empreendedorismo de Guaramiranga

	SIM	NÃO
O centro de informações pode ser utilizado com facilidade pela maioria dos visitantes? Os sinais de orientação são evidentes para a comunidade nos diversos pontos de entrada? Os sinais são entendidos imediatamente por pessoas que não estejam familiarizadas à área?		√
O centro de informações é de fácil acesso aos portadores de deficiência?	√	
O ambiente e a estrutura são atrativos? O centro reflete o caráter único da comunidade?		√
Os serviços e as informações estão disponíveis quando os visitantes necessitam? Por exemplo, nos fins de semana? Ou à noite, especialmente durante a alta temporada?	√	
Quando está fechado, os visitantes são encaminhados a outro local próximo para informações ou são oferecidas informações básicas em um mural externo?		√
A postura hospitaleira é um fator crítico na seleção e no treinamento da equipe de funcionários?		√
O treinamento da equipe de funcionários inclui a familiarização aos diversos atrativos e instalações turísticas nesta comunidade e nas vizinhas, de forma a capacitá-los a dar recomendações?	√	
Os materiais promocionais são compartilhados com outras comunidades vizinhas? Nós exibimos os materiais deles e eles os nossos? Foi claramente identificado quais materiais promocionais são mais bem distribuídos aqui, quais o são em outros lugares e quais precisam ser distribuídos duplamente?		√
Há espaço suficiente para a exibição? Esse espaço é atrativo? A armazenagem adequada e conveniente é disponível?	√	

Fonte: Rural Tourism. Marketing Small Communities. Arlene Hetherington: Meta-Link. USA. 1991.

ANEXO K - Interface Panteon



SALA DE REUNIÃO

Introdução Modelo Situações Estrutura Personagens Anexos

PANTEON

Turismo para terceira idade >> Sala de Reunião >> Modelo de análise

Nome: Modelo Conceitual para Qualidade em Serviços

Help: [Clique aqui para ver a apresentação](#)

Imagem:

Categorias

Nome	Definição
Aspectos tangíveis	instalações, equipamentos, apresentação física
Confiabilidade	cumprimento de promessas, confiança do consumidor
Presteza	Disponibilidade e boa vontade do atendimento
Garantia	Segurança no atendimento e conhecimento e habilidade técnica
Empatia	Atendimento personalizado, interesse na solução dos problemas

SALA DE REUNIÃO Introdução Modelo Situações Estrutura Personagens Anexos **PANTEON**

↳ Turismo para terceira idade >> Sala de Reunião >> Situações problema

Situações problema

Palavras-chave	Descrição
Recursos Humanos	capacitação e qualificação do pessoal responsável pela recepção, instalação, movimentação e atendimento ao turista.
Infra-Estrutura	capacitação local para oferta de serviços públicos como transporte, segurança, etc.
Produtos Turísticos	toda estrutura que compõe um pacote de turismo como hotéis, museus, teatros, centros históricos, etc.

ANÁLISE Introdução Modelo Situações Estrutura Personagens Anexos **PANTEON**

↳ Turismo para terceira idade >> Análise Organizacional

Caso 1 (0%)

Para reiniciar a pesquisa, [Clique aqui!](#)

Pesquisa

Pesquisar por -- Opções de pesquisa --

Somente descartadas

Adicionar

Pessoa: Respondente

Categoria: Presteza

Situação: Produtos Turísticos

Palavras:

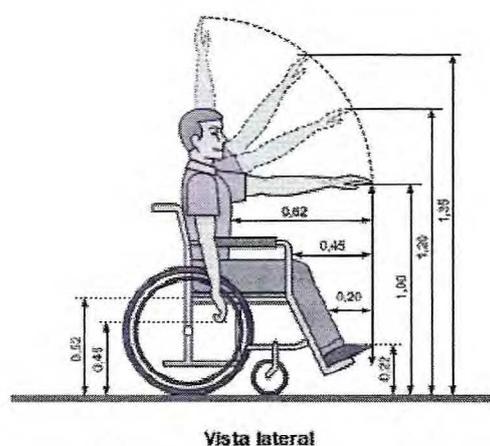
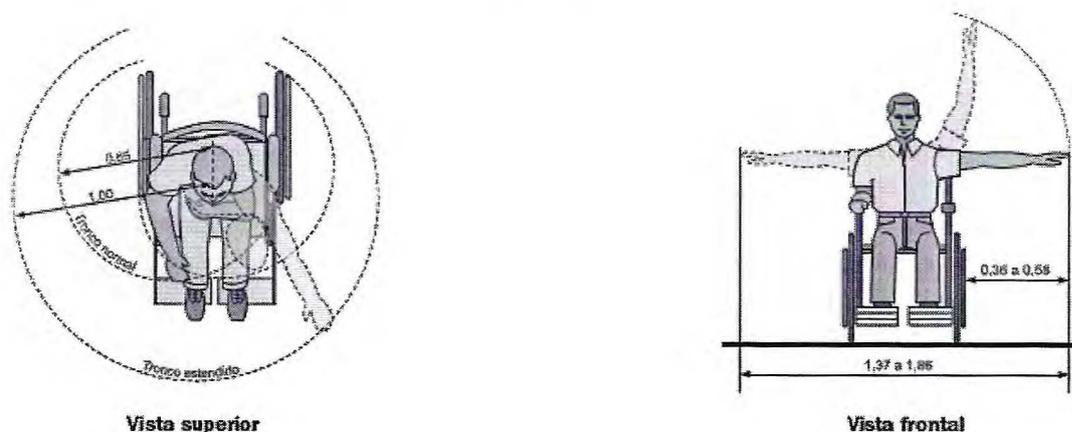
Palavras:

? ?Ajuda?
?

Para iniciar uma pesquisa é necessário adicionar as opções de pesquisa que se deseja utilizar como filtro. É possível combinar as opções de pesquisa sem limite de quantidade. Faça os cruzamentos que achar necessário e mergulhe nos pontos de vista. **Bom trabalho!**

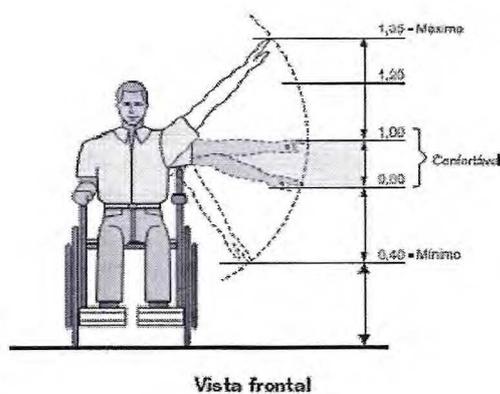
ANEXO L - Padrões de construção da ABNT

Figura 1 - referenciais genéricos, visando atender o maior número possível de situações.



Observação: a utilização de cadeira de rodas impõe limites à execução de tarefas, por dificultar a aproximação aos objetos e o alcance a elementos acima e abaixo do raio de ação de uma pessoa sentada. A dificuldade no deslocamento frontal e lateral do tronco sugere a utilização de uma faixa de conforto entre 0,80m e 1,00m para as atividades que exijam manipulação contínua.

Figura 2 - Referenciais para atividades pontuais que não exijam o uso de força ou o uso de coordenação motora fina.



Observação: neste caso, a altura limita-se, no máximo, a 1,35m, mas recomenda-se não ultrapassar 1,20m, valendo essas dimensões como parâmetros para as atividades realizadas dentro da faixa de alcance dos braços (0,62m).

Tabela 1 – Referências de alturas recomendadas para a localização de dispositivos de acionamento de sistemas diversos por pessoas em cadeiras de rodas.

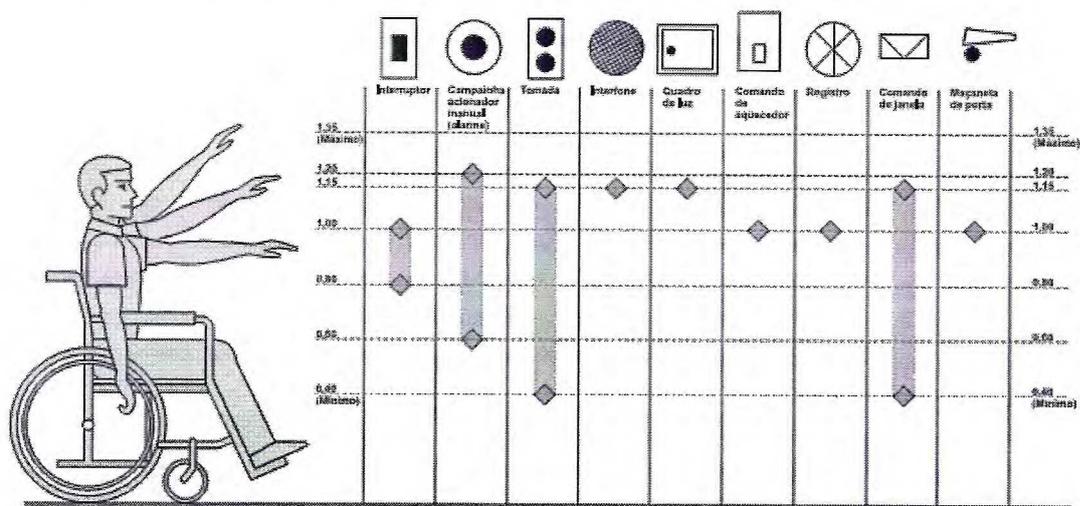


Figura 3 – Limites de alcance visual para pessoas em cadeiras de rodas.

Observação: as pessoas sentadas em cadeiras de rodas têm alterados a altura e o ângulo de visão.

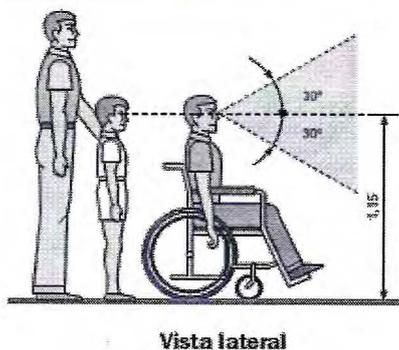
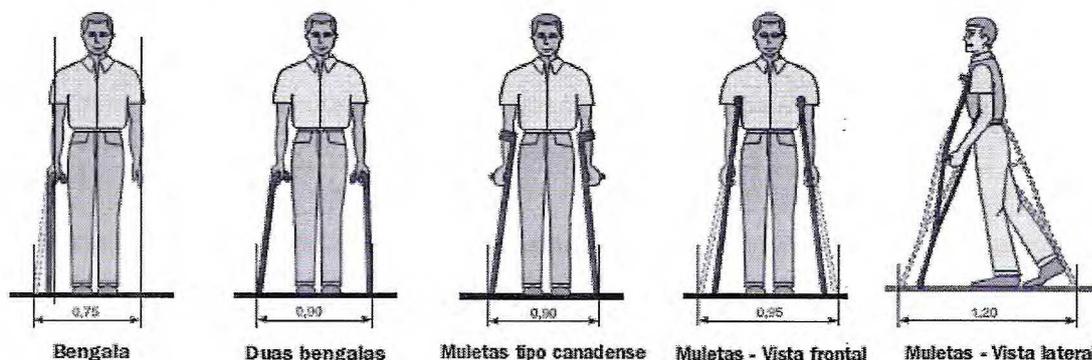


Figura 4 – Referências para locomoção de portadores de deficiência ambulatoria (que não necessitem de cadeiras de rodas) e de deficiência visual.



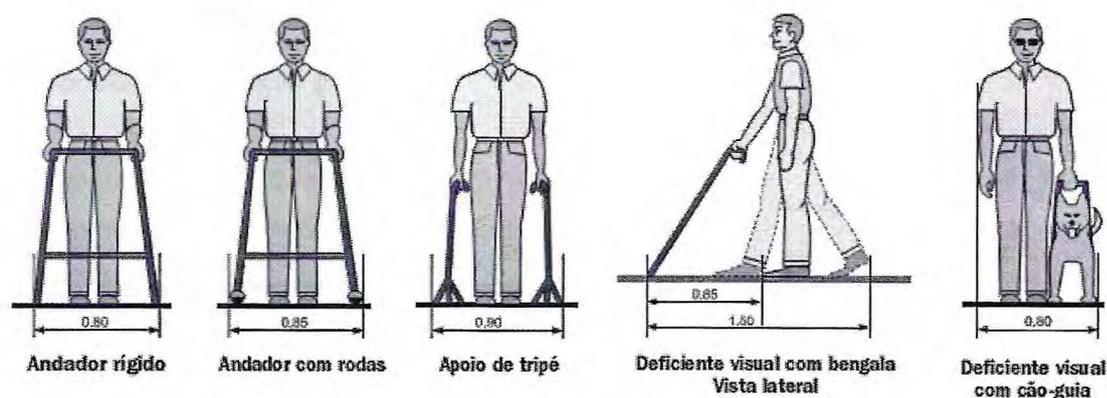
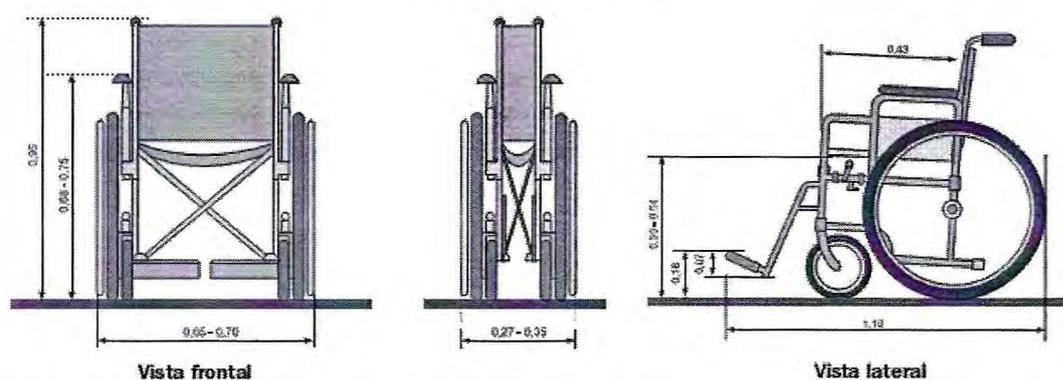


Figura 5 – Dimensões usuais de cadeiras de rodas de acionamento manual.



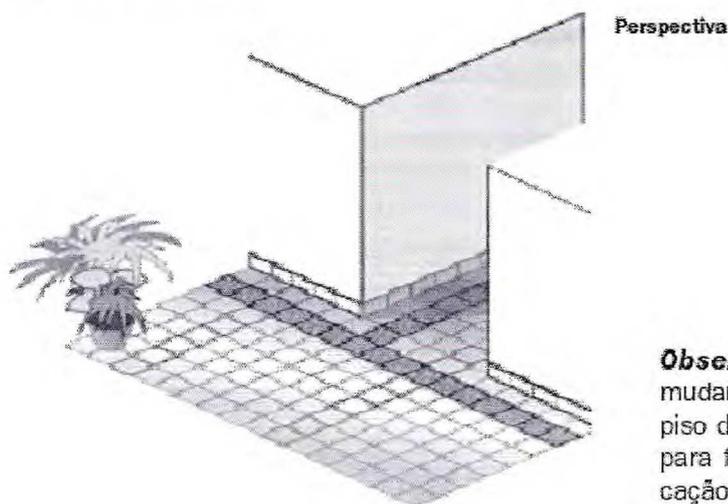
2. ADAPTAÇÕES EM ÁREAS, DEPENDÊNCIAS E EQUIPAMENTOS TURÍSTICOS

2.1 ACESSOS E CIRCULAÇÕES

2.1.1 Piso

- **Superfície** – as áreas de circulação devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante, sob qualquer condição climática, admitindo-se inclinação transversal da superfície de até 2%.

Figura 13 - Faixas de piso



Observação: sempre que houver mudança de inclinação ou de plano, o piso deve ter tratamento diferenciado, para facilitar a indicação e a identificação de tais transições.

- **Juntas e grelhas** – as juntas de dilatação e grelhas devem ser embutidas no piso, transversalmente à direção do movimento e, preferencialmente, instaladas fora do fluxo principal de circulação (**figura 14**).

Figura 14 - Posicionamento de juntas e grelhas



Vista superior

Observação: para evitar a retenção das pontas de bengalas e muletas e das rodas de cadeiras, andadores e carrinhos, as larguras das juntas de dilatação, bem como as dos vãos das grelhas situadas no piso, não devem exceder 1,5cm.

- **Capachos e forrações** – os carpetes devem ser embutidos no piso e nivelados de maneira que a sobrelevação não exceda 1,5cm (**figura 15**). As forrações devem ter as bordas firmemente fixadas ao piso e devem ser aplicadas de maneira a evitar eventual enrugamento de sua superfície.

Figura 15 - Capachos e forrações

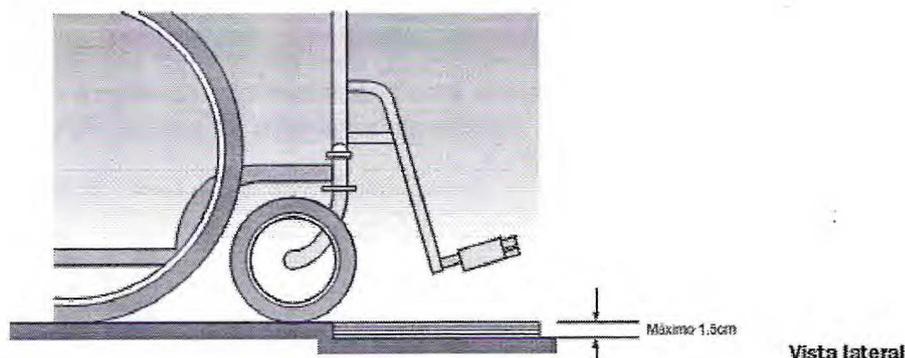
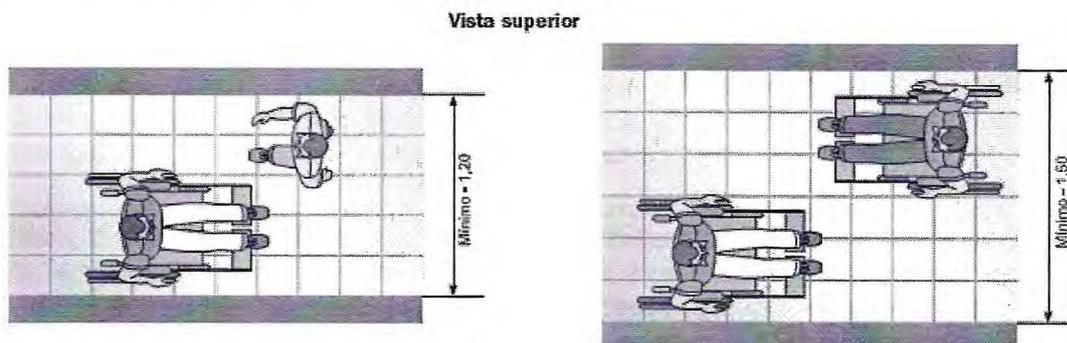


Figura 16 - Circulação em linha reta



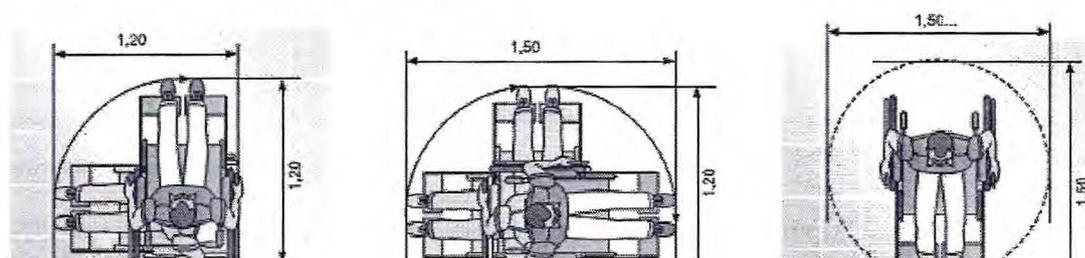
Circulação de pessoa em uma cadeira de rodas

Circulação de duas cadeiras de rodas

■ **Manobra de rotação sem deslocamento (figura 17).** São necessárias áreas mínimas de:

- 1,20m por 1,20m para rotação de 90°;
- 1,50m por 1,20m para rotação de 180°;
- um círculo de 1,50m de diâmetro para rotação de 360°.

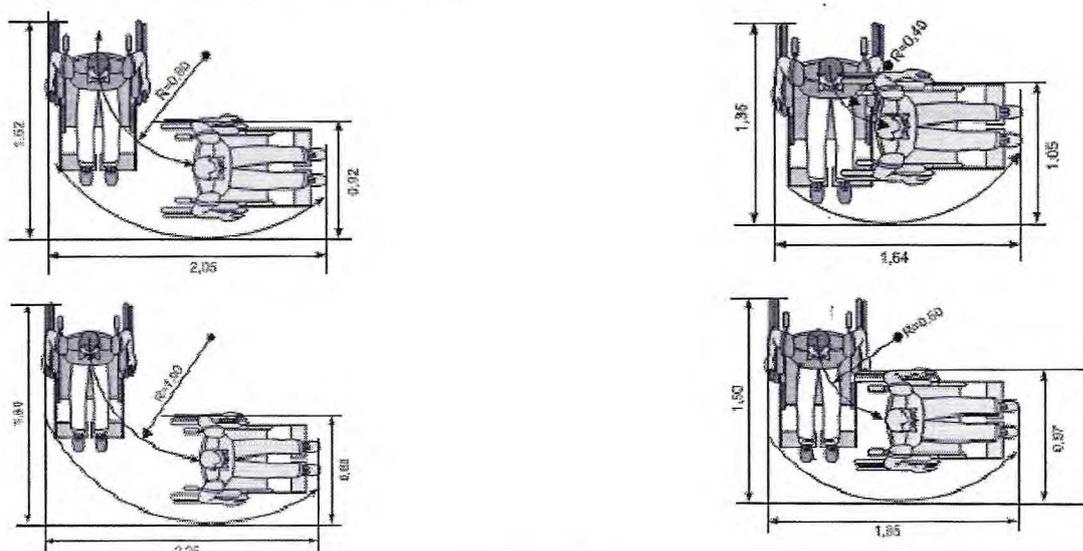
Figura 17 - Áreas de rotação sem deslocamento



Vista superior

■ **Manobra de rotação com deslocamento (figura 18).** A área ideal deve ser definida em função do raio necessário para efetuar a rotação, de modo a permitir a passagem por corredores de diferentes dimensões.

Figura 18 - Áreas de rotação com deslocamento



Vista superior

2.1.4 RAMPAS

- **Dimensões** – a inclinação das rampas devem observar os limites estabelecidos na **tabela 2** e **figura 19**, sendo que sua inclinação transversal deve ser, no máximo, de 2%. A largura mínima admissível para as rampas é de 1,20m, sendo recomendável 1,50m (**figura 20**). As rampas curvas devem ter inclinação máxima de 8,33% e raio mínimo de 3m, medidos no perímetro interno à curva (**figura 21**).
- **Dimensões** – a inclinação das rampas devem observar os limites estabelecidos na **tabela 2** e **figura 19**, sendo que sua inclinação transversal deve ser, no máximo, de 2%. A largura mínima admissível para as rampas é de 1,20m, sendo recomendável 1,50m (**figura 20**). As rampas curvas devem ter inclinação máxima de 8,33% e raio mínimo de 3m, medidos no perímetro interno à curva (**figura 21**).

Tabela 2 – Dimensionamento de rampas

Inclinação admissível de cada segmento de rampa (i) (%)	Desníveis máximos de cada segmento de rampa (d) (m)	Números máximos de segmento de rampa (n)	Comprimentos máximos de cada segmento de rampa (s) (m)
5,00 (1:20)	1,500	–	30,00
6,25 (1:16)	1,000	14	16,00
	1,200	12	19,20
8,33: (1:12)	0,900	10	10,80
10,00 (1:10)	0,274	08	2,74
	0,500	06	5,00
	0,750	04	7,50
12,50 (1:8)	0,183	01	1,46

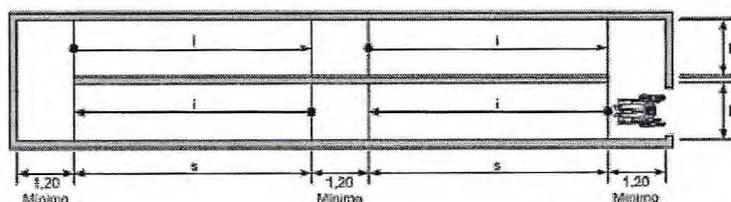
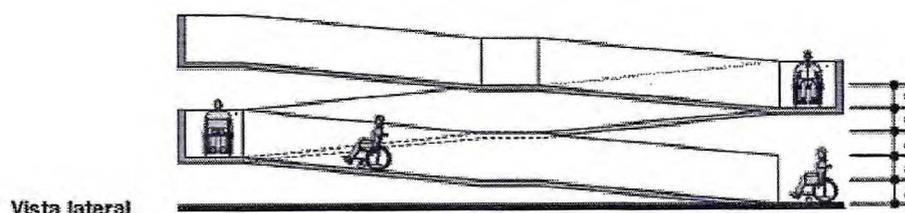


Figura 19 – Rampas

Vista superior



Vista lateral

Figura 20 – Inclinação transversal e largura de rampas

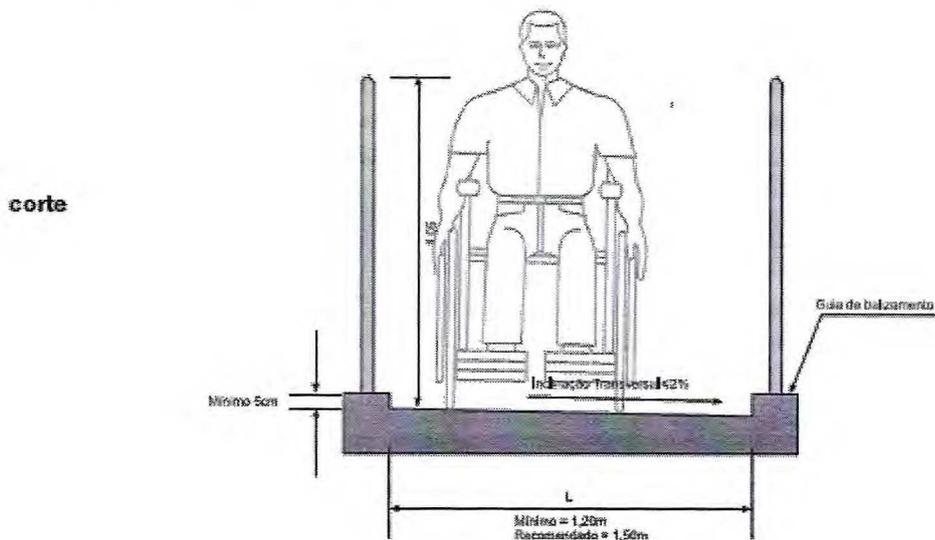


Figura 21 – Rampas curvas

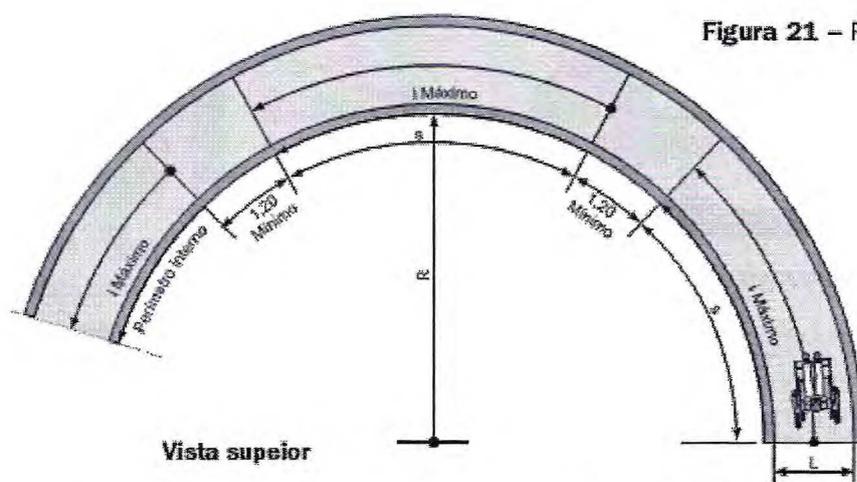
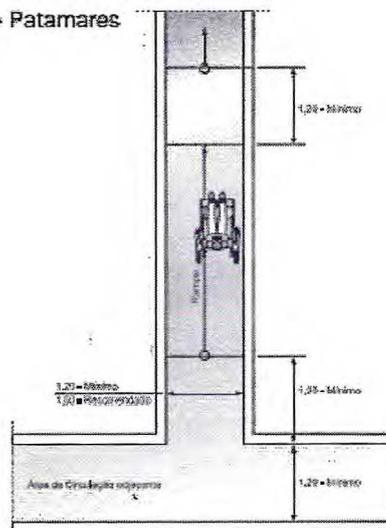


Figura 22 – Patamares

■ **Patamares** – devem estar disponíveis no início e término da rampa (**figura 22**), medindo, no mínimo, 1,20m na direção do movimento, além da área de circulação adjacente. Os patamares externos devem ter inclinação transversal de, no máximo, 2%.

■ **Gulas de balizamento** – devem ser previstas bordas laterais, em forma de ressalto, com altura mínima de 5cm para orientação e proteção dos portadores de deficiência (**figura 20**).



■ **Corrimão** – deve permitir boa empunhadura e deslizamento, com 4cm, no mínimo, de distância da parede e seção circular entre 3,5cm e 4,5cm de diâmetro (**figura 23**). Deve prolongar-se por, pelo menos, 30cm antes do início e após o término da rampa ou escada, sem interferir com as áreas de circulação. Suas extremidades devem ter acabamento recurvado, sendo fixados ou justapostos à parede. Para escadas, a altura dos corrimãos deve ser de 0,92m do piso. Para rampas, e opcionalmente para escadas, os corrimãos devem ser instalados em duas alturas, a 0,70m e 0,92m do piso. Devem ser contínuos, sem interrupção nos patamares. Quando houver necessidade de corrimãos intermediários, deve ser respeitada a largura mínima de 1,20m entre eles. Os corrimãos intermediários somente devem ser interrompidos quando o comprimento do patamar for superior a 1,40m; neste caso, com um espaço mínimo de 0,80m entre o término de um segmento e o início do seguinte (**figura 24**).

Figura 24 – Corrimão intermediário

1,20 1,20

■ **Guarda-Corpo** – as escadas, rampas e locais não-isolados das áreas adjacentes por paredes devem dispor de guarda-corpo, associado ao corrimão, observando o disposto na NBR 9077.

Figura 23 – Corrimão

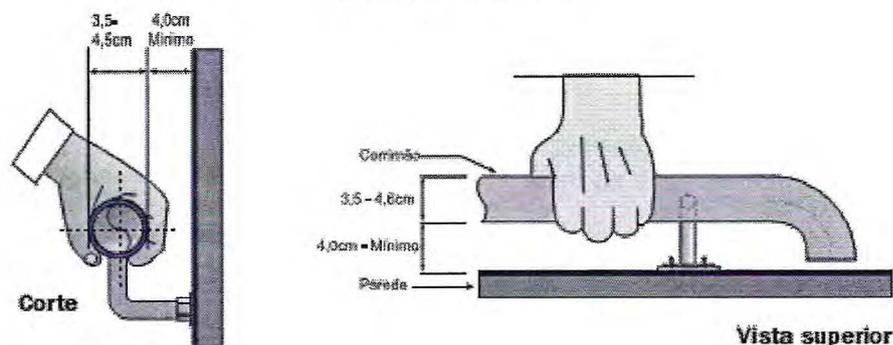
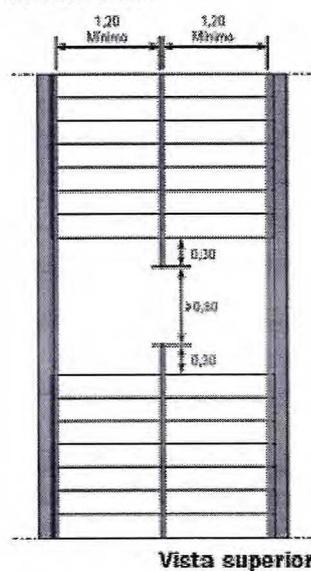
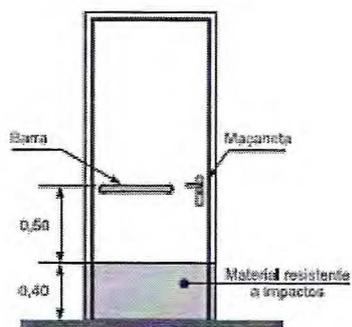


Figura 24 – Corrimão intermediário

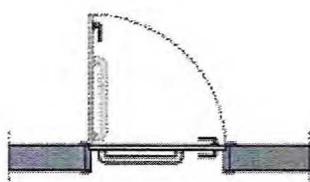


• Portas de sanitários com barra horizontal (**figura 25**).

Figura 25 – Portas



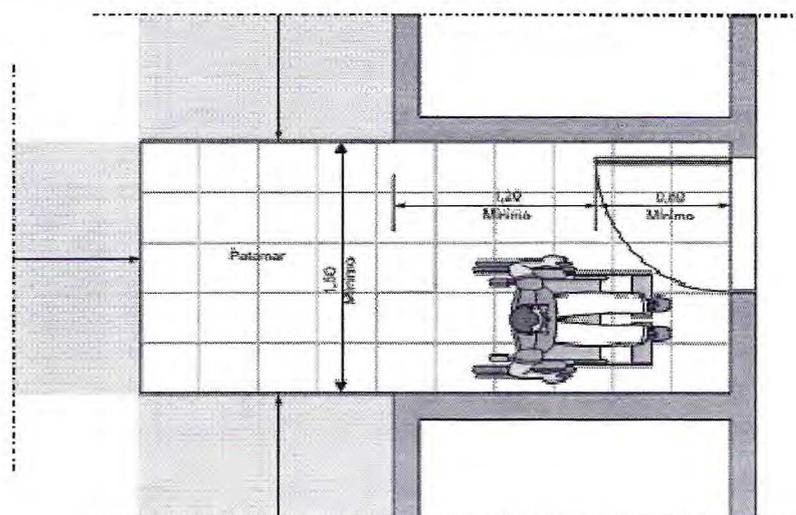
Vista frontal



Vista superior

- Portas localizadas junto ao patamar com previsão de vestíbulo de, no mínimo, 1,50m de largura por 1,20m de comprimento, além da área de abertura da porta (**figura 26**).

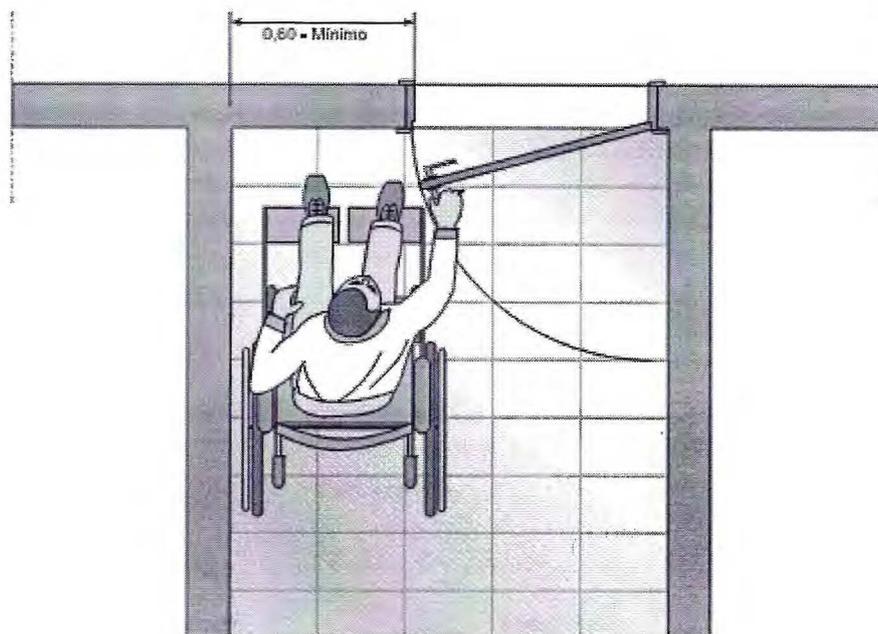
Figura 26 – Porta junto ao patamar



Vista superior

- Portas localizadas em áreas confinadas ou em meio à circulação com um espaço mínimo de 0,60m, contíguo ao vão de abertura (**figura 27**).

Figura 27 – Abertura de portas



Vista superior

Figura 28 – Porta com visor

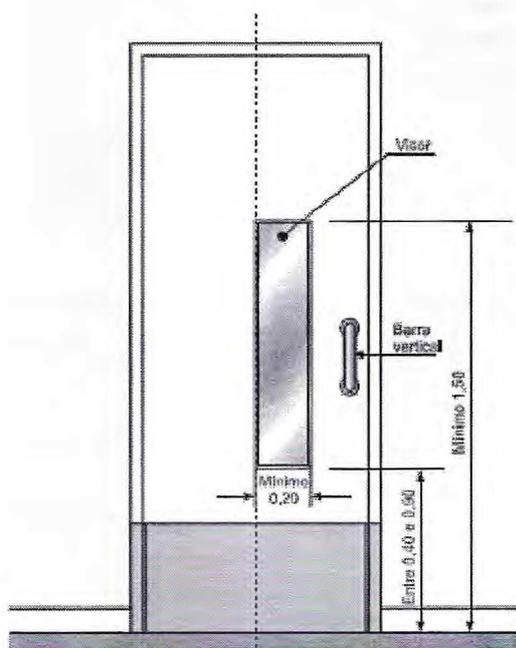


Figura 29 – Posto de atendimento

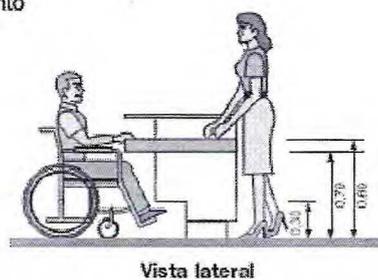
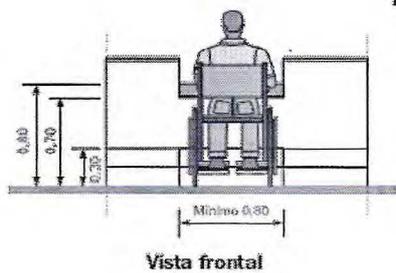
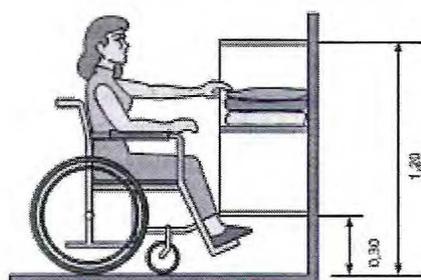
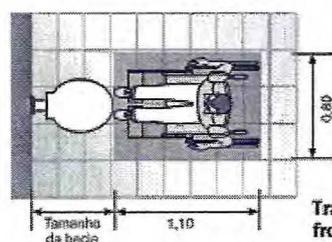


Figura 30

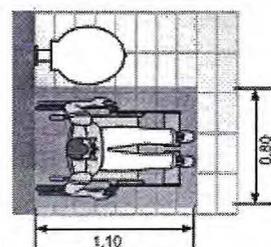


Vista lateral

Figura 31 – Área de transferência para bacia sanitária ou bidê



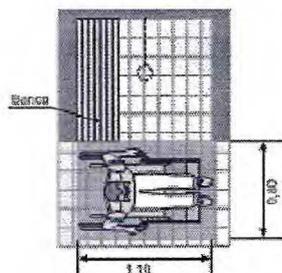
Transferência frontal



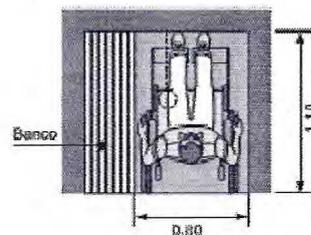
Transferência lateral

- **chuveiro:** área de transferência lateral ao banco (figura 32);

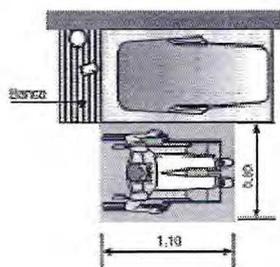
Figura 32 – Área de transferência para chuveiro



Vista superior

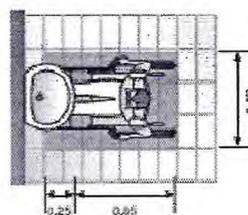


- **banheira:** área de transferência lateral (figura 33);

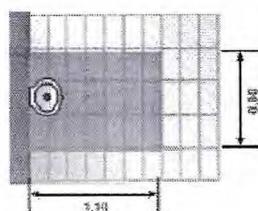


Vista superior

- **lavatório:** área de aproximação frontal (figura 34);



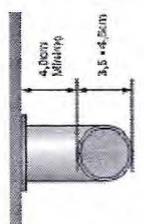
Vista superior



Vista superior

- **mictório:** área de aproximação frontal (figura 35);

Figura 36 – Barras de apoio



Vista superior

- **barras de apoio** – devem ser fixas ou retráteis, estar firmemente instaladas, possuindo diâmetro de 3,5 a 4,5cm e, quando em paredes ou divisórias, distando, destas, no mínimo, 4cm (figura 36).

Figura 37 – Bacia sanitária e barras de apoio

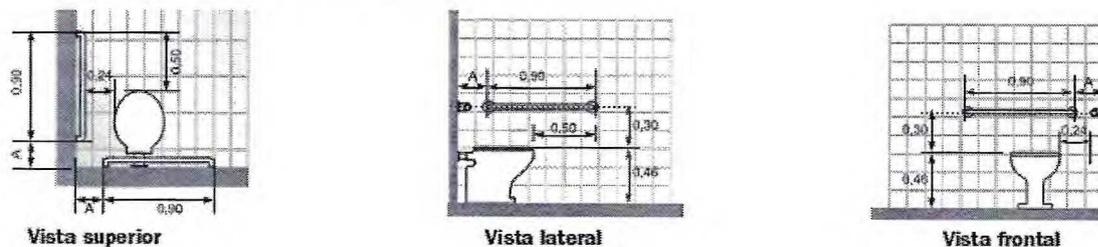
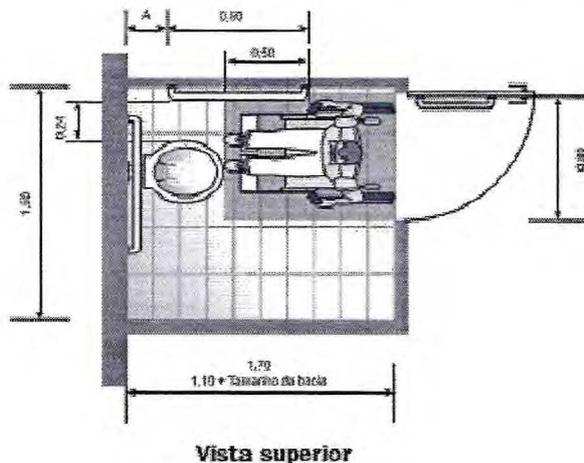


Figura 38 – Adequação de altura de bacia



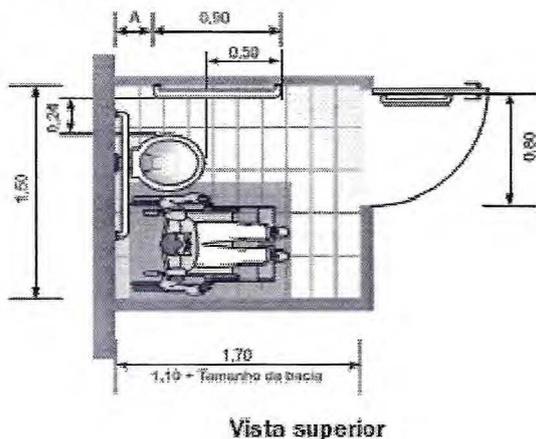
É recomendável o uso da bacia sanitária sem caixa acoplada, porque a existência desta impede a barra horizontal do fundo da bacia, somente permitindo a instalação da barra lateral. O assento da bacia deve estar a uma altura de 0,46m do piso, sendo que, no caso da utilização da plataforma, sob a bacia, para alcançar essa altura, sua projeção horizontal não deve ultrapassar o contorno da bacia. A válvula de descarga deve estar a uma altura máxima de 1,00m do piso e ser acionada com leve pressão, preferencialmente por alavanca (**figura 38**).

Figura 39 – Transferência frontal



Vista superior

Figura 40 – Transferência lateral



Vista superior

Figura 41 – Transferência frontal (reformas)

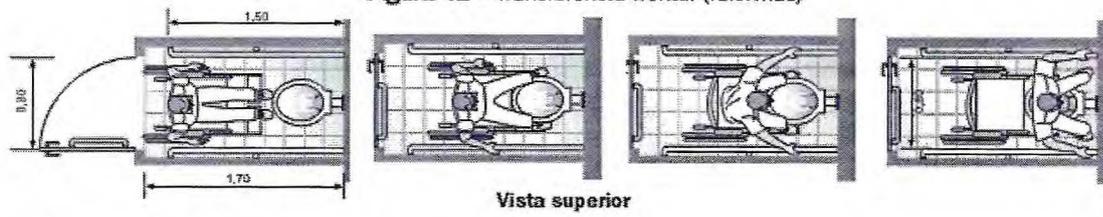


Figura 42 – Box para chuveiro com área de transferência interna

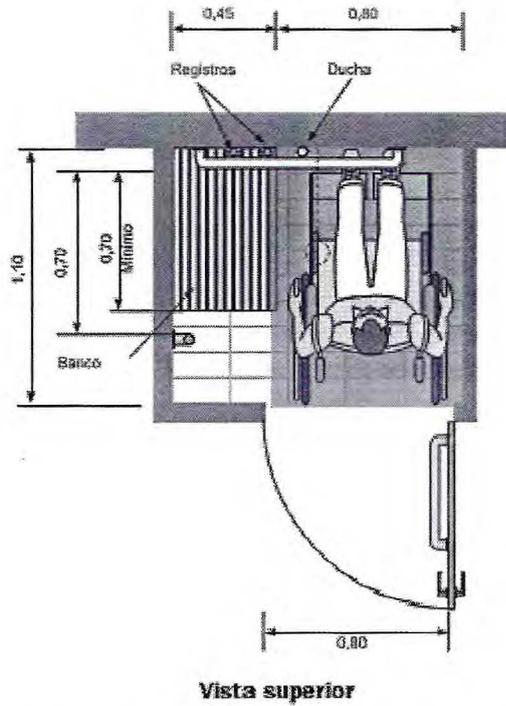


Figura 43 – Box para chuveiro com área de transferência interna

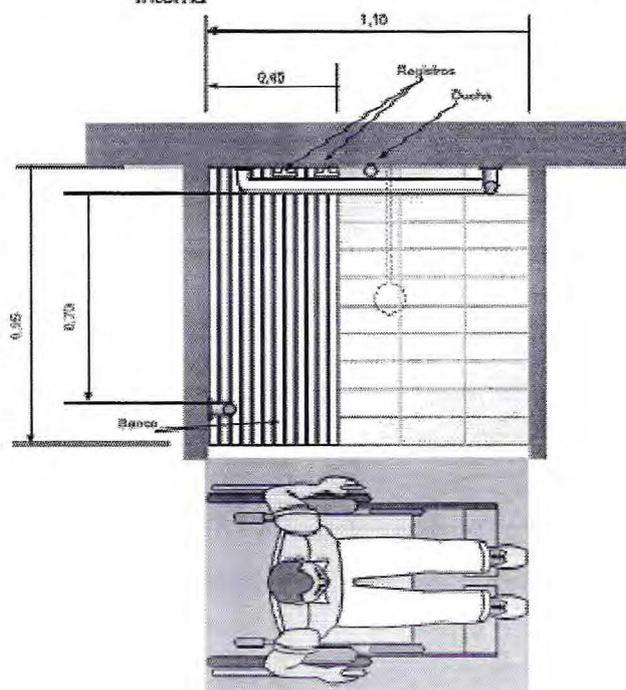


Figura 44 – Barra para box do chuveiro

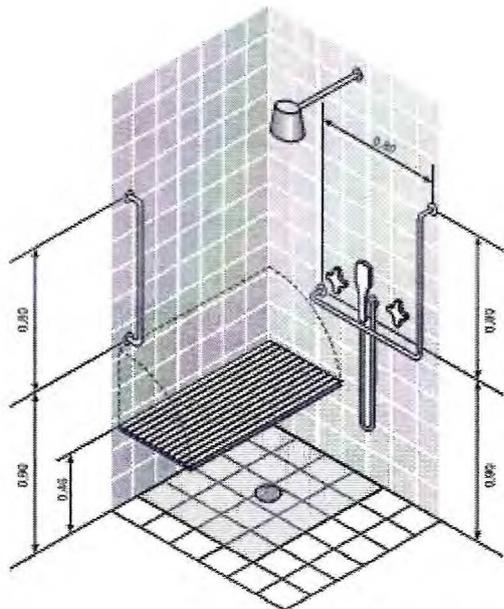
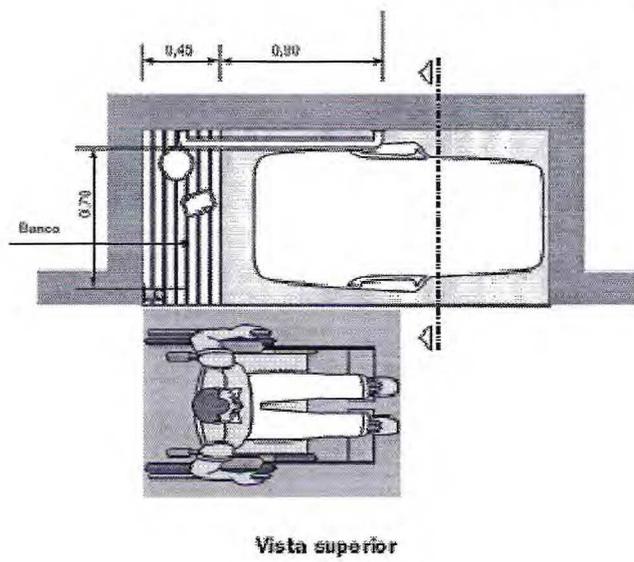
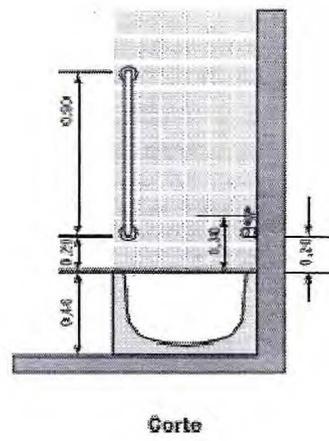


Figura 45 – Banheira

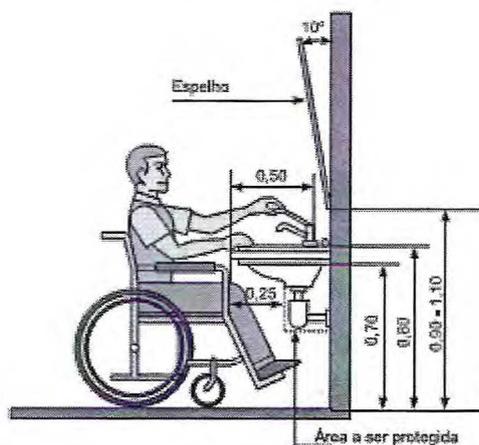


Vista superior



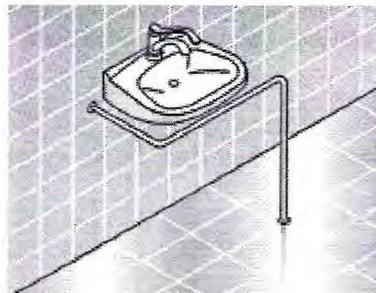
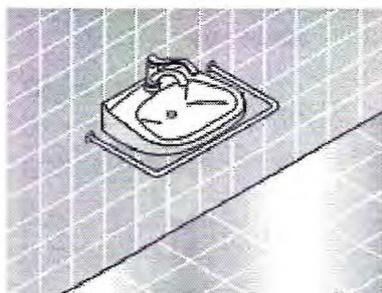
Corte

Figura 46 - Lavatório



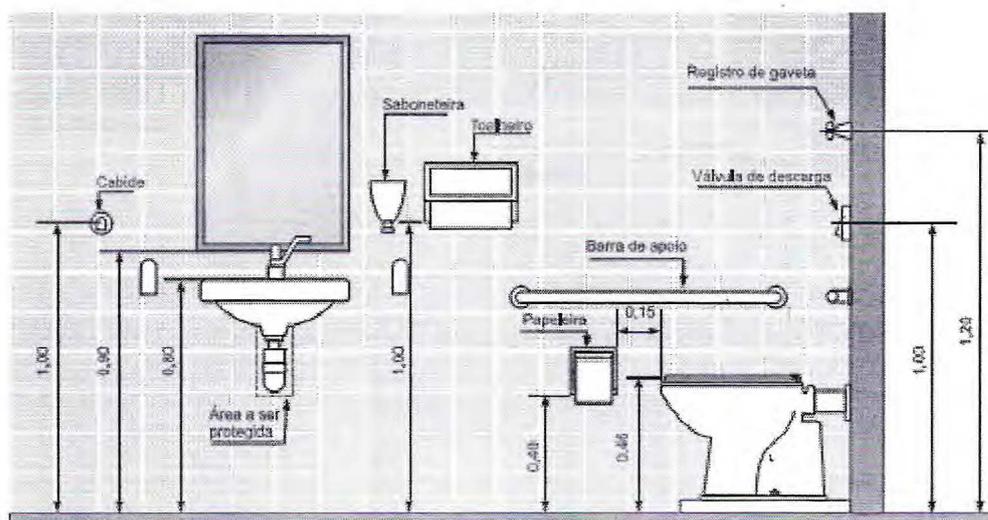
Vista lateral

Figura 47 - Barras para lavatório



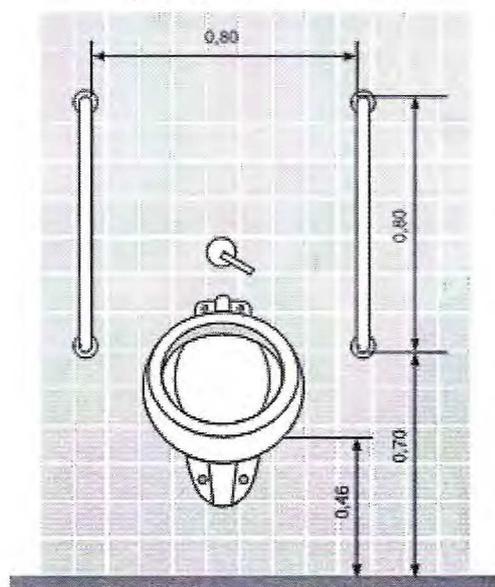
- **acessórios sanitários:** os acessórios e registros devem localizar-se a uma altura de 1,00m do piso, exceto os registros de gaveta, que devem estar a 1,20m de altura. A borda inferior dos espelhos deve estar a 0,90m ou a 1,10m de altura do piso, apresentando, neste último caso, uma inclinação de 10%. As papeleiras devem estar a uma altura mínima de 0,40m do piso (figura 48).

Figura 48 - Acessórios sanitários



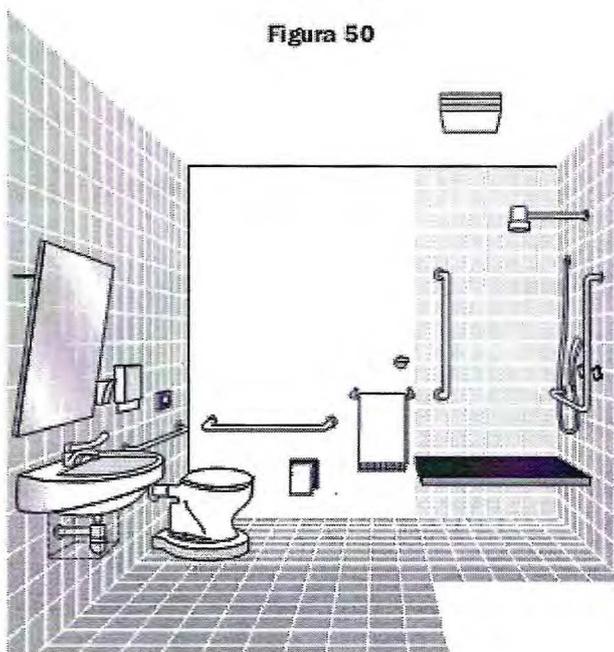
Vista frontal

Figura 49 - Mictório e barras



Vista frontal

Figura 50



Perspectiva de sanitário completo

Figura 51

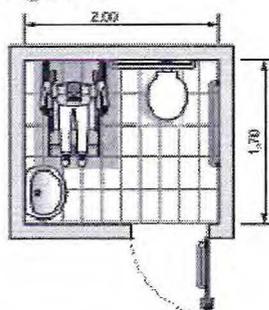
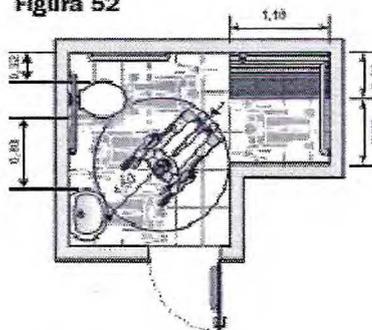


Figura 52



Vista superior

Figura 53

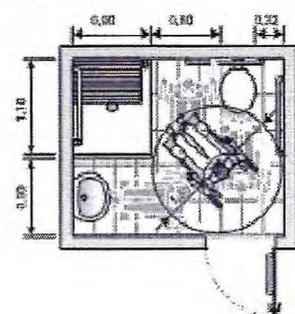
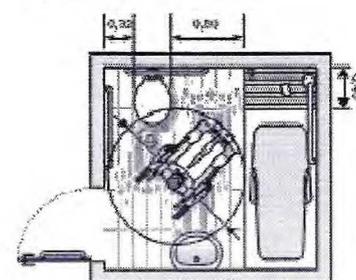


Figura 54



Vista superior

ANEXO M - Turismo e Acessibilidade: manual de orientações

TURISMO E ACESSIBILIDADE



MANUAL DE ORIENTAÇÕES

BRASIL - 2006



ANEXO N - Atendimento prioritário e atendimento adequado

Atendimento prioritário

Devem ter atendimento imediato e diferenciado as pessoas com deficiência e as com mobilidade reduzida, segundo o Decreto nº. 5.296/2004, e dispor de:

- a) assentos de uso preferencial sinalizados, espaços e instalações acessíveis;
- b) mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- c) serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Libras e no trato com aquelas que não se comunicam em Libras, e para pessoas surdo-cegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- d) pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;
- e) disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- f) sinalização ambiental para orientação das pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida;
- g) divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- h) admissão de entrada e permanência de cão-guia ou cão-guia de acompanhamento junto de pessoa com deficiência ou de treinador nos órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo, mediante apresentação da carteira de vacina atualizada do animal; e
- i) locais de atendimento adequados.

Atendimento adequado

A pessoa com deficiência e o idoso sempre devem ser consultados sobre a melhor maneira de serem atendidos ou abordados, evitando-se, assim, constrangimentos

desnecessários. No entanto, algumas recomendações podem auxiliar no cotidiano dessas pessoas:

- Pessoas que utilizam cadeiras de rodas

Necessidades

- Informação precisa e pontual sobre o grau de acessibilidade do lugar para onde se dirigem (degraus, rampas, elevadores, largura das portas, etc.) para que possam julgar por si próprios se está adaptado às suas necessidades específicas;
- Acesso total à infraestrutura e respectiva utilização;
- Ajudas técnicas para compensar os diversos problemas que possam surgir;
- Serem capazes de estabelecer e acompanhar o próprio ritmo;
- Receberem, ocasionalmente, assistência para subir escadas, caso seja de todo necessário;
- Receberem auxílio ao transportar bagagem ou embrulhos etc;
- Por vezes, receberem assistência para se levantar ou sentar;
- Superfícies não deslizantes para se evitarem quedas; e
- Receberem atenção especial sempre que ocorram casos de emergência.

Atitudes a desenvolver

- Ao falar com uma pessoa em cadeira de rodas, procure situar-se de frente e na mesma altura da pessoa, sentando-se, por exemplo;
- Pergunte ao usuário se quer alguma ajuda, dirigindo-se sempre a ele e não ao acompanhante, se for o caso;
- Ao ajudar um usuário de cadeira de rodas a descer uma rampa inclinada é preferível usar a “marcha-à-ré”, para evitar que, pela excessiva inclinação, a pessoa desequilibre e possa cair para frente;
- Para auxiliar a subir e descer de um meio de transporte não adaptado proceda da seguinte forma;
- Coloque a cadeira de rodas freada, paralela ao veículo;
- Para maior segurança é conveniente a ajuda de duas pessoas: uma para segurar o tronco (axilas) e outra para segurar as pernas, logo abaixo dos joelhos;
- Para subir, deve-se posicionar a pessoa de costas para o degrau ou porta do veículo, conduzindo-a para o interior; e

- Para descer, deve-se adotar o mesmo procedimento, sendo que quem segura pelas pernas deve descer primeiro, apoiado por quem segura pelo tronco.

- Pessoas com deficiência auditiva

Necessidades

- Contato visual com o interlocutor;
- Boa iluminação para se poder fazer leitura labial;
- Num grupo, necessitam de receber a informação ao mesmo tempo que os demais;
- Receber atenção especial nos casos de emergência; e
- Ter possibilidade de utilizar um meio alternativo de comunicação caso não haja compreensão.

Atitudes a desenvolver

- Procure não ficar nervoso diante de uma pessoa que tem dificuldade para falar;
- Compreenda que o ritmo e a pronúncia dessas pessoas são distintas;
- Não aparente ter compreendido uma mensagem, se não a entendeu;
- Faça com que o surdo enxergue a boca de quem está falando. A leitura dos lábios fica impossível se for gesticulada com algo na frente ou contra a luz;
- Fale com o tom normal de voz, a não ser que lhe peçam para levantá-la;
- Seja expressivo. Como os surdos não percebem as mudanças sutis do tom da voz, a maioria deles “leem” as expressões faciais, os gestos ou os movimentos do corpo para entender o que se quer comunicar;
- Ao desejar falar com uma pessoa surda, chame a atenção dela, seja sinalizando com a mão ou tocando-lhe o braço;
- Diante de dificuldade de entendimento sinta-se à vontade para pedir que a pessoa repita. Caso ainda não a entenda, peça-lhe para escrever; e
- Caso o surdo esteja acompanhado, fale diretamente com ele.

- Pessoas com deficiência visual

Necessidades

- Contato estabelecido com as pessoas baseado numa contínua troca de informação oral;

- Poderem tocar nos objetos/ pessoas para os/as identificar convenientemente;
- Iluminação e contrastação especiais (para pessoas com deficiência visual), marcas de referência para que possam conseguir um melhor grau de autonomia;
- Deterem explicações e descrições claras do meio físico que as rodeia, a fim de poderem detectar o caminho e os obstáculos e assim se deslocarem livremente;
- Terem acesso a dispositivos pessoais de compensação (bengalas, cães-guia etc); e
- No caso de emergência, receberem atenção especial.

Atitudes a desenvolver

- Ao dirigir-se a alguém com deficiência visual, identifique-se sempre;
- Ao guiar uma pessoa cega:
 - dê-lhe o braço para que a mesma possa acompanhar seu movimento; e
 - não a deixe falando sozinha.
- Ao conduzir um cego a uma cadeira guie a mão para o encosto, informando se a cadeira tem braços ou não;
- Com pessoas que possuem baixa visão (sérias dificuldades visuais) proceda com o mesmo respeito, perguntando-lhe se precisa de ajuda se notar que ela está com dificuldades;
- Informe à pessoa cega quando estiver passando por um obstáculo qualquer evitando assim possíveis acidentes; e
- Ao apresentar alguém cego faça com que a pessoa apresentada fize frente à pessoa cega, de modo que ela estenda a mão para o lado certo.

- Pessoas com deficiência mental

Necessidades

- Relacionamento pessoal;
- Comunicação e comportamento amigáveis;
- Serem capazes de comunicar sem preconceitos;
- Serem tratadas com afeição e de uma forma natural, sem se demonstrar piedade indevida;
- Serem bem-vindas a participar plenamente nas atividades de lazer e de entretenimento, que foram organizadas, de modo a que se sintam queridas e necessárias;

- Que as marcas de referência sejam fáceis de entender e perceber em qualquer parte (pictogramas); e
- Receberem particular atenção sempre que ocorram casos de emergência.

Atitudes a desenvolver

- Cumprimente a pessoa com deficiência mental normalmente, evitando superproteção;
- A pessoa com deficiência mental deve fazer sozinha tudo o que puder; ajude-a quando realmente for necessário;
- A deficiência mental pode ser consequência de uma doença, mas não é uma doença, é uma condição. Nunca use expressões pejorativas como doentinho e outras;
- Não trate adolescentes e adultos com deficiência mental como crianças;
- Fale devagar e transmita mensagens claras; e
- Evite comparações. Uma pessoa só pode ser comparada a ela mesma.

- Pessoas idosas

- Os idosos podem precisar de apoio similar ao requerido por portadores de deficiência e, em muitos casos, de pouco ou nenhum atendimento especial. As suas necessidades deverão ser analisadas especificamente em cada situação;
- Ao dirigir-se a um idoso comunique-se com atenção, olhando na expressão facial e nos olhos;
- Identifique se o idoso apresenta boa comunicação verbal e não verbal;
- Dê atenção, saiba ouvir e demonstre compreensão no processo de comunicação com o idoso;
- Identifique se o idoso apresenta deficiências visuais, auditivas e motoras;
- Auxilie o idoso nas suas dificuldades para ter acesso aos diversos meios de comunicação;
- O idoso deve ser tratado como adulto; e
- Chame o idoso pelo nome.

Espaços e edificações de uso público e coletivo

As orientações para a adaptação dos espaços, mobiliário, equipamentos urbanos e edificações públicas e coletivas têm como referências básicas as Normas Técnicas de

Acessibilidade da ABNT, NBR 9050:2004, a legislação específica e as regras contidas no Decreto nº. 5.296/2004.

Transporte

As orientações para os equipamentos e serviços de transportes constam das Normas Técnicas de Acessibilidade da ABNT, NBR 15320:2005; NBR 14021:2005; NBR 14022: 1998; NBR 14273:1999; a Norma de Serviço da Instrução da Aviação Civil NOSER/IAC 2508-0796, de 1º de novembro de 1995, a legislação específica e as regras contidas no Decreto nº. 5.296/2004.

Informação e comunicação

As orientações para adaptação dos meios, equipamentos e serviços de Comunicação e Informação estão dispostas nas Normas da ABNT, NBR 9050:2004, a legislação específica e as regras contidas no Decreto nº. 5.296/2004.

Portais e endereços eletrônicos

Os telecentros comunitários instalados pelos governos federal, estaduais, municipais ou do Distrito Federal devem ser plenamente acessíveis às pessoas com deficiência e deve ser garantido pelo menos um computador com recursos e periféricos que garantam a acessibilidade às pessoas com deficiência.

Telecomunicações

A acessibilidade das pessoas com deficiência ao Serviço Telefônico Fixo Comutado e ao Serviço Telefônico Móvel Celular é regulamentada pela ANATEL, de acordo com o art. 49 do Decreto nº. 5.296/2004:

a) Telefonia fixa

- Instalação, mediante solicitação dos interessados, de telefones de uso público, em âmbito nacional, adaptados para uso por pessoas com deficiência; e
- Instalação de centrais de intermediação de comunicação telefônica a serem utilizadas por pessoas com deficiência auditiva que funcionem em tempo integral e com abrangência nacional, inclusive com integração dos mesmos serviços com o de telefonia móvel.

Os telefones de uso público devem conter dispositivos sonoros para a identificação do saldo do cartão telefônico e demais informações constantes do painel.

b) Telefonia móvel

- Garantia da interoperabilidade nos serviços de telefonia móvel possibilitando o envio de mensagens de texto entre celulares de diferentes empresas;
- Manutenção de centrais de intermediação de comunicação telefônica que funcionem em tempo integral e com abrangência nacional a serem utilizadas por pessoas com deficiência auditiva, inclusive com integração dos mesmos serviços com o de telefonia fixa; e
- Incentivo, pelo Poder Público, à oferta de aparelhos de telefonia celular que facilite as operações e funções disponíveis na tela dos aparelhos.

Serviços de rádio e televisão

O plano de medidas técnicas estipulado no art. 19 da Lei nº. 10.098/2000, tem como objetivo permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtítuloção nos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens para garantir o direito de acesso à informação às pessoas com deficiência auditiva, regulamentado, posteriormente, pela Portaria nº. 310/2006 do Ministério das Comunicações, que aprovou a Norma nº. 01/2006, em atendimento ao disposto no art. 1º do Decreto nº. 5.645/2005.

Sistema *Braille*

De acordo com a NBR 9050:2004, as informações em *Braille* não dispensam a sinalização visual dos espaços, incluindo caracteres ou figuras em relevo. Tais informações devem posicionar-se abaixo dos caracteres ou figuras em relevo, da mesma forma, o arranjo de seis pontos e o espaçamento entre as celas *Braille* devem atender às condições de que trata a norma citada. A pessoa com baixa visão deve receber informações com texto impresso em fonte tamanho 16, com algarismos arábicos, em cor preta sobre o fundo branco. Os textos, figuras e pictogramas em relevo são dirigidos às pessoas com baixa visão, às que ficaram cegas recentemente ou às que ainda estão sendo alfabetizadas em *Braille*.